

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DAS ENTRANHAS DA TERRA: DISCIPLINAMENTO,  
RESISTÊNCIA E LUTA - breve história sobre a educação e  
cultura dos trabalhadores da mineração de ouro em Nova Lima –  
MG / Século XIX**

**ANTÔNIO LUÍS DE ANDRADE**

**Dr<sup>a</sup>. OLINDA M. NORONHA**

**Este exemplar corresponde à redação final da  
dissertação defendida por Antônio Luís de  
Andrade e aprovada pela Comissão Julgadora.**

**Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Comissão Julgadora:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**(2001)**

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
Bibliotecário Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

An24d Andrade, Antônio Luís de.  
Das entranhas da terra : disciplinamento, resistência e luta /  
Antônio Luís de Andrade. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Olinda Maria Noronha.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação não-formal. 2. Educação - História -  
Séc. XIX. 3. Disciplina. I. Noronha, Olinda Maria.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Educação. III. Título.

## **RESUMO**

A presente dissertação aborda o processo de disciplinamento e educação dos trabalhadores da mineração de ouro em Nova Lima –MG, ao longo do século XIX e início do XX. Descreve os instrumentos e métodos utilizados pelos ingleses na tentativa de operar mudanças no comportamento, na cultura e identidade dos trabalhadores. Além disso, também trata dos instrumentos, das formas de luta e resistência desenvolvidas por esses trabalhadores. Procuro mostrar que mesmo frente a quase ausência da instituição escolar é possível identificar científica e objetivamente um processo educativo que faz parte da história da educação brasileira.

## **ABSTRACT**

The present dissertation approaches the discipline and education processes carried out upon mining workers in Nova Lima, MG, throughout the 19<sup>th</sup>c. up to the early 20<sup>th</sup>c. It describes the instruments and methods used by the British in attempt to operate changes in the workers behaviour, culture and identity, as well as the workers resistance techniques, developed to oppose the British stand. Above all, this dissertation aims at showing that, despite a nearly absent educational institution, it is possible to identify, scientifically and objectively, an educational process that integrates the history of Brazilian education.



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me auxiliaram direta e indiretamente na elaboração dessa pesquisa. Em especial a Dra. Olinda Noronha pela paciência e tranquilidade com que me orientou nesse trabalho. Gostaria de deixar meus agradecimentos aos amigos pós-graduandos e professores da Faculdade de Educação da Unicamp que durante o mestrado me ajudaram a dar valor e a escrever lições de vida. Muitas delas foram aprendidas na CCPG, na Congregação ou Consu, outras na Adunicamp, APG e ANPG e que contribuíram sobremaneira para minha maturidade intelectual e política. Gostaria de agradecer inicialmente à Unicamp a Bolsa de Monitoria que me foi cedida quando iniciei o mestrado e ao CNPq pela bolsa que me possibilitou concluir os créditos. Também gostaria de agradecer minha amiga Maria José de Souza - Tita que sempre me incentivou desde antes da graduação a ler e a entender a realidade e nela viver sempre de forma engajada e militante para que, mais que dela participar, transformá-la.

Meus agradecimentos à minha amiga Dra. Tânia Celestino de Macedo, pela leitura crítica e técnica dos textos, a Juliana e a Elaine pelo trabalho de digitação e pelas considerações pessoais sobre a organização final do texto.

Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutaram e lutam por um mundo justo, fraterno e socialista.



## SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo I.....	11
Capítulo II.....	69
Capítulo III.....	115
Conclusão.....	131
Bibliografia.....	163
Anexos.....	177
Anexo I .....	a
Anexo II .....	b
Anexo III.....	c
Anexo IV.....	d
Anexo V.....	e
Anexo VI.....	f
Anexo VII.....	g
Anexo VIII.....	h
Anexo IX.....	i
Anexo X.....	j
Anexo XI.....	l
Anexo XII.....	m
Anexo XIII.....	o
Cópia de documentos consultados.....	179

## **INTRODUÇÃO**

## 1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação parte da hipótese que supõe a existência de outras formas e realidades educativas, construídas historicamente, além da escolar. Ela também afirma que estas devem ser tratadas e abordadas como parte da história da educação brasileira e que além de cumprir papel importante na formação humana, nas diferentes classes sociais que compõem nossa sociedade, elas se caracterizam por ações e espaços distintos do escolar formal, o qual aprendemos a identificar e afirmar como aqueles que são única e exclusivamente educativos.

Na pesquisa, procuro superar divisões e recortes de natureza apenas cronológicos, busco a processualidade e as várias dimensões, a partir da dinâmica sócio-econômica, do desenvolvimento histórico de uma forma de educação usualmente pouco trabalhada na história da educação.

Tanto a prática quanto o conceito de educação são tratados e abordados numa perspectiva não restritivamente escolar.

Iniciada a pesquisa, logo percebi que o objeto abordado, sob tal perspectiva, possuía especificidades e singularidades. Assim, desde a fase inicial do levantamento bibliográfico e depois na pesquisa de campo, dúvidas e incertezas surgiram aos montes, feito cogumelo em tempo chuvoso.

Hoje reconheço que foi difícil, muito difícil, superar os questionamentos e as dúvidas que surgiram, pois a cada tentativa de encontrar explicações e/ou subsídios para levar a termo a tese levantada, me sentia bombardeado por novas dúvidas e questionamentos. Dada a especificidade do tema e do objeto sobre o qual me debruçara, estes pareciam não caber à historiografia da educação. Foram inúmeras as vezes que me perguntei se na historiografia da educação haveria condições e possibilidades de desenvolver, com sucesso, pesquisas dessa natureza. Na verdade eu estaria equivocado teoricamente ao propô-la, pois ela seria irrealizável. Não caberia à história da educação e à historiografia educacional aterem-se àquelas realidades que eu via e identificava como educativas.

A persistência foi irmã da sabedoria, pois a cada mergulho nos estudos e em novas fontes e referências teóricas se dissipavam as dúvidas e incertezas. O avançar das

pesquisas de campo, cada vez mais, tornava clara a existência de outros espaços onde se realizavam distintas e complexas formas de práxis educativas.

Foram consultados o Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte - MG, Arquivo Edgard Leurenroth - Unicamp, Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte - MG, Câmara Municipal de Nova Lima e Sindicato dos Trabalhadores da Mineração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima. Nessas instituições foram pesquisadas as mais variadas obras e documentos produzidos por representantes das classes dominantes (locais, nacionais e estrangeiras). Obras de brasilianistas, historiadores, sociólogos, viajantes do quilate de Saint-Hilaire e Sir Richard Burton, jornais, atas e estatutos produzidos por representantes dos trabalhadores em geral e especificamente os de Nova Lima.

Foi nessas instituições que coletei documentos, informações, dados e indícios que me possibilitaram identificar ações de caráter formativo e educativo não-escolares. Pude dar-lhes forma e objetividade, mostrar como elas atuaram na vivência dos homens, na construção de espaços sócio-culturais, como se davam os processos de interação e diferenciação dentro das classes, frações de classe e grupos, como influíram nas formas de ações desses atores sociais, no caráter ideológico, político e econômico de uma sociedade que se transformou rapidamente a partir de 1834.

Além do mais, foram realizadas mais de quatorze horas de entrevistas, já transcritas, com trabalhadores remanescentes da década de 1930, pois meu objetivo inicial era atingir as décadas de 1930 e 1940. Estas entrevistas não foram utilizadas porque o período pesquisado ficou delimitado entre 1834 e primeira década do século XX. Talvez numa pesquisa de maior fôlego sobre a temática, num próximo trabalho, mais amadurecido pelo crivo e contribuições de outros pesquisadores e estudiosos, a fala dos entrevistados e suas memórias nos contem, desde o início do século passado, o avesso de uma história da educação que ainda está por caber nela própria a “contrapelo”, no século XXI.

Foi longo e complexo o trilhar pelos caminhos da história de um processo de aprenderes e ensinamentos eivados de lutas e resistência e vice-versa. Houve momentos em que fui obrigado a interromper os trabalhos, o tratamento teórico-metodológico, retomar os estudos e buscar novos referenciais. Na verdade, desse ponto de vista, havia me defrontado com objetos e fontes primárias que suscitavam um conjunto de questionamentos

e conceitos novos, os quais eu não estava acostumado a abordar. Eles me apresentavam uma realidade cuja história não me permitia abordá-la apenas dentro dos limites colocados pela maioria das obras e pesquisas da história da educação brasileira.

A cada passo, sentia que trilhava caminhos que eu pouco conhecia e que exigiam ser tateados, desvendados. Nesse processo, tanto o tema quanto os objetos e conceitos que inicialmente se apresentavam como tênues, à medida que retrocedia a períodos históricos cada vez mais recuados temporalmente, pareciam sofrer de uma crônica e insuperável precariedade de referências e estudos. Foram tomando corpo e substantividade.

Assim, na pesquisa, os estudos e fundamentações que realizei nos Arquivos e Centros de Memória, pautados por outras áreas do conhecimento, me permitiram tratar, na história da educação, a educação não-escolar como um objeto de primeira grandeza. Identificar na vida, na realidade daquela comunidade e no dia-a-dia daqueles indivíduos variadas formas, diferentes conteúdos e métodos próprios de ações educativas.

Além do mais a dissertação abordou um período histórico conturbado econômica e politicamente. Período onde o desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas representaram um novo fator de conflito e tornaram mais complexos os diversos níveis e tipos de relações econômicas e de trabalho até então existentes. Estas relações acabaram por criar formas de subordinação e adequação individuais e coletivas, submeteram muitas das relações do escravismo moderno às exigências e necessidades do capital (o escravismo moderno foi fruto do processo de acumulação e desenvolvimento do capitalismo).

Com a chegada dos capitais britânicos, a partir de 1834, a área se tornou um verdadeiro canteiro de obras, palco da instalação e desenvolvimento do maior projeto industrial capitalista inglês para extração de ouro instalado no país. O empreendimento industrial britânico recuperou o prestígio e a fama que a cidade havia possuído desde o século XVII até meados do XVIII. O restabelecimento da importância da cidade, enquanto principal área de exploração aurífera do país, no século XIX, esteve diretamente ligado aos investimentos britânicos e ao desenvolvimento das relações sociais e de produção capitalista.

Foi dentro dessa realidade conflituosa, cheia de tensões e contradições que identifiquei os condicionantes sócio-econômicos, político-culturais e educativos (objetivos e subjetivos), os instrumentos criados e desenvolvidos pelos sujeitos sociais fundamentais (principalmente capitalistas ingleses e escravos) e suas transformações.

Atento à educação e à práxis pedagógica subjacente às relações sociais e de trabalho, às modificações determinadas nessas relações pelas transformações de natureza econômica (na economia política), procurei traçar, no primeiro capítulo, uma linha histórica que parte dos primórdios e origem da cidade e vai até às décadas iniciais do século XIX, quando os ingleses adquiriram a Morro Velho, redefinindo o perfil econômico-político, mas alterando pouco as condições básicas objetivas das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos sobre os quais se assentava a história da província e nela a da Villa de Nossa Senhora do Pillar de Congonhas do Sabará. Nesse intervalo de tempo destaquei as transformações e os conflitos determinados pelos diversos agentes históricos presentes no período de mineração aurífera dos séculos XVII e XVIII. Depois, em pleno século XIX aquelas determinadas pela entrada da extração industrial capitalista do ouro. Um novo período em que processo de surgimento de novos interesses, novas contradições e conflitos, refletiam a entrada em cena dos novos personagens presentes na vida econômica e política da cidade.

Foi possível identificar e trabalhar uma maneira de ver e entender a existência de estruturas, das formas e dos processos educativos. Perceber que outras formas de educação permeavam as relações, articulações e organizações existentes entre os trabalhadores - escravos, homens livres pobres, imigrantes – e estas alteravam ou influíam objetivamente sobre os interesses e necessidades de outros setores e agentes sociais - clero, profissionais liberais, funcionários do estado, pequenos empresários e capitalistas estrangeiros.

Preocupado com o modo pelo qual estas relações foram construídas e estavam ligadas às instituições e formas de organizações sociais pré-existentes à fixação do capital britânico ou que foram criadas e recriadas sob essa nova realidade, utilizei estudos e pesquisas que tratam de diferentes processos e instrumentos de controle desenvolvidos na sociedade mineira pelos distintos sujeitos sociais que compunham a classe dominante e que respondiam por garantir o controle dessas classes sobre os setores subalternos.

Contraditoriamente essas mesmas instituições serviram também como espaço de luta e resistência de escravos e homens livres pobres (a exemplo das Irmandades Leigas), sendo, direta e indiretamente, responsáveis pela preservação de distintas identidades étnicas e culturais. Muitas delas permaneceram presentes na sociedade mineira do século XIX e vieram interferir na vida e na cultura operária do século XX, nas relações de trabalho, nas suas formas de ação política e na sua educação.

O quadro que foi se delineando à minha frente, já no primeiro capítulo, explicitava formas e processos educativos que não se reduziam apenas à educação escolar, confessional ou não. Essa educação estava intimamente ligada à manutenção e preservação da dominação, objetivava a transformação dos padrões morais e culturais existentes entre os índios, negros e homens livres pobres.

Quanto à educação formal, leiga ou confessional (desde a chegada dos portugueses ao Brasil), estudos recentes abordam os instrumentos e estratégias utilizados para catequizar e colonizar, como foram desenvolvidos alguns dos processos de introdução de práticas “pedagógicas” que destruíam ou condicionavam aquelas desenvolvidas e utilizadas pelos índios, negros e a gente do povo na manutenção de seus valores, costumes e de sua identidade cultural.

Tratava-se de uma educação, como não poderia deixar de ser, que se diferenciava de acordo com o segmento ou classe à qual se destinava. Uma ação educativa pautada por outros princípios pedagógicos muito bem definidos, proposta a partir dos interesses e necessidades dos colonizadores e por aqueles que mais tarde fariam parte dos setores dominantes que propugnavam o fim do pacto colonial e a independência do nosso país de Portugal.

Sem sombra de dúvida uma perspectiva de classe. Assim, já no primeiro capítulo é possível perceber, através de estudos e documentos existentes, que a mentalidade e os interesses das classes dominantes não se moviam ou se pautavam apenas pela existência do espaço escolar formal. Apesar de possuir outros espaços de formação e educação além desse, elas tinham clara a importância dessa instituição para si enquanto classe dominante. Essa questão se aprofunda de forma contundente no século XIX para parcela ou fração da classe dominante.

Havia uma linha de continuidade recorrente, mostrando a existência de uma prática educativa ocorrendo concomitante a formal e escolar, que não estava escrita nos livros e nem definidas nos currículos e programas pedagógicos, mas que formavam um modo de ver, entender e agir sobre o mundo, uma visão de homem e de sociedade. Essa linha recorrente mostrava uma outra forma de educação presente na vida social, nas relações sócio-culturais e de trabalho modificando condutas e comportamentos. Ela conseqüentemente acabava influenciando na correlação de forças existente entre os sujeitos sociais, na consciência que tinham de si mesmos e do papel social que cumpriam no seu grupo étnico, na sua classe e na sua sociedade.

Aprofundei minhas análises para compreender sob que condições se dava aquela educação, seus processos e os seus instrumentos; e como se dava uma outra ação educativa que possibilitava um aprendizado para além daquele que, mesmo parcial, fazia parte das regras do jogo do sistema capitalista industrial que se instalava.

A chegada dos investimentos internacionais com a implantação e desenvolvimento das empresas estrangeiras, representavam a inserção do país num novo quadro econômico mundial que redefinia, não apenas os nossos interesses e o papel do Estado e das classes nele presentes, mas também fundamentalmente de outros diversos sujeitos sociais e frações de classe.

Como poderá ser verificado no decorrer da pesquisa houve sempre por parte do capital um intencional e deliberado esforço educativo permeando as relações sociais e de trabalho.

Vislumbrando-o como um todo e estudando-o de forma panóptica não há como negar que na área e período pesquisados houve um longo e complexo processo de aprendizagem determinado pelo capital, à revelia das formas e iniciativas determinadas pelo Estado ou pelo clero nas instituições escolares.

Há que se destacar que, no caso brasileiro, elas se constituíram, no máximo, em instâncias e atividades acessórias às necessidades e ações levadas a termo nas e pelas empresas industriais capitalistas.

A pesquisa deixa claro que não há como desconsiderar que a empresa se constituiu num agente que desempenhou um papel de fundamental importância na vida das pessoas, na medida em que, além de intervir concretamente na estrutura econômica da

sociedade e na organização material dos espaços de trabalho e comunicação, provocou alterações na dinâmica econômica, política e cultural, modificações na mentalidade e nos valores sociais existentes, na vida da região. Alterou substancialmente as idéias que estes homens tinham de si mesmos e do seu papel social enquanto trabalhadores e seres humanos.

Principalmente no capítulo dois, identifiquei e apreendi parte do processo e das relações que, se assim posso considerar, concorreram para que se manifestassem formas de luta e resistência por parte dos trabalhadores sob a dominação do capital numa sociedade escravista. Nesse Segundo Capítulo, ainda descrevi as condições de vida e trabalho dos mineiros - escravos, ex-escravos e livres pobres, dentro e fora da empresa. As condições aviltantes às quais suas existências estiveram sujeitas ao poder quase absoluto exercido pelos ingleses, individual e coletivamente.

No Terceiro Capítulo, trato das condições reais sob as quais esses homens, mesmo incorporando e assimilando valores e comportamentos adequados às necessidades e especificidades do capitalismo industrial, nos poucos documentos existentes desses segmentos e nas partes aproveitáveis dos documentos produzidos pelas classes dominantes, me permitiram ver e identificar que mesmo submetidos a uma situação degradante e estarrecedora de escravidão, eles não se limitaram apenas a uma condição de conformismo e desenvolveram formas bem definidas de resistência e luta. Criaram formas e instrumentos para manter, mesmo que minimamente, sua identidade e preservar parte fundamental de suas especificidades sócio-culturais e políticas no ambiente homogeneizador e massificante dominado pela escravidão e o capital (inclusive, as estruturas e a lógica do escravismo subsumiram aos seus interesses e a ele estiveram submetidas). Como os setores subalternos (e muitas vezes o próprio capitalista) sofreram influências, estavam submetidos a variadas formas de ações cujo objetivo era o de alterar sua vivência cotidiana. Como foram capazes de absorvê-las ao mesmo tempo recriá-las e ao recriá-las recuperar elementos necessários e imprescindíveis à sua identidade social, e no caso dos trabalhadores livres pobres e escravos, esse recriar e resistir dizia respeito necessariamente às suas formas e mecanismos de resistência e luta.

No terceiro capítulo, mostro alguns dos instrumentos e práticas sócio-culturais que historicamente permitiram aos trabalhadores deixar o conformismo,

desenvolver formas novas de resistência e luta. E que em fins do século XIX e início do XX foram coroadas pela criação de uma organização de natureza sindical e classista (foi estudada especificamente a Junta de Auxílio Mútuo presidida pelo Sr. Mamed, no início do século XX). Como eles se relacionavam e mantinham contatos com trabalhadores de outras regiões e absorveram a experiência sindical desenvolvida em outras paragens e momentos históricos, as influências dos ideários do pensamento político socialista.

Neste contexto se pode identificar que continuava a subsistir a prática pedagógica da educação pelo trabalho e como ela, objetivamente, continuava a existir enquanto uma prática educativa em interação socio-econômica com o empreendimento capitalista industrial inglês que continuava a se expandir no nosso país, no início do século XX. Especificamente, no que tange aos trabalhadores, corroborou dentro do conjunto de transformações políticas e econômicas que ocorreram para a construção e consolidação daquelas que podem ser consideradas as formas próprias de um novo período de nossa história, em que o sindicalismo se apresenta como porta voz de princípios e lutas de caráter revolucionário e socialista.

A pesquisa mostra, na vida dos trabalhadores, como foi se alterando a própria consciência que tinham de si mesmos e de seu papel enquanto trabalhador e enquanto classe. Como os trabalhadores transformaram o próprio modo de se verem e de atuarem política e socialmente no dia-a-dia da fábrica e da cidade. E, mesmo em se tratando de uma comunidade industrial isolada em relação aos pólos industriais emergentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Juiz de Fora, etc, perceber como os trabalhadores de Nova Lima conseguiram romper estas limitações para se integrarem ao conjunto mais amplo das lutas e embates levados por outros trabalhadores e pelos setores populares, noutras regiões.

Parece-me importante destacar que, por mais específica e restrita que fosse sua localização e participação, tal processo fez parte do conjunto de lutas encetadas pelos trabalhadores em geral desde o século XX. E mais especificamente no Brasil, está inserida no conjunto de lutas e conflitos de natureza classista que abrange um longo período histórico de luta das classes subalternas em nosso país, isto desde a greve escrava de Ponta da Areia, atingindo o I e II Congresso Operário Brasileiro de 1906 e 1913, o Congresso

Operário de Minas Gerais de 1907 e, muito tardiamente nas décadas de 1920 e 1930, com o assenso dos Comunistas.

Na conclusão, pautado pelo conceito e identificação de uma educação não-escolar, sob a realidade das relações descritas e trabalhadas nos capítulos precedentes, procurei sintetizar o papel dessa educação na transformação do comportamento e das expectativas individuais e coletivas, na consciência e na visão de homem e de mundo presente entre os agentes sociais e que foram decisivos na determinação da vida política, cultural e econômica da cidade em pleno século XX.

## CAPITULO I

### NOVA LIMA: MINERAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA BATÉIA À MÁQUINA À VAPOR DE BLAKE INDUSTRIALIZAÇÃO E PODER POLÍTICO

*"Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nela se vêem, acrescento que a terra aparece que evapora tumultos; a água exala motins, o ouro toca desaforos; desfilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem os astros, o clima é tumba da paz e berço da rebelião, a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro, é como no inferno"*

*(Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar, In Vasconcelos, Sylvio d', "Mineiridade, Ensaio de Caracterização", BH: Imprensa Oficial, 1968, p.25)*

Nova Lima, situada, aproximadamente, a vinte quilômetros de Belo Horizonte, na encosta ocidental da Serra do Curral, faz parte, pode-se dizer, da região metropolitana da capital mineira, e está hoje quase transformada numa cidade dormitório. Mas, a grosso modo, a cidade ainda vive ligada à mineração e economicamente depende das atividades industriais da Saint John d'El Rey Company Ltda ou "Morro Velho" como é popularmente conhecida. Somente com a Morro Velho, são mais de cento e sessenta anos de atividades mineratórias, praticamente ininterruptas.<sup>1</sup> A cidade, no século passado, foi considerada "a Califórnia brasileira" (Burton, 1976, p. 185).

Inicialmente gostaria de apresentar algumas considerações a cerca da importância que o ciclo do ouro teve para nosso país, pois foram as atividades mineratórias desenvolvidas e suas injunções políticas, econômicas e socio-culturais que desencadearam conflitos e transformações internas substantivas na colônia. Como veremos, a vila fazia parte da área onde se concentrou e se desenvolveu a exploração aurífera do século XVIII, o maior e mais importante centro minerador do período colonial. E mais, a vila no século XIX será a mais importante área de exploração de ouro do país.

As atividades da mineração aurífera tiveram um papel fundamental na economia da da região, da província e do país, propiciando o aparecimento e o desenvolvimento de novas atividades econômicas. De forma geral podemos dizer que o ouro extraído na colônia foi carregado todo para as mãos da coroa britânica e se constituiu num fator decisivo do financiamento da revolução industrial inglesa. Vale lembrar que aquela nação por intermédio de suas indústrias, no século XIX passou a explorar *In loco* as riquezas de nossa terra, fazendo com que os ingleses praticamente transformassem o nosso país numa forma "sutil" de "protetorado".

---

<sup>1</sup> Caio Prado Junior afirma que a Morro Velho havia encerrado suas atividades no século XIX, ele destacou a importância econômica do empreendimento industrial Inglês. (Prado Junior, História econômica do Brasil, 27ªed., São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 60). Seria importante ressaltar que pode se tratar de um erro ou equívoco naquela edição pois na obra Formação do Brasil contemporâneo o autor aponta que "Atualmente, a mina mais rica do país, a única em exploração em larga escala existente, é o conhecido Morro Velho, em Nova Lima (Minas Gerais)." (Prado Júnior, Caio, Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia, 8ªed., São Paulo Brasiliense, 1965, p. 165);

Como veremos no decorrer desse capítulo, a Vila de Nossa Senhora e a província de Minas Gerais, sempre foram palco de tensões, conflitos e lutas entre distintos e heterogêneos sujeitos sociais. Assim como em outras áreas e regiões do país, se tornou terra onde reinava a inquietação e se conspirava contra o poder metropolitano.

Remontando às origens da cidade, foi Manoel de Borba Gato quem efetuou, com sua bandeira, nos "últimos dias do século XVII a primeira entrada nos veios auríferos do território de Congonhas" (*Lima, 1901, p.322*).

Inicialmente os abarracamentos ou os garimpos de faiscadores dirigiram-se preferencialmente para o arraial de Raposos. Mas, já em 1725, a Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará e suas adjacências vivia uma nova realidade econômica, social e política, fruto da expansão das atividades auríferas.

Sobre estas mudanças e transformações, Augusto de Lima, apoiado em documentos consultados nos arquivos da antiga Guarda-Moria de Raposos, numa linguagem quase ufanista, fornece uma descrição bastante pessoal e rica a respeito da história da cidade e região ao afirmar que:

"sendo Fernam Paes Lemes Guarda-Mor do Rio das Velhas, Santo Antônio, Paraopeba, Raposos e Congonhas, era enorme a população que se apinhava nos valles estreitos dos diversos ribeirões da Serra do Curral, (...), eram numerosos os engenhos de pilões e continuavam em incremento as extrações nas faisqueiras." (*Lima, 1901, p. 322 a 324*)<sup>2</sup>

O que se viu na exploração aurífera foi algo inédito na história do Brasil pois, do ponto de vista populacional, a mineração

“concorre para decuplicar a população colonial, cujas estimativas nos apresentam 100.000 habitantes, no fim do século I [século XVI], 300.000 no fim do século II [século

---

<sup>2</sup> “Tal foi, porém, a fascinação que a notícia da fortuna rápida de alguns produziu nos espíritos da época, que, decorridos os primeiros 25 anos, já se concentrava no centro-sul da colônia, regiões dantes praticamente inabitadas, um número correspondente a mais de 50% dos habitantes existentes no país”. (*Lima, 1957, p. 272*) Consultar a anexo I, pagina a dos anexos.

XVII]; e 3.300.000, no fim do século III [século XVIII], quando chega a termo. A contribuição metropolitana foi enorme: orçam-na uns em 500.000 pessoas, outros em 800.000. De qualquer forma, no caso de um país que tinha apenas 2.000.000 de habitantes, a sangria foi grande”. (*Sodré, 1964, p. 136*)

Para termos uma idéia do que representou a exploração aurífera na área, temos informações de que num raio de 12 léguas,

"no anno de 1764, ... , as duas frotas que sahiram do Rio de Janeiro e Bahia, nesse anno, levaram a Lisboa 15 e 1/2 milhões de cruzados de ouro e 220 arrobas de ouro em pó e folhetas, 437 arrobas de ouro em barra e 48 arrobas de ouro lavrado (...). E apenas arranharam a superficie da terra." (*Minas Geraes, 12 de julho de 1900, p.3*)

A exploração aurífera mineira representa o período em que,

“no século XVIII, o ouro do Brasil deu o primeiro impulso à formação dos grandes estoques deste metal nos tempos modernos. Entre 1700 e 1770, a produção do Brasil foi praticamente igual a toda a produção de ouro do resto da América, verificada entre 1493 e 1850; e alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII, XVIII”. (*Simonsen, 1957, p.258*)

Foi esse estoque de ouro que propiciou à Inglaterra implementar a utilização do ouro em substituição à prata como lastro de sua moeda.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “Em 1816 Lord Liverpool suprimia a cunhagem livre de prata, dando como motivos ser o ‘o ouro a moeda natural da Inglaterra’. Simonsen, 1957, p, 258)

Para Lima, foram os "incansáveis operários" da mineração que modificaram a face econômica da região.

Ao leitor eis "transcriptos fielmente do livro da guarda-moria" os nomes desses operários:

"Capitão Alexandre Afonso, Capitão Antônio de Araujo dos Santos, Joaquim da Costa Pinheiro, Manoel Simões Távora, Sebastião de Meirelles (Santo Antônio do Rio Acima), Sargento-Mor Christovão Joaquim Corrêa (Corrego do Borba), Antônio Rodrigues Faria, José Lopes Pinheiro, Sargento-Mor Joaquim Gonçalves de Azevedo, Paschoal Fernandes, Damacio da Silva Falcão (Congonhas), Amaro Gomes Cardozo, Pedro Peixoto Iluna (Ribeirão de Congonhas), Pedro de Sousa Barros, Antônio Cardozo, Guarda-Mor Pedro da Fonseca Ozório, Manoel Rodrigues Lima, Padre Manoel de Almeida, Manoel Ferreira Barbosa (Arraial de Congonhas), Damazio da Silva Falcão, José da Costa Valle (Corrego de Congonhas), Antônio Mina, Firmo Dias, Joaquim Maciel (Currálinho), Antônio Alvaes Pugez (Rio das Velhas), Paschual da Silva Guimarães, Joaquim Carvalho Silva, Júlio de Mosqueira, Balthasar do Valle, Padre Manoel da Motta e Moura, Thomé Leitão da Costa, Bento Rodrigues, Francisco da Costa Soares, Manoel de Freitas Velho, Manoel Fernandes Lima (Macacos), Joaquim da Costa de Mesquita, Nicolau Faria, Antônio Dias e José Dias, Manoel da Silva Lopes, Lourenço Duarte, Aguida Ribeiro da Silva, Domingos Gonçalves Lima, Joaquim Rodrigues Alves, Gaspar de Souza Dias, Domingos Gomes Albernez, Manoel Pires Sardinha (em diversos pontos). Devemos ainda destacar a Mina de Santa Rita de propriedade de D. Florisbela Horta".

*(Lima, 1901, p. 322-24)*

Foram eles que a transformaram numa das principais referências econômicas do período colonial. O ouro atraiu para a cidade e adjacência membros da nobreza da corte e criou uma aristocracia que foi influente política e economicamente.

A história da cidade mostra claramente que "a mineração, desde os tempos da batéia e da picareta, estava lançando as bases e os fundamentos de uma vasta superestrutura de progresso" (*Burton, 1976, p.187*). Com elas, emergiram, a partir das

diferentes ocupações que se estabeleceram, novas formas de ação<sup>4</sup> e relação entre os sujeitos sociais existentes na vila e região que acabaram provocando uma significativa diferenciação social (isto ocorreu não só em Nova Lima mas, também, em outras áreas de mineração da província).

Apesar da espoliação imposta pela coroa à colônia, podemos identificar o aparecimento de um mercado interno decorrente da mineração e que se estruturava a partir da permanência no país de lucros residuais do ouro, do aumento da atividade agrícola, do desenvolvimento de um comércio urbano que começava a se destacar como fator econômico importante e influente, da elevação do preço dos gêneros alimentícios, da criação de uma complexa rede de estradas (roteiro de circulação comercial por onde se chegava às áreas de mineração), do trabalho livre numericamente superior ao de escravos, decorrentes da migração interna e da imigração portuguesa. Esses elementos, fundamentalmente, impuseram uma substancial alteração nas relações de trabalho e na monetarização da economia. Propiciando o aparecimento e desenvolvimento de atividades urbano-comerciais e criando uma classe trabalhadora que se distanciava do escravo. Classe que contrastava com uma classe proprietária e aristocrática que, além de ter

“horror aos trabalhos que exigissem esforço ou habilidade física, entre os quais se colocavam todos os que se apresentassem com o artesanato”, se desinteressava do caráter predatório e espoliativo vigente, se desinteressava da “forma de subordinação política em que a área portuguesa da América estava colocada”. (Sodré, 1978, p. 35 e 38)

Com o advento da mineração, e por consequência do próprio processo de acumulação primitiva em curso em nosso país, houve o aparecimento de um florescente

"seguimento de sólidos comerciantes nativos, fazendo da região o eixo dinâmico da economia de toda a colônia, favorecendo o surgimento de um grupo de empresários, ...,

---

<sup>4</sup> Aqui estou entendendo "formas de ação" como prática material, praxis. No mesmo sentido empregado por João Bernardo em "Economia dos Conflitos Sociais", SP:Cortez, 1991, p.60.

que naturalmente imporiam novos padrões de comportamento social" (*Boschi, 1984, p.147*).<sup>5</sup>

Isto é, pode-se identificar e caracterizar o surgimento de segmentos novos no seio da estrutura social escravista, que imporiam modificações tais que, encerrado o ciclo do ouro, a sociedade e o escravismo não mais voltariam a ser como antes.

A concentração de riquezas decorrentes da dinâmica econômica mineratória se refletia no seio das classes dominantes, a começar pela disputa da força de trabalho escravo existente em outras regiões e esse foi um duro golpe na estrutura econômica das classes dominantes de outras áreas (açucareira do nordeste). No seio das velhas classes dominantes despontavam os primeiros representantes de novos setores econômicos e políticos que serão influentes no cenário político e social de Minas e do país, durante os séculos XVIII e XIX.

Foi em função do crescimento destes novos setores e de sua influência que foram amadurecendo tensões e conflitos de natureza econômica as quais se refletiam político-ideologicamente, não só em relação ao pacto colonial, como também em confrontos internos e que se espalhavam por várias províncias. Em especial, por motivos óbvios, a de Minas Gerais, o então

“Governador D. Antônio de Noronha (1775-1780), manifestou o receio de ficarem os habitantes da Capitania, dentro de pouco tempo, independentes dos do Reino, pela diversidade de gêneros que em suas fábricas se trabalham”. (*Carvalho, Daniel, O algodão em Minas, in Anais da Primeira Conferência Algodoeira, vol.III, apud LIMA, 1976, p.55 e 56*).

A repressão e o controle que se seguiriam por parte das autoridades provinciais e coloniais, por determinação da coroa portuguesa, às fábricas de tecido, às siderúrgicas e a outras indústrias nascentes e em expansão, seriam violentos. O que aprofundaria o descontentamento e as tensões internas à colônia.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Ver Lima, op. cit., p. 322 a 324.

<sup>6</sup> Quanto a esse aspecto, os documentos e leis editados pela coroa deixam claro que esta não seria

Na verdade,

“a mineração não fornecia um tipo, como o senhor de engenho, mas a multidão. Nesta, o número de escravos foi sempre inferior ao de pessoas livres. É, portanto, uma nova sociedade que emerge do fundo da hermética e rígida estrutura colonial”. A mineração estava proporcionando na colônia, “as grandes transformações que antecedem a fase da autonomia política”. (Sodré, 1964, p. 138 e 139)<sup>7</sup>

Na sociedade se fazia sentir com maior intensidade e força a presença das novas classes ligadas direta e indiretamente à mineração aurífera. Estas emergiam no cenário político progressivamente com mais força, com crescente e forte assenso na máquina estatal. Em nível social, frente à debilidade que se fazia sentir nas antigas classes dirigentes, se tornava cada vez mais inquestionável o papel e o espaço político-ideológico ocupados por estas novas frações das classes dirigentes.

Estes setores emergentes, influentes política e economicamente, garantiram um novo perfil sócio cultural à província e retocaram a maquiagem de poder das velhas classes dominantes, muito mais do que definir formas de ação e organização sociais que atendessem suas expectativas e interesses, na verdade estavam dando os passos fundamentais para quebrar o equilíbrio de forças até então existente na colônia, com reflexos sobre nosso tecido social. Esses reflexos eram tão profundos e alteravam de tal modo a correlação de forças existente organicamente no seio das classes dirigentes que estabeleceriam uma linha demarcatória clara entre seus interesses e aqueles defendidos pelas classes até então responsáveis pela manutenção do pacto colonial.

Assim como em outros locais de exploração aurífera em Minas Gerais (Mariana, Vila Rica e São João Del Rey), também em Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, ocorria, concomitante ao seu desenvolvimento econômico, uma intensa e rápida urbanização resultado da maior concentração de investimentos e escravos, da diversificação da produção. Ali também, a mineração, além de provocar a tendência de

---

concedente com a gente da terra e suas industrias. Vários empreendimentos foram fechados, suas máquinas confiscadas e leiloadas na europa pelo preço que o arrematante melhor lhe aprovesse, seus donos deportados ou presos. (Lima, heitor Ferreira, História político-econômica e industrial do Brasil, 2ª ed., Brasileira vol. 347, São Paulo:Companhia Editora Ncional, 1976);

fixação à terra de muitos mineradores, abrindo espaço para o trabalho livre e uma progressiva divisão do trabalho, acabou por determinar um "processo muito forte de aglutinação social e a conseqüente obtenção de uma população mais estável" (*Boschi, 1984, p.144-5*).<sup>8</sup> Sobre essa, há estudos e pesquisas que mostram como o processo de urbanização cumpriu um papel fundamental na normalização e regulação da vida das pessoas, na sua subordinação às leis. Segundo Mello e Souza, principalmente os arraiais, "serviram muito bem ao propósito que as criara: a consolidação do poder metropolitano no seio do sertão das Minas" (*Mello e Souza, 1986, p.104*). O processo de urbanização se fazia acompanhar, além da diversificação e divisão do trabalho, do crescimento do artesanato e de atividades industriais e agrícolas, de um crescimento administrativo e político decorrentes da necessidade de controle e fiscalização das atividades mineratórias.

Durante o século XVIII se percebe o desenvolvimento da administração do estado, particularmente nos setores judiciário e fiscal, enquanto as milícias, de um lado, e o clero, de outro, não só aumentavam como, o que é mais importante, recolhiam elementos da terra, davam-lhe uma posição". (Sodré, 1978, p. 36) Assim, além dos faiscadores, negros forros, livres pobres, dos escravos, dos "operários da mineração" e dos homens de bom cabedal, havia ainda de burocratas e profissionais liberais e militares que representavam o aparato repressivo-fiscal da coroa portuguesa. Excluindo-se os quatro primeiros sujeitos sociais citados, o restante, dada sua posição na estrutura produtiva e seu papel nas relações políticas e sociais, representavam o aparecimento, ainda que embrionário, dos setores médios da nossa sociedade (*Boschi, 1984, p.144 e 149*).<sup>9</sup>

Outro fato relevante que decorreu das atividades mineratórias dos altiplanos, foi a reordenação e o deslocamento geo-político do centro de poder do nordeste para o sudeste. Além disso, é inegável que esse re-ordenamento deixa transparecer que estava ocorrendo, também, uma alteração substancial nos eixos dos interesses político e econômicos no seio das classes dominantes. A mineração ao contribuir com o aparecimento de novos setores e atividades econômicas, alterou e criou padrões de

---

<sup>7</sup> Verificar Anexo I e II, paginas a e b respectivamente dos anexos.

<sup>8</sup> Também conforme Lima, op. cit., p.322 a 324.

<sup>9</sup> Segundo o autor, a "estrutura social que então se delineou definiu-se não apenas pelos elementos humanos que o ouro dos primeiros tempos selecionava, como também pela presença de um sólido estamento burocrático. Junto ao branco minerador, ao agricultor, ao negociante, esteve o funcionário militar".

comportamento social que, enquanto representações efetivas de um novo cenário econômico e ideológico, foram determinando o aparecimento de novos interesses e conflitos, criando novas expectativas e uma nova correlação de forças, novas formas de relação e interação econômica dentro da colônia e desta com a metrópole e as outras nações capitalistas, em especial com a Inglaterra .<sup>10</sup>

Como já visto, nesse período e nessa área, houve a fixação e expansão de um conjunto de atividades econômicas e burocráticas tocadas por número significativo de trabalhadores livres que direta e indiretamente acabaram alterando o significado social do trabalho. Estes homens livres nasceram e se desenvolveram ocupando posições bastante específicas na estrutura sócio-econômica nas áreas de mineração e em outras regiões e centros urbanos.

Todos esses "novos personagens", provocaram fraturas e mudanças na verticalidade hierárquica da sociedade escravocrata, mas continuaram gravitando em torno de sua dinâmica econômica e do eixo básico de sustentação das classes dominantes, da grande propriedade e pouco influenciando para modificar a exclusão dos setores subalternos. Mas, estava se iniciando o lento processo de redefinição do eixo central dos interesses e ações existentes no cenário político-econômico local e brasileiro, dentro de uma perspectiva conservadora, é claro.

Com maior intensidade e "profissionalismo", estes novos setores cristalizavam, sem romper com o *status* social vigente, seus interesses no seio da sociedade.

Assim, podemos afirmar que,

“de um modo muito sumário, denuncia-se no III século [século XVIII] o aparecimento de uma classe média de características essencialmente urbanas, “inteiramente divorciada da terra” [as aspas são minhas], enquanto surge a classe trabalhadora, agora definida pela retribuição do seu trabalho em dinheiro, inteiramente distinta da

---

<sup>10</sup> As palavras do então desembargador João Rodrigues de Brito, reproduzidas por Lima são no mínimo emblemáticas e demonstram o grau de descontentamento e as expectativas existentes entre lavradores proprietários nacionais – comerciantes, industriais e capitalistas - que solicitavam a liberdade de exportar e comerciar e abolição de intermediários e monopolistas, deixam claro o limite a que haviam chegado esses homens frente a coroa portuguesa. (Lima. Op cit, p.114 a 126)

massa constituída pelo elemento escravo que, apesar de tudo, também encontrava campo de atividade agora em misteres urbanos e domésticos”. (Sodré, 1978, p.36).

Assim, mesmo burlando a lei proibia aos negros serem admitidos a prestarem os exames de ofício(Lima, 1976, p.104), muitos destes ao chegarem ao Brasil, se convertiam em excelentes oficiais, ou mestres de ofício. Assim, mal chegados, os negros logo assimilavam o que lhes ensinava. Transformando-se em ferreiros, carapinas, marceneiros, caldeiros, oleiros, (...), etc. (Viana Filho, Luís, apud Lima, 1976, p. 112) . A atividade artesanal constituiu-se num elemento que merece destaque uma vez que merecia atenção das autoridades competentes como uma atividade própria dos ‘homens bons’ do povo, tem-se notícias de que em 1624 foi feita à Câmara do Rio de Janeiro uma solicitação de licença ao Rei a fim de que o povo pudesse eleger dois mesteres. E em 1730,

“o governador José da Silva Pais, procurando , perante a Câmara do Rio de Janeiro, saber como se costumava ouvir o povo, foi-lhe respondido que por intermédio dos procuradores da nobreza, mercancia e mecânica, eleitos pelo Senado, ordenando então que se aumentasse o número destes procuradores, sendo eleitos 4 por parte da nobreza, entre os principais e mais antigos e que mais vezes tivessem servido na dita Câmara’, 2 por parte da mercancia, sendo um pela freguesia da Sé e outro pelo da Candelária, que fossem ‘sujeitos de inteira capacidade e são consciência e que na tesouraria do Senado tivessem dado boa conta e procedido com verdade’, e 2 pelo estado mecânico”.(Lima, 1976, p.101)<sup>11</sup>

Especificamente no que tange a Minas Gerais, Libby, destaca na estrutura ocupacional mineira de 1831 a 1873, a existência de seis categorias, sendo a primeira composta por

---

<sup>11</sup> Como pode ser verificado na obra de Lima, a atividade artesanal e em especial a existência das Irmandades que se constituíam em confrarias onde estavam os ofícios de serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, pilhereiros, funileiros, caldeiros, espadeiros e os Juizes de Ofícios que se espalhavam pelo território brasileiro e podem ser localizadas, na Bahia, em Pernambuco, em São Paulo, no Maranhão, Minas Gerais, etc. Tratavam-se de carpinteiros, alfaiates, ourives, sapateiros, ferreiros, chapeleiros, curtidores, seileiros, pedreiros, tanoeiros, lapidadores, entalhadores, etc. (Lima, 1976, p. 101 a 113)

membros das profissões liberais – funcionários públicos, os militares, o clero, os chamados capitalistas e aqueles que viviam de rendas-, a segunda por comerciantes, comerciários, donos de fábricas, incluindo a terceira operários ou trabalhadores empregados na indústria – sendo que a maioria destes eram produtores independentes, tais como artesãos e trabalhadores das indústrias domésticas, em vez de assalariados como hoje o termo sugere – que são classificados como “artesãos e profissionais de profissão declarada”. A quarta categoria inclui todas aquelas atividades engajadas na agricultura e pecuária – grandes e pequenos fazendeiros e pecuaristas e seus trabalhadores escravos e livres; a quinta categoria que Libby identifica são os jornaleiros chamada de “assalariados sem profissão declarada”. A sexta categoria inclui qualquer tipo de trabalho ligado à manutenção dos domicílios, ou seja “serviço doméstico”. Sendo que as categorias “agricultura” e “artesãos e operários de profissão declarada”, representavam 86% da força de trabalho total de Minas Gerais.(Libby,1996, p.253 e 254) <sup>12</sup>

Foi dentro desse complexo universo social que, tanto em nível interno à província, quanto externo, explodem movimentos sociais das mais diversas naturezas. Na agenda política da colônia se inserem questões como revoltas populares, separatismo e independência.

Sobre a quase ruína da velha oligarquia açucareira do nordeste, sobre uma montanha de ouro frações da classe dominante “reedificavam” a economia da colônia e a classe média “passava a ter um lugar na escala social”. (Sodré, 1978, p. 39)

Segundo Viotti (1988, p. 72 e 73), a partir daquele momento, "a luta, que inicialmente se manifesta como uma luta de vassalos contra o rei, muda de sentido, convertendo-se em luta de colonos contra a metrópole." Pois "o enriquecimento e o aumento das populações coloniais, em especial aquelas das áreas auríferas de Minas Gerais, principalmente depois da descoberta do ouro, aumentando as exigências de troca e, por outro lado, a ampliação do mercado europeu, fazendo crescer a demanda de produtos coloniais, tornaram com o tempo, cada vez mais odiosos os monopólios e as restrições comerciais, criando na colônia um ambiente hostil à metrópole e receptivo à pregação revolucionária."

---

<sup>12</sup> Consultar as Anexo III e IV, páginas c e d, respectivamente, dos anexos.

Foi nesse contexto, de tal ordem complexo, que começou a se delinear o perfil e os traços político-ideológicos que refletiam um incipiente caráter "nacionalista" de muitos representantes desses novos segmentos das classes dominantes.

Assim se manifestou o Sr. Dr. José de Sá Bitencourt em carta a José Bonifácio de Andrada, Ministro do Reino e Estrangeiros do Brasil oferecendo-lhe a Memória Mineralógica de sua autoria, em 1821:

*“Sabará, 1821.*

*Ilmo. Exmo. Senhor:*

*Nem sempre os acontecimentos filosóficos, neste país, haviam de ser criminosos; nem sempre os amantes da razão e da verdade sufocariam em seu seio sentimentos úteis e liberais. O tirano despotismo que, neste país, oprimiu, devastou e destruiu os primeiros alunos desta útil faculdade, embaraçou por muito tempo o seu exercício aos que escaparam das suas fúrias; fez o retardamento do seu progresso e sufocou no berço planos de melhoramentos bem premeditados.*

*2 – Com que mágoa, Exmo. Senhor, me recordo do infernal governo do déspota Barbacena; e com que satisfação não vejo agora a V. Exa., o primeiro filósofo do Novo Mundo, à testa da direção dos negócios públicos, para dar a este ramo da ciência toda atividade neste continente onde a natureza obrou com mão liberal, prodigalizando tudo quanto há de grande, tanto no reino mineral como no vegetal. É agora, Senhor, que sinto o tempo perdido!*

*3 – V. Exa. Sabe que, quando deixei a Universidade abrasado de um ardente desejo de ser útil à minha pátria, comprei livros, todos os vasos de vidro próprios para o estabelecimento de um laboratório, todos os reagentes e máquinas que me eram necessários, para pôr em exercício o meu gênio, fazer escola aos patricios que dela quisessem se utilizar; e quando lançava os primeiros alicerces de meu edifício, a ambição de um Joaquim Silvério – devedor de muitas contas à Real Fazenda, este malvado tendo ouvido a alguns patricios idéias mais liberais, achando o meio fácil de pagar o seu*

*empenho com um relevante serviço – fez denunciar ao Visconde de Barbacena uma próxima sublevação que se tramava pelos dignos e eruditos patricios de Minas Gerais.*

*4 – O Visconde o remete, e manda que faça a mesma denúncia ao sultão Vice-Rei Luís de Vasconcelos; o ciúme do despotismo fez dar crédito a esse malvado; e sem mais nenhuma averiguação, se procederam a prisões as mais cruéis que, até então, se tinham visto em Minas! – efeitos de um governo déspota.*

*5 – Homens inocentes, nada temiam, mas porque uns diziam que sabiam fundir o ferro; outros, que era de sua arte a manipulação do salitre e o fabrico da pólvora, operações de suas faculdades; foram logos suspeitos de inconfidência.*

*6 – José Alvares Maciel, acabrunhado em cruel segredo, e muitos outros. Eu, perseguido até a Bahia, onde por denúncia do Visconde – só porque dele não me despedi quando, depois de fechada a devassa e por negócios de família, me retirei para a Bahia. E por ordem da Alçada, lá fui recolhido 60 dias em um segredo; e conduzido, como réu de lesa-majestade, para ser sentenciado pelo Tribunal da Alçada, onde a força da inocência e a presença de meu espírito pôde fazer triunfar dos sofismas, sarcasmos e círculos viciosos do presidente que me fazia perguntas. E saindo a salvo, temendo novas perseguições do déspota meu denunciante, voltei para a Bahia – onde residi muitos anos não dando exercício algum à minha faculdade, nem querendo mesmo ser por ela conhecido, uma vez que era um crime o apelido de naturalista.*

*7 – Por esta razão, relevará V. Exa. Algumas faltas que houveram na Memória – que espero as desculpe, ficando V. Exa. Persuadido dos bons desejos que tenho de ser útil nos restos de minha vida à Pátria.*

*Sou de V. Exa., muito respeitador, um colega amante da verdade,*

*JOSÉ DE SÁ BITENCOURT* <sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Nos Autos da Devassa, somos informados que, juntamente com Padre Joaquim Veloso de Miranda, Manuel Jacinto da Gama – Marquês de Baenpedí, Frei José Mariano da Conceição Veloso (primo-irmão de Tiradentes), Hipólito da Costa, Pe. Manuel Rodrigues da Costa, Bocage e José Agostinho, Pe. José Viegas de Meneses, e outros talentos congregados na Real Tipografia do Arco do Cego, constituíam um grupo iluminista e maçônico de relevo, gozando Frei Veloso da proteção do ex-Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa. José de Sá foi inquirido pelo Chanceler Vasconcelos Coutinho, que no dia seguinte remeteu os autos das perguntas ao Vice-Rei, achando-o sem culpa, e nrsta mesma data o Conde de Resende o mandou pôr em liberdade. Segundo informação de Tarquinio J.B. de Oliveira, “correu a boca pequena que inocência de Bitencourt, teria custado a sua tia e madrinha, que vivia em Caeré, duas arroubas de ouro. Autos da Devassa da Inconfidência

A exploração predatória dos bens econômicos da colônia, a não estruturação de uma economia nacional sob bases diferentes daquela ditada pelo pacto colonial, pela economia mercantil, onde a quase totalidade da riqueza produzida pelo ouro encontrava a coroa como a grande beneficiária (riqueza que foi consumida pelo capital usurário, pelo desperdício, pelo esbanjamento e obras suntuárias), somando-se ao isolamento intelectual, técnico e científico a que estávamos submetidos, redundam em um quadro de conflitos que se faziam acompanhar do “esgotamento” e da crise do ciclo do ouro, sem precedentes na colônia. Com a diminuição da produção de ouro, pela própria natureza e a forma de funcionamento do domínio colonial português, a coroa impôs medidas legais e fiscais violentas como a instituição da derrama. É importante deixar destacado que, desde o início das explorações das minas de ouro no Brasil, a coroa não deu um único “passo para introduzir na mineração quaisquer melhoramentos; em vez de técnicos para dirigi-las, mandavam-se para cá cobradores fiscais”. (Prado Junior, 1982, p. 61)

Nesse período de nossa história, se fazem sentir os primeiros frutos do processo de formação de uma “elite” local se organizando e agindo em defesa de seus interesses e necessidades, com todos os seus conflitos internos, paradoxos e demandas.<sup>14</sup>

Ao longo da exposição feita até aqui, pode-se perceber, historicamente, como se iniciou e se estabeleceu, principalmente no seio das classes dominantes, tensões, conflitos e cisões. Muitas desses choques de interesses, além de contraditórios, poderiam ser classificados como antagônicos e que se consumavam quase sempre em conflitos políticos extremamente delicados. Muitas destas lutas e conflitos, com ou sem adesão popular, desaguaram em movimentos cujas aspirações eram de natureza separatista e de independência. Vários dos conflitos vindos do período colonial não só permaneceram mas

---

Mineira, vol. 9, 1977, p. 381 e 401 a 404.

<sup>14</sup> “Do Arquivo Público Mineiro, investigando a personalidade e os negócios do maior contratador de rendas públicas no final do século XVIII, João Rodrigues de Macedo, sua abundante correspondência comercial permitiu descobrir uma nova dimensão política na enorme rede de seus colaboradores e representantes – homens que tomam uma participação ativa no amparo aos inconfidentes presos no Rio de Janeiro e que estenderam a sua ajuda, ainda que modesta, aos locais de degredo”. Ainda segundo Oliveira e Mathias, “Algumas personalidades do processo-crime, não identificadas nas investigações de Minas, nem nas do Rio de Janeiro, ressurgiram e se identificaram com precisão através daquelas páginas”. (...) muita coisa há de ser dita do contratador. Tiradentes, ainda comandante do destacamento de sete lagoas – uma das portas fiscais do sertão – é exaltado por João Rodrigues de Macedo como homem de Honra e caráter”. (Op. cit, p. 8 e 339 a 342)

se aprofundaram depois da proclamação da independência, constituindo-se em novas tensões, explodiram com força ao longo de todo o século XIX.<sup>15</sup>

O que se pode perceber no período de passagem do século XVIII para o XIX, intensificando-se e aprofundando de forma cada vez mais rápida, é que há um bom tempo setores cada vez mais amplos da colônia, já capitalizados, demonstravam interesse na liberalização econômica do Brasil. Aspiravam poder integrar-se autonomamente à nova ordem econômica que se estabelecia, sem a tutela e os laços com a coroa portuguesa. Queriam acesso ao mercado internacional, sem a intermediação da burguesia lusa.

Assim, desde o terceiro quartel do século dezoito podemos ver com maior frequência cisões internas, acrescidas de forte descontentamento de vários setores da população e que acabaram criando condições para revoltas, rebeliões, protestos, levantes. Eram muitas vezes movimentos sociais cujas aspirações se prendiam a questões de caráter "revolucionário". Vários destes movimentos, inclusive aqueles que contaram com expressiva participação dos setores populares, encontravam terreno propício para expandir esses ideais e se materializar em ação política concreta. Até mesmo contando em alguns deles com a participação declarada e o apoio explícito de membros destacados das classes dominantes. Muitos desses movimentos e ações possuíam bases teóricas e econômicas que correspondiam às aspirações e se acoplavam muito bem às necessidades econômico/políticas de uma nova parcela da classe dirigente ou de frações dessa classe. Membros desses setores ascendentes viam nas relações determinadas pelos monopólios coloniais um forte entrave que obstruía o pleno desenvolvimento de seus interesses. Os ideais revolucionários oriundos de França, Inglaterra e Estados Unidos, sintetizavam essas aspirações e coadunavam-se às perspectivas de liberdade e independência pretendidas pelos "novos" colonos face a metrópole. Mas, se faz necessário destacar que, tanto para estes "novos" setores, quanto "para a grande maioria dos representantes das categorias mais elevadas da sociedade, a idéia de independência não implicava na subversão da ordem. Pretendiam apenas a emancipação das restrições criadas pela situação de subordinação à metrópole." (*Viotti, 1988., p.95 a 98*) Dai o caráter coercitivo e feroz com que as autoridades encetavam a repressão aos movimentos de independência verdadeiramente

---

<sup>15</sup> Por exemplo os Farrapos e Cabanos, destaque-se a presença de setores das classes médias nesses conflitos. (Sodré, 1978, p. 36 a 40)

revolucionários e que se destacavam pela participação de extratos populares como principal elemento dinamizador e força político-revolucionária.

Os novos segmentos sociais e setores ou frações das classes dominantes passaram a desempenhar um papel econômico e político decisivo na história do país. São "contemporâneos", isto é, compõem parte daqueles grupos e setores que, nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX se espalhavam pelo país afora em ações que desencadearam movimentos sócio-políticos de repercussões e proporções até então inéditas. Segundo Viotti, estes sujeitos, em nível nacional, acabaram provocando tensões que se manifestaram

"sob aspectos diversos, em conflitos até hoje mal estudados, como por exemplo o dos Mascates, em Pernambuco, dos Beckman, no Maranhão, e em específico os levantes ocorridos nas Gerais na época do ouro, Emboabas principalmente" (*Viotti da Costa, 1988, p.71-2*).

Procurando minorar um pouco os abalos e os estragos causados sobre a estrutura de poder/manutenção do pacto colonial e atenuar as conseqüências político-ideológicas de tais conflitos no seio da sociedade como um todo, as autoridades constituídas na metrópole e na colônia, apoiadas pelos empresários locais que estavam ligados aos interesses da coroa portuguesa e possuíam vínculos orgânicos com a dinâmica econômica colonial, além de medidas de caráter coercitivo, implementaram um conjunto de ações políticas, algumas reformistas, para conter as irrupções e revoltas que pipocavam na província e pelo país afora.

As medidas desenvolvidas não conseguiram conter o vagalhão dos adeptos da independência e conter a ruptura do pacto colonial no início do século XIX.

A nova correlação de forças que se definiu na Europa, sob a hegemonia da Inglaterra, logo começou a produzir reflexos a nível local. Podemos perceber tais reflexos desde a escolta e transferência da Coroa Real para o Brasil, com todo seu aparato burocrático-militar e a conseqüente elevação do país à condição de Reino Unido, até em medidas como a revogação dos entraves à produção ou na forma como as autoridades reagiram às pressões

exercidas, por parte de setores influentes da burguesia britânica, sobre o tráfico negroiro.<sup>16</sup> Foram conflitos e revoltas que "coincidem" necessariamente com a crise do pacto colonial, onde os conservadores, congregados no Apostolado, pretendiam realizar o processo de independência "com um mínimo de alterações possíveis na economia e na sociedade".(Viotti, 1988, p.95 a 98).

Subsequente a esse período de conflitos e lutas vemos culminar a "conveniente" independência do país. Mas, apesar do fim do pacto colonial, os conflitos e as tensões foram se aprofundando e se intensificando, à medida que o estabelecimento e a formação de um "estado burguês" se impôs como necessidade histórica concreta, para a manutenção dos interesses de cada vez maior número de membros da nossa "nova classe dominante". Os liberais Radicais e os defensores dos ideais republicanos se tornaram uma força política "ameaçadora" e acabaram abrindo a grave crise política da constituinte de 1822.

Recém "liberta" do grilhões de Portugal, a nação estava agora sob as auspiciosas "bênçãos" da Inglaterra. Livres da tutela portuguesa, nossas "elites" selaram uma "feliz" união com a poderosa nação. A independência do país se constituiu no primeiro passo para a construção do estado nacional, como não podia deixar de ser, trouxe mais conflitos pois diferentes interesses político-econômicos se distinguiram profundamente. Pois, enquanto projetos pertencentes a distintos segmentos e frações, para a construção do Império, o estado e a sociedade como um todo, se tornavam o palco privilegiado dessas disputas, espaço de conflito e luta destes projetos.

Nesse contexto, como já vimos, estava ocorrendo um significativo crescimento, tanto físico quanto político, da influência dos setores populares e médios. Segundo consta esses setores foram importantes para se preencher as Assembléias Legislativas, prover funções judiciárias e burocráticas do estado, compor a força militar. Por isso, inclusive, nota-se no período o surgimento de "Cursos Jurídicos destinados a preparar os elementos que constituiriam os quadros da organização administrativa e política, de tudo aquilo que representasse o governo". (Sodré, 1978, p. 40) Consolidar e operar o aparelho estatal, constituía uma necessidade básica e uma forma de controlar e sufocar os conflitos e

---

<sup>16</sup> E só para citar alguns exemplos ilustrativos dos conflitos que ocorreram, a nível nacional e na província de Minas Geraes, temos: Minas Geraes-1789, Rio de Janeiro-1794 e 1797, Pernambuco-1801 e 1817, conforme Viotti, 1988, p.64 a 124.

movimentos revolucionários e separatistas que surgiam. Tanto é que, inclusive no que diz respeito ao aspecto político, segundo Décio Saes, todo o longo e sinuoso processo de lutas desenvolvido, no século XIX, constitui, tendo por princípio básico fundamental o "próprio desenvolvimento de luta de classes na formação social, (...), uma crise de funcionamento do Estado de caráter estrutural. E onde o longo processo eivado de concessões e conquistas, gestado durante este período, tem como motor ou força dirigente do processo de transformação burguesa do Estado escravista moderno o bloco das classes populares". (Saes, 1985, p.51) Ainda mais, para Saes, durante todo século dezenove o que se pode perceber é que estava ocorrendo "todo um processo de transformação do tipo histórico (e da natureza de classe) do Estado".(Saes,1985) <sup>17</sup> Para ele a Abolição, Proclamação da República e Constituinte de 1891 mais que representam, são a síntese desse processo. O qual, no meu entender, teria começado e depois, paulatimamente se aprofundado de forma cada vez mais vertiginosa, desde a transferência da Família Real para o Brasil, com a passagem do país para a condição de Reino Unido. <sup>18</sup> Pois, com a vinda da corôa para o Brasil e sua elevação à condição de Reino Unido, transformações substantivas ocorrem: a revogação do Alvará de 1785 que proibia a existência de Manufaturas no Brasil, a abertura dos Portos ao Comércio Internacional e a criação do Banco do Brasil. Com isso, abria-se a possibilidade do aparecimento de uma série de indústrias, em especial uma que fora muito reprimida e pode se expandir a partir de então que foi a siderurgica. <sup>19</sup> A produção agrícola tomou novo impulso e se expandiu. Culturas antes proibidas passava ser permitidas, abrem-se mais estradas, permiti-se maior fluxo migratório de estrangeiros e estes afluem de forma massiva ao país. Assim também ocorreu com "a instrução pública [quase relegada ao ostracismo enquanto política pública da coroa nos tempos coloniais], foi consideravelmente melhorada, sendo também ampliada com a fundação de novos setores de estudo, com a criação de aulas de medicina na Bahia e Rio de Janeiro, a academia de guarda-marinha, academia militar, a aula de comércio, abrindo assim, novos horizontes ao ensino". (Lima, 1976, p.173 a 179)

---

<sup>17</sup> Na obra de Saes ver principalmente o capítulo III.

<sup>18</sup> Estes conflitos e lutas políticas tiveram continuidade e se aprofundaram no período pós-independência e durante todo o império.

<sup>19</sup> Surgem A Real Fábrica di Morro de Gaspar Soares, a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, A Fábrica Patriótica e a fábrica de armas existente em São Paulo que se constituiu como uma "escola para a

A Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, nesse quadro apresentado até agora, guarda em sua história acontecimentos e formas de relações sociais integradas e em perfeita sintonia com o processo global desencadeado pela mineração, afinal ela era uma das principais referências daquele período. Nela também se pode perceber o quanto o processo de estabelecimento e desenvolvimento da mineração foi paradoxal e eivado de contradições.

A Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará viu também, de um lado nascerem dentro de si e como frutos de sua riqueza as condições para o nascimento e definição de novos sujeitos históricos que posteriormente alterariam a correlação política existente no seio das elites presentes na colônia, e de outro, a manutenção do escravismo, da ganância colonial e o exercício déspota do poder. A nova realidade econômica, que veio desfrutar no século XIX, permaneceu como principal elemento dinamizador da produção aurífera o trabalho escravo não conseguiu se desvencilhar dos condicionantes estruturais centrais do próprio sistema mercantil-agro-exportador. E mais, se manteve praticamente, no que diz respeito às amplas massas da população livre e pobre, a exclusão e a marginalização. Os relatos e as descrições que serão feitas mais à frente, nos darão uma tênue idéia de como foi cruel e violento o processo de acumulação primitiva em nosso país para esses setores e os escravos.

Dentro desse processo de emersão de novos interesses e lutas, que campeou a história do Brasil durante todo o período pós-independência, temos em 20 de Agosto de 1842 em Santa Luzia, área próxima a Nova Lima, a notícia de que havia terminado um movimento revolucionário, onde o "presidente intruso - José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Barão de Cocais - desapareceu durante a noite, e o então gênio bom do Partido Conservador (grifo meu) General Barão (hoje Marquês) de Caxias, atacou os insurgentes". Neste movimento foram presos "Srs. Ottoni, José Pedro, Padre Brito, Joaquim Gualberto e outros". (*Burton, 1976, p.18*)

Poucos meses antes o mesmo Barão havia combatido e reprimido o movimento revolucionário paulista iniciado em Sorocaba e que teve como um de seus chefes o padre Diogo de Feijó. (*CORREIO MINEIRO, 22 de Março de 1933, p.2*)<sup>20</sup>

---

indústria nacional. Lima, 1976, p.164 e 165.

<sup>20</sup> Ver nos anexos transcrição da carta encaminhada pelo padre ao Sr Barão e republicada em 22 de março de

No período colonial, além das transformações econômicas e da nova correlação de forças que foi possível relatar, as fortes crises e lutas internas às classes dominantes, a manutenção do regime escravo, desde o início do período de exploração aurífera, subsistia um outro tipo de homem livre que ocupava os interstícios da estrutura escravocrata, de forma marginal: o homem livre pobre. E que na província mineira foi tão esquecido quanto aqueles que viveram n'outras regiões do país.

A Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, assim como outras áreas auríferas, se tornou palco de forte e intenso processo de concentração destes homens livres pobres. Foi o caso da maioria dos faiscadores e garimpeiros. Estes homens constituíram o "grupo dos desclassificados do ouro". (*Mello e Souza, 1986, p.62*)<sup>21</sup>

Os homens livres pobres representavam uma força de trabalho que, por estar marginal à estrutura escravocrata (*Kowarick, 1987, p. 47*), estavam "fora" da relação fundamental do processo produtivo e também das relações de mercado. Constituíam uma massa de homens "marginalizada nas realizações essenciais à sociedade, (...), esta população que poderia ser transformada em mão-de-obra livre esteve a "salvo" (as aspas são minhas) das pressões econômicas que transformariam sua força de trabalho em mercadoria". (*Carvalho, 1983, p. 218-9*) Isto, até fins do século XIX e primeiro quartel do XX, quando então começa uma forte "redefinição ideológica de trabalho e educação" por parte dos setores hegemônicos. (*Noronha, 1989*)

Para os homens livres pobres o significado social do trabalho estava intimamente associado às condições reais de desumanização, degradação, sujeição, perda da dignidade pessoal e social. Aos olhos destes homens o trabalho não possuía uma determinação de caráter apenas econômico, pois, tendo como referencial o cativo, estes homens viam o trabalho escravo como sinônimo de toda e qualquer forma de trabalho

---

1933, à página 2 do jornal "Correio Mineiro", por ocasião da campanha de anistia aos exilados da Revolução de Outubro de 1930.

<sup>21</sup> Segundo a autora, o trabalho escravo, sendo "o esteio da economia e princípio articulador da sociedade, gerava uma desqualificação do trabalho aos olhos do homem livre, e provocava, no escravo recém-egresso do cativo, uma situação bastante peculiar e que não raro assumia as características de um verdadeiro deslocamento. Mesmo assim, o número dos homens livres e libertos aumentou muito no período colonial". Ver também as considerações existentes páginas 215 a 219. Este homem permanecerá na condição de desclassificado social até início do século XX, quando então é "descoberto" como o magnífico e destemido trabalhador nacional.

prestado a outro. Viam-no como a "forma mais degradada de existência." (*Kowarick, 1987, p.31*)

Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, durante o século XVIII e início do XIX, foi uma importante região econômica que, além de provocar a concentração de homens de bom cabedal, dos operários da mineração e de uma aristocracia vinda da corte, apresentava também massivos contingentes de livres pobres, negros forros e vadios.

Como apresentado anteriormente, por consequência da febre das faisqueiras e do ouro fácil, na vila estavam presentes parte daquele massivo conjunto de seres humanos que havia se dirigido para as áreas mineratórias. Esse fato transformou-a numa referência obrigatória, objeto de preocupação constante das autoridades locais e provinciais. A vila havia se tornado "um núcleo populoso de elementos heterogêneos, propício a freqüentes perturbações". Para as autoridades, na cidade, além da população livre, "constituída por homens de grande cabedal e fortuna, tumultuava uma multidão muito maior de escravos e libertos, que se acotovelavam nas catas, nos córregos e nas minas." (*Lima, 1901, p. 306*)

Além do fluxo migratório para o altiplano brasileiro, a concentração de escravos merece destaque: calcula-se que entre 700.000 e 800.000 escravos foram utilizados durante o ciclo mineratório em nosso país, dos quais 500.000 seriam importados. (*Simonsen, 1957, p. 298 e 297*) Frente a esses dados, o que se percebe nesse período foi o forte processo de deslocamento interno da massa escrava. Também, o regime de trabalho, frente à natureza dos trabalhadores que para ali afluíam e a própria atividade, sofre alterações, porque "a mineração tem características diversas da agricultura: permite, muitas vezes, o trabalho longe do proprietário, o trabalho por tarefa e até o trabalho por conta própria, com uma contribuição ao senhor. Abrem-se perspectivas à alforria e há uma sensível ascensão espiritual do escravo, aparecendo, aqui e ali, o impulso à rebeldia". (*Sodré, 1964, p. 138*)

Na opinião de Sodré, a mineração representou um abalo sério e profundo no trabalho escravo e que foi multiplicado pelo efeitos da mineração no campo do trabalho livre. Principalmente porque nas áreas de mineração predominou a pequena empresa e não a grande. Além disso o ouro representou um momento em que se caracteriza a desvalia da terra: a propriedade da terra naquela área deixa de ter importância para o mineiro ou a empresa mineradora; "só o ouro tem importância. Esgotado o veio, a "terra em si não tem

valor”[aspas minhas], e o minerador passa adiante em busca de outra área. Não disputa um título de propriedade, mas um título de concessão para minerar”. (*Sodré, 1964, p. 136*)

Num quadro como o apresentado acima, o surgimento de um amplo espectro de perturbações, lutas e conflitos era natural. Estes, por vezes, assumiram proporções tais que chegaram a exigir o deslocamento de fortes contingentes milicianos para reprimir e controlar a "turba" de homens livres desclassificados, em Nova Lima. (*Lima, 1901, p. 326*) E mesmo assim, muitas vezes, as milícias não foram suficientes.

O desclassificado do ouro, isto é, o homem livre pobre que trabalhava nas faisqueiras e nos garimpos, pelo que se sabe, em situações extremas de confronto, utilizava verdadeiras táticas de guerrilha na luta contra as milícias. Além disso, "o grupo dos garimpeiros, apesar das condições de existência às quais se viam submetidos na luta pela sobrevivência, pois na estrutura hierárquica do escravismo espaço de trabalho para eles não existia praticamente, foi um dos mais solidários de que se teve notícia no período colonial, (...), não se confundiam com o bandido, apresentando uma espécie de código próprio de conduta, pautado na lealdade". (*Mello e Souza, 1986, p. 203*)

Estes homens, mormente avessos à disciplina e à ordem desejadas pelas autoridades, principalmente nestas áreas, eram considerados e tratados como perigosos e foras da lei. Os choques com tropas oficiais foram comuns e nos locais onde os conflitos se tornavam intensos e ameaçadores aos interesses da Coroa e dos homens de "bom cabedal", a "caça que se dava aos faiscadores e garimpeiros, era cruel e desapiedada, encarniçada: eram perseguidos e se procurava exterminá-los como a animais ferozes".(*Santos, 1952, p.99-107*) O Bando de Dom Lourenço de Almeida, datado de 11 de Setembro de 1729<sup>22</sup>, demonstra que Congonhas do Sabará não se constituiu, na província, numa exceção à regra. Como outras áreas de mineração, a cidade viveu às voltas com conflitos que exigiram medidas legais e repressivas contra os bandidos, garimpeiros, cachaceiros, negras vendedoras de tabuleiros e prostitutas. O Bando deixa transparecer a idéia de uma realidade social violenta e caótica e que deveria haver junto a essa parcela da população medidas que dessem estabilidade aos "operários da mineração", era preciso criar instrumentos legais e estruturas coercitivas que garantissem um maior controle fiscal, ordem e disciplina (tais

---

<sup>22</sup> Bando de Dom Lourenço de Almeida, 11 de setembro de 1729. Apud. Lima, op. cit. 1900, pag. 326 à 328.

medidas tinham um caráter disciplinar e de controle que em muito se assemelhavam àquelas tomadas na Europa, como a Lei dos Pobres; aqui faltou, formalmente, apenas uma lei explícita).<sup>23</sup>

Além das medidas de caráter coercitivo/repressivo, uma série de outros instrumentos e formas de dominação foram criados ao longo do período e que perduram até a atualidade. Foram muitas as estratégias de poder, controle e disciplinamento desenvolvidos sobre estes setores, principalmente os negros e os livres pobres.

Nas relações sociais escravistas a implantação e desenvolvimento destas estratégias foram levadas a cabo por outros agentes sociais (padres, juízes, advogados, etc). Prevalendo-se de sua posição, criavam instituições ou entidades ligadas aos seus interesses mas que possuíam raízes e elos que possibilitavam penetrar-se no imaginário e nos valores culturais dos setores oprimidos, como as irmandades e as ordens leigas.

Estas entidades e estratégias, caracterizaram uma ação de caráter muito mais preventivo e formativo e em muitas localidades anexas a essas irmandades estavam organizados os ofícios e atividades artesanais. Essas entidades não necessitavam exercer uma ação de caráter repressivo explícita na obtenção de resultados mais efetivos de controle e disciplinamento. As irmandades eram expressão da política adotada pelos governantes "visando preservar as relações de dominação e submissão, pois que essas associações não resultavam em conscientização de classe pelos grupos dominados". Muito mais, expressavam certa adesão e incorporação a valores e padrões definidos pela dinâmica dos setores sociais hegemônicos. "Estas irmandades ao contrário dos quilombos, politicamente possuíam um tal caráter de passividade e conformismo que não permitiam a formação de uma consciência de classe, uma consciência política." (Boschi, 1984, p.156)<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> "A promiscuidade sexual, a intemperança, o álcool geravam os seus naturais produtos, e os contingentes de milícia mandados para ali eram impotentes". (Lima, 1901, p. 326 a 328).

<sup>24</sup> Ainda para o autor, estas ordens leigas, além de minimizarem as tensões e os conflitos, desempenharam um papel muito importante na manutenção do "domínio político" em regiões onde o "espírito de rebeldia era permanente e temeroso." (Boschi, 1984 p.105)

Complementando nossa análise é ilustrativo constatar que segundo Burton, "em lugar algum do Brasil os negros são tão turbulentos como os de Diamantina e seus arredores. Muitos deles fogem para o mato e tornam-se quilombeiros, bandidos negros, dispostos a qualquer atrocidade que sua covardia aconselhe", e nas páginas seguintes ele complementa dizendo que "os quilombeiros do Medanha tinham um velhacouto a menos de uma légua da povoação e ameaçavam os arredores de Diamantina. Quando esse refúgio foi atacado e tomado, nele se encontraram não só negros, como também brancos." (Burton, 1976, p.89 e 95) O autor relata em várias passagens o poder de coesão e aglutinação da igreja e o trabalho do padre que fora contratado pela empresa,

A religião, por intermédio das irmandades e ordens leigas esteve (e tem estado presente e ativa na vida da comunidade novalimense até a atualidade), constantemente, sendo utilizada como forma e instrumento de disciplinamento, dominação e controle político. Os valores e o papel da religião a serviço dos grupos dominantes, além de estarem presentes como um dos principais elementos da composição do pano de fundo dos aspectos cultural-ideológicos, no processo de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista (fato já tratado por autores clássicos como K. Marx, E. P. Thompson, Gramsci, E. J. Hobsbawm), sua presença em Villa Nossa Senhora de Congonhas do Sabará, vale reiterar, sempre foi muito forte na vivência, na identidade e tradição cultural das classes dominadas. Há de se destacar que, por conta das relações de trabalho e natureza dos interesses de nossas elites, se pode constatar a quase total inexistência de uma instituição escolar que atendesse à população. Se por um lado não havia uma necessidade econômico-política pressionando, por parte dos “produtores” para que tal instituição fosse edificada, na prática, por outro, não interessava à coroa e às classes dominantes educar os colonos. Não estava no horizonte da coroa portuguesa desenvolver qualquer política pública que permitisse à população da colônia o acesso a conhecimentos técnicos e científicos, melhorar seus processos produtivos. Era conveniente à coroa, a princípio, conferir aos padres (e no presente estudo também aos pastores protestantes) a educação da população, dos forros, índios e negros escravos. Ela cumpria um papel decisivo do ponto de vista político-ideológico (a influência destes setores são sentidas até os dias atuais), na domesticação e disciplinamento dessa população. Se bem que muitas “atividades educativas” lhes eram proibidas a bem do interesse da coroa desde as primeiras missões em São Paulo. “Mas o ensino de forjar metal e trabalhá-lo era vedado aos selvagens. Várias vezes a Câmara Municipal de São Paulo se preocupou com o assunto (1578, 1583, 1586), perseguindo e multando ferreiros que constava estarem ensinando aos índios o ‘seu ofício, porque de grão prejuízo da Terra’, diziam os camaristas em sua linguagem arrevezada. Também era proibido ir para o sertão com forjas. ‘Compreende-se’, comenta Taunay, ‘a preocupação com que os vereadores queriam a todo transe impedir que os selvagens pudessem substituir

---

junto aos negros, principalmente as crianças, como agente importante na formação de uma mentalidade subserviente e dócil, adequada aos interesses dos ingleses e de nossas elites. Isso pode ser identificado in Burton 1976, páginas 197 e 213.

por armas de ferro os toscos tacapes, os machados de pedra e as farpas ósseas das flechas'. (Lima, 1976, p. 41) Outra passagem também muito rica trata da questão ainda da educação dos índios nas catequeses. Em 1665 D. João IV expediu uma provisão sobre o cativo de índios, indicando que antes destes iniciarem os seus serviços aos colonos, eles deveriam ser submetidos durante dois anos e meio a uma aprendizagem de trabalho e religião. (Simonsen, 1957, p. 316)<sup>25</sup> Seu poder de persuasão, doutrinação e condução intelectual e política, dentro de certos limites, lhes permitia constituírem-se num poderoso e muito eficiente instrumento de domesticação e disciplinamento das classes subalternas. Instrumento do qual os capitalistas ingleses noalimenses viriam lançar mão para educar e formar um operariado com o qual seguramente pudessem contar.<sup>26</sup>

Desde o período inicial da mineração e durante todo o período industrial, inclusive no século XX, a instituição religiosa, por intermédio das ordens leigas, esteve a serviço dos homens de bom cabedal - "operários da mineração", capitalistas ingleses ou das autoridades, canalizando tensões em proveito dos setores hegemônicos ou do estado por decorrência do próprio sistema.<sup>27</sup>

O clero e os homens ligados às ordens leigas cumpriam um papel intelectual mediador que alterava muito pouco o padrão dos valores culturais estabelecidos. A ascensão intelectual daqueles que delas participavam se reduzia à resignação à doutrina e dogmas cristãos, cristalizando uma unidade teórico-prática que era a expressão da unidade intelectual e ética adequadas aos interesses e necessidades das classes hegemônicas. Mas, mesmo estando predominantemente a serviço dos interesses dos setores sociais hegemônicos, determinando uma conduta intelectual explicitamente acrítica, isto não impediu que estas entidades assumissem, por vezes, um caráter associativo e que poderia

---

<sup>25</sup> Para Simonsen, foram incomparáveis os serviços prestados pelos jesuítas na formação brasileira. Para ele, "a instrução pública, a instrução técnica e profissional, a introdução de árvores frutíferas e plantas medicinais; a pecuária no sul; a adaptação do indígena à civilização européia salvando grandes massas de população de um desgaste rápido e improdutivo, a seleção de elementos autóctones e sua interação na produção colonial e, finalmente, uma atuação fiscalizadora e moralizadora mantida sem desfalecimentos durante dois séculos, constituem serviços inestimáveis para a formação social e unitária do Brasil. (Simonsen, op. cit., p.323 e 324)

<sup>26</sup> E as elites desde o começo do século XX não abdicaram jamais do poder da fé para combater tanto as juntas de auxílio mútuo e organizações sindicais, quanto no combate à expansão dos ideários anarquistas, socialistas e depois os comunistas.

<sup>27</sup> "a igreja do Rosário, está repleta, apesar de não ser dia santo"(...), "A missa era às 10:30h da manhã, e encontramos uma pequena multidão, cujos componentes eram pretos em sua maioria, reunidos em torno da capela." (Burton, 1976, p. 173 e 197)

"estar intimamente relacionado à necessidade dos indivíduos se irmanarem na defesa de seus interesses e de suas angustias comuns". (*Boschi, 1984, p.150-52*) Por considerá-las instâncias da sociedade civil, entendo que elas desde o século XVIII aparecem como espaço contraditório nas relações de poder e passaram, muitas vezes, a cumprir um papel importante como instrumento de coesão, proteção e integração social, de convívio e mutualidade. Por ser este espaço de contradição é que as irmandades deixavam de ser "agremiações de finalidades exclusivamente piedosas, caritativas ou religiosas, para assumir caráter associativo, muitas vezes completamente estranho ao seu próprio enunciado". (*Boschi, 1984, p.151*)<sup>28</sup>

Assim, numa sociedade marcada pela exclusão, significativo número de irmandades desempenhava papel importante como agente de organização e formação de mestres e artesãos, de ocupação do espaço político institucional nas Câmaras Municipais e no Senado.<sup>29</sup>

Segundo Taunay (1949, apud Lima. 1976, p.102 e 103), na província de São Paulo:

“As Bandeiras Ofícios, em meados do século XVIII, não seriam ali tão numerosas quanto as portuguesas, pois numa cidade de indústria elementar tantas profissões não existiam no conjunto do artesanato. Pela inspeção das páginas da documentação vemos figurar as de alfaiate, sapateiro, ferreiro, carpinteiro, seleiro, entalhador, ourives, cabeleireiro, espadeiro, ferrador, cangalheiro, pedreiro, serralheiro, padeiro, oleiro, açougueiro, chapeleiro, tecelão. Todas estas corporações operárias se agrupavam em torno de uma bandeira em que se estampavam a imagem do santo padroeiro da classe. É sabido que S. Crispim e S. Crispiniano eramos patronos dos sapateiros, São José dos carpinteiros, São Miguel dos padeiros, Sant’Ana, dos marceneiros, São Jorge, dos ferreiros e espadeiros,(...), assim por diante”.

O mesmo ocorria em outras cidades populosas da Bahia e de Pernambuco, onde situações como as descritas aqui foram confirmadas por um estudioso chamado

---

<sup>28</sup> Num outro contexto e momento histórico, serão importantes do ponto de vista da organização sindical e político partidária, como veremos mais à frente. Estas ordens, paradoxalmente, cumpriram um duplo papel na luta de classes, desde o início do século XX, que foi se acentuando ao longo do tempo até os anos de 1940 e 50.

<sup>29</sup> Conforme já tratado anteriormente.

Severino Sombra no Arquivo Histórico e Colonial de Lisboa sendo publicado um resumo desse trabalho no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1935.(Lima, 1976, p. 102)

Os ofícios possuíam os compromissos que

“regulavam o funcionamento da Bandeira, traçando-lhe as normas de conduta e prescrevendo-lhe as obrigações e direitos, sendo redigidos numa linguagem empolada, cheia de arrebiques, com letras maiúsculas salientes espinhando os olhos. Eis, por exemplo, o prólogo do compromisso da confraria de São José, da Bahia, transcrito por Severino Sombra: ‘São os ofícios o ornato da República, como disse Gaziadoro: 1) E nela tão precisos, como o reconheceu Cícero; 2) Razão porque em direito comum se impôs a obrigação de se aprenderem; 3) E lhes foram concedidos várias isenções e privilégios; 4) E entre todos, com mais especialidade, se deve reconhecer a Arte e Ofício Pedreiro e Carpinteiro, porque resultando da construção dos ofícios a pomposa e honorífica magnificência das Cortes, a cuja conservação e autoridade se atendem nas constituições destes ofícios a que pertence a arte daqueles edifícios que melhor se apure a dita arte; 5) E para que a República se sirva como melhor convém, determina fazer os presentes Capítulos do Seu Compromisso e Regimento, na certeza de que só a boa união e governo dos ditos ofícios poderão estes conservar-se com mais perfeição, empenho e zelo do bem comum’.(Lima, 1976, p. 102 e 103)

As confrarias possuíam seus juizes e escrivães que deveriam acompanhar as procissões obrigatórias do ofício, uma das principais obrigações dos mestres e oficiais:

“Cada ofício tinha o direito de eleger o seu juiz e escrivão. Os irmãos nomeados para acompanharem a imagem de São Jorge eram propostos ao Senado da Câmara para os obrigar a ir, e em caso de faltarem serem condenados na quantia de seis mil réis paga executivamente na cadeia ! Os juizes e escrivães de ofício acompanhavam o préstito vestidos de *capa e volta*, e podiam, acrescentamos, usar espadim, privilégio concedido pela pragmática de 1751”.

(FAZENDA, José Vieira, Antiquarias e memórias do Rio de Janeiro, vol. I, p. 50, apud Lima, 1976, p.103 e 104)

Ainda segundo nos consta, havia leis e normas regulamentando o trabalho artesanal e determinado-lhes os deveres e direitos. Dentre estes deveres cabia às corporações zelar pela obediência dos sistemas de pesos e medidas estabelecidos pelas municipalidades locais. Dentre as normas e regulamentos merecem destaque o tempo, a forma de aprendizado e os exames a que eram submetidos os candidatos:

“Assim, o tempo mínimo de aprendizagem de ofício era de quatro anos e nenhum mestre podia ter em sua casa mais de quatro aprendizes, sendo que na Bahia, pelo para a confraria de São José, o máximo de aprendizado era de dois anos, não podendo estes serem negros ou mulatos cativos, só se permitindo aprendizes brancos ou mulatos forros. Nenhum oficial era admitido como tal sem prévio exame pela mesa da Bandeira. Também, nenhum oficial podia tomar obra pertencente a outro ofício, nem aceitar obra que não fosse do seu ofício. Os juizes e oficiais gozavam de fé pública, sendo chamados como avaliadores e peritos, tendo os seus laudos respeitados pelos tribunais”. (...) “Os juizes prestavam juramento perante a Câmara da Cidade e tinham permissão para autuar os infratores e levar queixa ao Senado. O Juiz de Ofício não podia servir no exame de parentes. Os negros não eram admitidos a prestar exames, mas somente os pardos”. (...)

“O candidato ao exercício de um ofício requeria exame e, depois de realizado este, tendo sido aprovado, era julgado ‘capaz para fazer toda obra que a este pertencia’, passando-se-lhe então licença geral para que na cidade e em seu termo pudesse usar do dito ofício, com sua tenda aberta, como mestre e examinando, sem impedimento algum, requerendo-se a todas as justiças de Sua Majestade, perante quem se exhibisse a certidão, lhe fizesse dar inteiro cumprimento a bem das ordenações do dito Senhor. Na presença do Senado os candidatos prestavam juramento sobre o Santo Evangelho e perante o juiz Presidente, que assinava o juramento”.

(Lima, 1976, p. 104 e 105)

Como veremos mais à frente, desde de fins do século XIX e início do século XX, ocorrem mudanças significativas nas formas de ação e finalidades de muitas destas instituições, principalmente porque houve forte e rápido aparecimento de novas formas de agremiação e/ou entidades de natureza associativa que, se não nasciam, estavam ligadas organicamente aos interesses e necessidades de natureza classista dos trabalhadores.<sup>30</sup>

O que se pode perceber em relação, mais especificamente às irmandades leigas é que, muitas das mudanças ocorridas eram uma clara resposta às formas de ação e organização desenvolvidas pelos trabalhadores. Na prática passaram a veicular e transmitir um novo discurso, com um novo conteúdo político-ideológico em que as questões de ordem religiosa deixavam explícitos e desnudos os conflitos de natureza classista, revelavam o papel das irmandades leigas no cumprimento das diretrizes e atendimento das demandas e necessidades dos setores hegemônicos que as mantinham sob "controle" (envolvendo, mais uma vez, o clero e os setores a ele ligados). Na primeira década do século XX, já se pode perceber claramente que estas instituições haviam ampliado e "redefinido" seu papel e suas formas de atuação social.

As mudanças das suas formas de atuação, no conteúdo de seu discurso político-ideológico, tinham o claro objetivo de atingir de forma ampla e incisiva os meios operários. Faziam parte do conjunto de ações e estratégias desenvolvidas para bloquear e combater o avanço dos ideários anarquista, socialista e comunista que surgiam no seio do operariado na cidade. (*Luz Social, Ano III, nº 51, Nova Lima, 20 de Janeiro de 1907*)<sup>31</sup>

No final do século XVIII, em decorrência do esgotamento das catas, as atividades auríferas que se situavam nos vales e córregos começaram a subir as encostas, e como consequência, a exigir uma concentração de investimentos muito alto. Isto tornou muitos dos empreendimentos comercialmente inviáveis.

A cidade viu-se, cada dia mais, reduzida a uma economia de subsistência. Um grande número de trabalhadores da mineração acabou por fixar-se nas áreas próximas

---

<sup>30</sup> Aqui o conceito de classe é muito distinto daquele utilizado por Boschi na sua obra aqui utilizada, a classe dos artesão não constitui o conceito na mesma dimensão utilizada por Marx ao referir-se ao proletariado enquanto classe.

<sup>31</sup> Ver O Operário-Orgão da Confederação Catholica do Trabalho, Anno I, nº 2, Belo Horizonte, 10 de Julho de 1920, c. 1, p. 1.

e a desenvolver atividades agro-pastoris. Assim, muito mineiro, "abandonado aos próprios recursos, transforma-se em agricultor ou criador de gado". (*Pinto, 1988, p.126-45*)<sup>32</sup>

A síntese do forte processo de miserabilidade e decomposição das atividades auríferas foi relatada por Saint-Hilaire da seguinte maneira:

"O precioso metal esgotou-se, os trabalhos tornaram-se difíceis e Congonhas atualmente apresenta decadência e abandono" (Saint-Hilaire, 1941, p.139 a 142)

Posteriormente, Augusto de Lima assim descreveu esse período da vida da cidade:

"Congonhas do Sabará que foi um dos paraísos do ouro nos tempos coloniais, (...), enriqueceu, prosperou. Teve luxo, esplendor. Criou uma aristocracia, que já vinha da nobreza do reino e ostentou uma vida fidalga de elegância e bem-estar, e à medida que os veios se internavam pelo subsolo a dentro, em descidas verticais e a sua exploração se tornou difícil, veio o abandono, a decadência, a miséria e a desesperança."  
(*Lima, 1901, p. 334 – 335*)

A situação de decadência, descrita na parte anterior, só foi alterada, mas de forma muito incipiente e frágil, no início do século XIX, por volta de 1810. Época em que o Padre Freitas começou a retomar, por conta própria, as atividades de mineração. A mina havia sido adquirida pela família por um valor aproximado de 150.000 cruzados. Mas, ele manteve as atividades mineratórias por curto período e dispunha de alguns escravos e de rudimentar tecnologia para explorar os veios que adentravam pelo subsolo. Estima-se que o padre Freitas utilizou-se do trabalho de 70 a 122 escravos e 34 trabalhadores livres. (*Burton, 1976, p. 201*) Acabou por vender a mina ao capitão George Francis Lyon, então superintendente da primeira empresa inglesa de mineração do império e que entrou em funcionamento em 1824, em Caeté - MG, a Imperial

---

<sup>32</sup> Também na obra de Burton, há várias citações e passagens que deixam entrever as características agro-pastoris da região. Ver páginas 111, 171, 172 e seguintes.

Brazilian Mining Association. O capitão Lyon <sup>33</sup> vendeu-a com animais, equipamentos, instalações e toda a área coberta por florestas, para a Saint John d'El Rey Mining Company Limited por 56.434 Libras inglesas em 1830.

A Saint John d'El Rey Mining havia iniciado suas atividades mineratórias no município de São João Del Rei - MG, naquele mesmo ano. Como ali suas atividades demonstrassem ser pouco produtivas, com a compra da mina do Morro Velho, em 1835, depois de contabilizar um prejuízo calculado em 26.287 libras, a empresa transferiu-se para Congonhas do Sabará. (*Viana, 1917, p.22*) <sup>34</sup>

As atividades mineratórias na vila foram retomadas a partir de 1835, quando então a empresa inglesa iniciou suas atividades explorando o subsolo do Morro Velho. Colocando termo ao período de decadência. Desde então, a empresa provocou uma forte reativação e expansão econômica da cidade e região.

A mina consumia madeira para o escoramento, algodão para sua tecelagem, feijão, carne, batatas, carvão vegetal e diversos produtos das fábricas de fundição de ferro (um dos maiores fornecedores da empresa foi a Fundição do Sr. João Monlevard).

O poder de compra e a capacidade de consumo da Mina impuseram na região uma demanda infra-estrutural básica que foi determinante na organização de um complexo sistema econômico que atuava desde a prestação de serviços, transportando madeira, animais e equipamentos, até o fornecimento de pólvora e cabeças de aço para os trituradores. As iniciativas de particulares e as do próprio estado passaram a gravitar em torno dos interesses e necessidades da Morro Velho. (*Libby, 1984, p.64, 80*)

Com a instalação da empresa e a reativação econômica, a cidade começou a viver um processo de transição e sofrer transformações muito profundas na sua vida política, econômica, cultural, que foram decisivas e determinantes para seu futuro. Dado o montante de investimentos efetuados pela empresa na cidade e na província, há de se reconhecer e concordar que a Morro Velho (denominação corriqueira que a empresa

---

<sup>33</sup> A exemplo do que ocorreu em muitos empreendimentos ingleses espalhados pelo mundo, no Brasil, merece destaque a presença de oficiais da Coroa inglesa à frente da direção e organização das empresas britânicas. A influência da disciplina e das formas de pensar, agir, organizar e dirigir o funcionamento da empresa, que se assemelhavam às da caserna e marinha, moldaram e influenciaram a vida cotidiana da empresa e as relações de trabalho.

passou a receber e pela qual sempre foi identificada, desde o século passado), estava iniciando uma nova fase na vida e na história da cidade e da província. No entender de muitas autoridades locais e externas, o empreendimento inglês estava dando provas de que apesar de todas as situações que pareciam adversas, muita coisa poderia ser feita, pelos homens de bom cabedal, com capital, vontade empreendedora, conhecimentos técnicos da mineração e os novos conhecimentos científicos que começavam a ser incorporados à produção. Burton apenas lamentava que, por conta da irresponsabilidade de alguns espertalhões ingleses que organizaram empreendimentos "irrealizáveis", caracterizando uma verdadeira "rapina", os próprios ingleses **"quase mataram a galinha dos ovos de ouro"**- grifo meu.(BURTON, 1976, p.186) O Brasil era a galinha dos ovos de ouro é claro.

O estabelecimento da grande companhia no Morro Velho, dada a escala e a forma como desenvolveu a exploração aurífera impuseram à região, juntamente com outras empresas estrangeiras, uma nova realidade e deixavam claro que, como em outros lugares onde o poder do capital se instalou, a mineração de superfície poderia ser considerada praticamente encerrada. Para Sir Richard Burton o caminho natural da mineração seria aquele da formação de empreendimentos mineratórios industriais com maquinarias e grandes capitais, preferencialmente o inglês. Mas, assim mesmo, por informações do próprio Burton, a uma distância relativamente próxima de Congonhas do Sabará, resistiam mineradoras nacionais e garimpos pequenos (faiscadores).<sup>35</sup>

Burton foi veemente ao afirmar que mineiros de picareta e batéia cederiam lugar às companhias, com máquinas e grandes capitais. Para melhor compreender esse processo e permitir que se possa ir para além da mera constatação empírica, muitos dos subsídios teóricos-conceituais, com os quais estarei trabalhando, se fundamentaram nas análises de Rosa Luxemburg sobre o processo de acumulação primitiva. São subsídios teórico-conceituais que me possibilitaram aprofundar e ampliar minhas análises, esclarecendo alguns elementos conceituais traçados por Marx sobre a

---

<sup>34</sup> Informação dada também por BURTON, 1976, p. 125 e seguintes.

<sup>35</sup> O Anexo V da página e dos anexos. é importante pois mostra que de 1820 a 1860, da produção de ouro das minerações apontadas como nacionais/faiscadores estas foram responsáveis por 47,1% da produção global da província de Minas Gerais. A situação se modifica drasticamente em 1879 ao analisarmos o Anexo VI da página f dos anexos.

acumulação primitiva. Seus escritos me permitiram identificar e compreender muitas das causas determinantes do vertiginoso processo de crescimento da economia da vila e região: foram muito importantes, também, para entender as bases da influência e do poder exercidos pela empresa. (*BURTON, 1976, p.178*)

Tendo como pano de fundo as condições objetivas acima descritas, para melhor compreensão da vida da cidade e das relações estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais nela presentes, ao longo desse capítulo, primeiramente, vou apresentar algumas passagens que me possibilitam ter uma percepção de como a empresa atuava concretamente nas questões de ordem econômico-políticas. Num segundo momento, vou abordar e destacar como a empresa foi determinante nas transformações de muitos aspectos da ordem cultural e ideológica, impondo uma vivência, um fazer cotidiano que, enquanto práxis, transformou substancialmente a mentalidade das pessoas (foram de maneira sistemática e deliberada trabalhados pelos ingleses no espaço da empresa e na vida cotidiana da população da cidade e região). Quero, não apenas mostrar, mas buscar as relações e mediações existentes entre os sujeitos sociais e que se refletiam nos elementos culturais e ideológicos, (re)criados de forma adequada às necessidades do capital, diretamente ligados e/ou relacionados à própria natureza da racionalidade do empreendimento capitalista e seu desenvolvimento.<sup>36</sup>

Para termos uma idéia das transformações ocorridas na vila e na região e como elas foram impactadas pelo capital britânico procurarei, a seguir, descrever algumas passagens que mostram os "porquês", como e onde a empresa exercia seu poder.

As obras consultadas mostraram que o capital inglês provocou forte, intenso e súbito comércio, foi responsável pelas modificações econômicas que puseram fim à praticamente paralisada economia local. Foram vultosas as somas investidas, tais investimentos transformaram da noite para o dia sua vida comercial, política e cultural.

---

<sup>36</sup>Para evitar mal entendidos, quero deixar claro que esta separação entre o econômico-político e o cultural-ideológico é apenas um procedimento, didático-metodológico, cujo objetivo é facilitar a compreensão e a identificação das transformações provocadas pelo capital e como ele atuou sobre cada uma destas dimensões e foi lentamente alterando, como um todo, a realidade novalimense.

Para termos uma idéia, em média, desde seu estabelecimento, a empresa gastou 75.000 libras anuais nas suas atividades mineratórias.

O poder econômico da empresa era avassalador. O empreendimento Morro Velho, em termos de volume de recursos injetados, que foram os mais significativos ocorridos na província durante todo o período imperial, a empresa chegou a "colocar em circulação, dentro do país, por meio de suas despesas, maior somma annualmente do que a própria província, por seu orçamento."(*Ribeiro, 1900, p.4, c.1*)

Diferentemente da decadente cidade do começo do século XIX, em 1850 a cidade já contava com forte e intenso comércio, um laboratório, vinte estabelecimentos comerciais e algumas farmácias. (*BURTON, 1976, p.173*)

A importância econômica da empresa não deixava de saltar aos olhos da comunidade e de visitantes, como uma realidade irrefutável.

Os anexos V e VI, páginas 'e' e f dos anexos, são elucidativos. Eles mostram que da produção aurífera mineira, que vai de 1835 a 1860, a empresa foi responsável por nada menos que 30,01% e em 1879 passou a representar 83% do ouro extraído na província.

No que diz respeito a sua participação nas exportações brasileiras, se considerarmos que os dados correspondem a uma única empresa, era expressiva sua participação no montante das exportações globais do país (anexo VII, página g dos anexos), chegando a ser responsável por 1,62% em 1849, 1,76% no ano de 1861, 1,30% em 1865 e 1,70% em 1866.

Com uma produção como essa é possível entender os motivos e as justificativas que levaram à construção do prolongamento do trilhos da ferrovia D. Pedro II até Queluz onde era embarcado o ouro rumo ao Rio de Janeiro (em princípios do século vinte a ferrovia foi prolongada até Raposos; este prolongamento foi financiado pela própria empresa, sendo que esta estrada de ferro trouxe contribuição significativa à economia da região).

Com um montante de investimentos e atividades deste quilate, era natural que a economia da cidade e da região se integrassem de forma subordinada, cada dia mais, ao mercado e ao capitalismo mundial. Em nível local, não se pode esquecer que, além de levar o ouro as tropas de mulas de que dispunham a empresa, traziam mercadorias

britânicas e equipamentos para Nova Lima. Inclusive e afinal, os investimentos e o financiamento do estado e muitos serviços públicos, a exemplo dos trilhos, maquinarias em geral e muitos produtos manufaturados, eram de origem inglesa.

A importância econômica da Saint John d'El Rey pôde ser identificada sob a forma de temor. Sim, o temor de que a empresa deixasse de funcionar. Quando em 1867, por ocasião de um incêndio que ocorreu na mina e suas atividades foram praticamente paralisadas, o temor veio à tona. O incêndio nas galerias, praticamente consumiu toda a Mina e provocou um desastre de proporções assustadoras e sem precedentes na vida do país.

O jornal O Constitucional, de Ouro Preto, noticiou, de forma dramática, o temor que pairava na sociedade ouropretana em decorrência dos efeitos catastróficos que a paralisação das atividades da Morro Velho representavam. Para o jornal, a paralisação da Mina seria

"de conseqüências as mais calamitosas para os habitantes de 5 ou 6 municípios, que mais ou menos têm interesse directo n'aquela estabelecimento, (...), que interessa a muitos agricultores, fabricantes de ferro, tropeiros, canoeiros, e à própria Companhia União Industria, que para este estabelecimento conduz muitas arrobas de ferro." (*O Constitucional, Ouro Preto, 30 de Nov. de 1867, p.2, c.1, apud Libby, 1984, p.65*)

Na opinião de outro órgão da imprensa ouropretana, além da perda dos direitos de exportação pagos pela empresa ao Estado, "perdem na província os produtores agrícolas, as fábricas de ferro, criação &., os salários vantajosos para o grande número de operários que allí se empregavão." (*O Diário de Minas. Ouro Preto, 5 de Dez. de 1867, p.1, c. 1-3; Libby, 1984, p. 65.*) Sendo a principal compradora de produtos agrícolas, madeiras para os escoramentos da mina, carvão vegetal e produtos de fundição, devemos destacar que a Morro Velho "gozava de uma posição de monopônio,<sup>37</sup> já que controlava a procura regional." Esta posição lhe proporcionava

---

<sup>37</sup> O termo significa posição de contôle único, centralizando e determinando regionalmente a produção, distribuição e o consumo de tais produtos.

uma situação privilegiada na dinâmica da economia regional e da província, além de vantagens excepcionais nos preços dos contratos firmados com os fazendeiros e produtores da região. Nessas condições torna-se perfeitamente compreensível o temor dos comerciantes, dos industriais e dos fornecedores de gêneros alimentícios, outras mercadorias e serviços na cidade e região. Por parte do estado as implicações são óbvias.

Não resta muitas dúvidas de que, no caso da Morro Velho, direta e/ou indiretamente, ela teve um papel fundamental na expansão e cristalização de novas atividades econômicas e no estabelecimento de novas formas de trabalho entre homens livres pobres e escravos, novas formas de relação entre produtores e consumidores da província e região. Afinal a empresa desenvolveu junto aos produtores diretos e à comunidade da região a lógica da monetarização da vida e das atividades econômicas, estimulando, de forma cada vez mais profunda, maior integração de muitos produtores diretos e pequenos agricultores de subsistência ao mercado monetário. A lógica da monetarização, basicamente, se deu de duas formas: uma que estava representada no progressivo assalariamento da força de trabalho e a outra na integração dos produtores ao mercado monetário para efetuar a comercialização de seus produtos.<sup>38</sup>

Além disso, como veremos mais à frente, a empresa desenvolveu uma política de pagamentos de salários e horas extras em dinheiro até para os escravos e não poupou esforços para conseguir o assalariamento dos homens livres pobres. O que provocou uma maior integração da força de trabalho à lógica do capital na região e lançou as bases de um futuro e incipiente mercado de trabalho, condição básica e fundamental à reprodução e ampliação do capitalismo enquanto modo de produção, força produtiva hegemônica.

Afinal, a exemplo do que ocorria dentro do processo global de expansão e desenvolvimento capitalista em outros locais do mundo, no Brasil os investimentos de capital tiveram a

---

<sup>38</sup> Segundo Libby (1984, p. 64), "a mina sustentava sózinha a economia regional, inclusive estimulando maior integração de agricultores de subsistência ao mercado monetário".

Área de influência econômica da Morro Velho

"propriedade de provocar o surgimento súbito de um comércio intenso", mudando substantivamente a face da cidade e da região. Para Rosa Luxemburg "estas atividades, na verdade, representavam um círculo mais amplo de consumo e a possibilidade de uma reprodução ampliada, ou de acumulação em outras palavras".  
(*Luxemburg, 1984, vol 2, p.71-2*)

A Saint John d'El Rey Company, assim como outras empresas britânicas que se estabeleceram no país no início do século XIX, ao mesmo tempo que marcava o fim do domínio português e do pacto colonial, marcava a ferro e fogo o início de uma nova fase de dominação. Constituía, utilizando-me ainda dos argumentos de Rosa Luxemburg, a empresa, sem dúvida, numa das grandes expressões do período onde tanto a construção de ferrovias e a instalação de indústrias extrativas - de ouro principalmente, foram formas características do investimento de capitais do Velho Mundo em países novos.

No processo de acumulação primitiva, este foi o papel fundamental das empresas estrangeiras no contexto mais abrangente da economia do país e de muitas províncias. Foram fundamentais no desenvolvimento, expansão e cristalização de novas atividades e áreas econômicas (na cafeicultura, na construção de numerosas estradas de ferro, indústrias de fundição de ferro, navegação fluvial e serviços públicos ou privados de eletricidade, gás, nos transporte, etc).

Neste sentido, a Saint John d'El Rey, enquanto parte desse processo, foi uma representante concreta em nosso país, do início dessa nova fase de desenvolvimento do capital. Representava a materialização do complexo das relações internacionais que se inscrevia na estrutura econômica do país e em específico na cidade.

A empresa desde seu início e ao longo de seu ciclo histórico de vida, durante o século passado e início deste, em decorrência de todo o complexo processo de desenvolvimento de suas atividades mineratórias, foi - enquanto uma exemplar representante da cristalização produtiva do capital -, expressão do processo real das

formas de inserção, gradual e direta, do capital industrial e financeiro no seio do nosso sistema mercantil-escravista.

Grosso modo, empresas como essa, nesse período de nossa história, inclusive, por conta da natureza das relações de trabalho, racionalidade e desenvolvimento das suas forças produtivas, desencadearam e liberaram forças e processos que até então permaneciam adormecidos. Os acontecimentos e transformações determinadas pelo capital foram lentamente contribuindo para quebrar, definitivamente, a verticalidade hierárquica do sistema escravista que o próprio capitalismo, numa fase anterior, havia ajudado a criar e manter.

No quadro geral do período é possível perceber que por um lado a lógica de criar um círculo mais amplo de reprodução do capital foi estimulada e desenvolvida no país, em grande parte, por empréstimos britânicos aos setores públicos, por outro lado, existia todo um delicado e complexo processo de desenvolvimento capitalista, bancado pelo capital privado nas atividades produtivas, já relatadas, em muitas regiões do país. É inquestionável que esses capitais exerceram uma forte influência sobre nossa vida política e econômica. Principalmente nas localidades onde se estabeleceu e este foi o caso da Villa de Nossa Senhora do Sabará.

Não se deve esquecer que se tratava de apenas uma empresa. Se pensarmos no poder econômico que representavam as empresas inglesas em conjunto e como elas se projetavam, do ponto de vista econômico e político, sobre o governo imperial, onde os empréstimos, eram predominantemente ingleses e representavam mais da metade do total dos investimentos estrangeiros no país, se pode afirmar que, mais uma vez retomando as contribuições de Rosa Luxemburg, estes investimentos garantiram não só a acumulação e o desenvolvimento das novas relações capitalistas, mas a princípio, a própria reestruturação política e a consolidação da nação, recém-liberta do pacto colonial e influíram fortemente na vida política do país. Além disso e como produto natural do modo de produção e suas relações, os empreendimentos capitalistas foram responsáveis por um significativo processo de diferenciação social, tornaram mais complexa e especializada a divisão e organização social do trabalho.

Para se ter uma idéia, em 1825 os investimentos ingleses que eram da ordem de 4.0 milhões de libras, em 1895 o montante chegava a 93,0 milhões de libras e

em 1900 os investimentos ingleses elevavam-se a "três vezes o valor das exportações e mais de dois terços do produto interno líquido". (*Silva, op. cit., p.30,31*)

Como não poderia deixar de ser, tensões, conflitos, lobbies e tráfico de influência foram identificados ao longo da vida da empresa e se pode afirmar que direta ou indiretamente estavam ligadas necessariamente àquelas ocorridas a nível nacional e internacional. Eram questões e problemas novos, atuando desde níveis micro-estruturais internos às relações e à dinâmica do dia-a-dia da população livre e às relações escravocratas de cada província e região, até questões de natureza macro-estruturais da gestão política junto aos diversos níveis e espaços do aparelho de estado e relações internacionais. Contrariando certos interesses e reforçando outros, o capital inglês, naturalmente provocava ou amplificava tensões, conflitos econômicos e político-sociais. Tanto em nível interno quanto externo, vivemos um período conturbado de nossa história, houve várias ocasiões, passagens e momentos em que um ambiente de certo mal-estar e "ríspidas" relações começaram a surgir entre parte da nascente burguesia local e os interesses de específicos setores da burguesia britânica (a Guerra do Paraguai, a Questão Christie, a apreensão e o afundamento do navio "Piratinim", entre tantos outros, constituem exemplos destes conflitos).<sup>39</sup> Mas estas rugas não abalaram de forma profunda as relações e os "interesses" existentes entre o Brasil e a Inglaterra. Tal era o caso que, no que diz respeito às classes dominantes locais, principalmente a nível provincial e da Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, os ingleses possuíam um poder de persuasão e influência tão fortes que eram capazes de manter ombreada a "solidariedade" dessas classes e frações de classe, em momentos de crise ou tensão política vividas pela empresa, como aqueles já tratados.

Em Nova Lima, o que se pode perceber nos documentos consultados, é que ao longo do período a racionalidade capitalista, foi implementando uma nova lógica econômica, pautada pela monetarização, pela racionalidade técnico produtiva e disciplinar associada à compra e venda da força de trabalho e conseguiu alterar lenta e profundamente as relações sociais e de trabalho existentes na cidade e região. Assim,

---

<sup>39</sup> "Os britânicos se queixam de que, no Brasil, eles e os portugueses são muito impopulares. O fato é que sofremos, frequentemente, não só por culpa de nossos próprios pecados, que são muitos, como pelos pecados de nossos vizinhos europeus, que não são poucos". Burton, 1976, p. 89.

respeitadas as especificidades de cada país e os diferentes estágios e momentos históricos do desenvolvimento capitalista, historicamente, o processo de monetarização e o de desenvolvimento do trabalho assalariado sempre foram as condições básicas à sua reprodução e expansão; imprescindíveis para o desenvolvimento de relações sócio-culturais próprias do capitalismo.

Apesar do triste "caleidoscópio" que a realidade da forma de viver e existir dos homens livres pobres do Brasil apresentava, Burton argumentava estar vendo diante de si, em tão poucos anos de atividades da empresa, o progresso e o grande futuro que aguardava o país. Afirmava, e nisso estava certo, estar vendo "um exemplo concreto da extinção da escravatura e aproximar-se depressa o dia em que **o vadio será obrigado a trabalhar** (grifo meu), como os outros homens livres". Diferentemente da Europa em especial a Inglaterra, em nosso país não houve um processo de usurpação, expulsão e "limpeza" como aquele ocorrido nas áreas rurais européias durante o processo de acumulação primitiva, sendo estes trabalhadores livres expulsos de suas terras e obrigados a procurar emprego nas cidades, como descrito por Marx. (*Marx, 1989, livro I, Vol. II, p.828-850*)

É interessante notar que parece haver uma forte contradição entre muitas das afirmações efetuadas por Burton e o que se pode perceber dos indícios apresentados na sociedade como um todo. Principalmente se considerarmos a política e os procedimentos desenvolvidos pela empresa e como ela implementou, a nível local, as "novas" relações de trabalho.

"Senti-me abatido com esse contato com a minha espécie. Era o presente, em sua forma mais nua, mais prosaica, o brilhante caleidoscópio da vida civilizada aqui assumia o triste aspecto de uma forma invariável e de uma cor imutável. Não há pobreza, muito menos miséria, não há abastança, muito menos riqueza. Não há objetivo, não há progresso, onde o progresso poderia existir tão facilmente; Não há choque de opiniões entre um povo a que não falta, todavia, inteligência. A existência é de fato, uma espécie de "nihil album", cuja negra variedade é a morte. Prefiro o barbarismo real, vigoroso, a uma semicivilização tão apática". E logo a seguir em outra passagem há o relato,

muito interessante, de que os viajantes haviam encontrado, "uma pequena multidão se preparando para o samba, isto é, passar o "santo sábado" e talvez o "santo domingo" com dança e bebida. Os homens levavam espingardas nas mãos e garruchas e facas na cintura - prova de que não estavam dispostos a serem recrutados".  
(Burton. 1977, p.62 a 64, 173 e 230)

Aprofundando um pouco mais a compreensão dos processos e transformações relatadas por Burton, é possível destacar a existência de algumas contradições e paradoxos nos argumentos e relatos produzidos por ele sobre a cidade e região (como veremos mais à frente, creio que se trata de uma aparente contradição). Um ponto que se pode pinçar de imediato é em relação ao suposto caráter libertador da empresa e o fim da escravidão que, em vários trechos de sua obra, fez questão de anunciar.

O que se pode verificar na realidade, pois ela se mostra de forma explícita, foi que apesar das relações escravocratas, mesmo assentadas sobre o argumento econômico de se considerar o escravo como um bem produtivo e das relações de trabalho sofrerem transformações significativas e rápidas sob os auspícios da Morro Velho e muitos outros empreendimentos capitalista na mineração de ouro,<sup>40</sup> foram os escravos a principal força de trabalho que a manteve funcionando e produzindo. E como será visto mais à frente neste capítulo, lhe possibilitou auferir as maiores taxas de lucros dentre os investimentos britânicos aplicados no país. Por isso mesmo, enquanto pode, lutou de todas as maneiras, nos mais diferentes níveis da vida política do nosso país e

---

<sup>40</sup> Ao discutir a questão do Direito Civil, Saes levanta o suposto caráter contraditório que assumia ao tratar o escravo, enquanto objeto de propriedade, coisa e reconhecer-lhe a possibilidade de ser proprietário (possuir peculium). Para Saes são os efeitos contraditórios decorrentes da aplicação de leis penais de proteção ao escravo. Sendo o trabalho escravo obtido sob coerção física, a melhoria das condições de vida e de trabalho do produtor direto, ao invés de acomodá-lo ideologicamente ao processo de exploração de trabalho escravo, contribuía para sua recusa e estimulava as revoltas. Incapaz de ocultar seu caráter coercitivo, surgem diferenças concretas entre o escravismo vigente e o capitalismo em implantação. No capitalismo se desenvolve todo um processo de ocultamento através de leis e direitos individuais e sociais criando novas expectativas em relação às possibilidades de melhoria das condições de vida e de trabalho, o que contribuiu para a subordinação real de expressivos contingentes de trabalhadores escravos à racionalidade, aos valores e relações capitalistas, no escravismo ainda ficava clara a impossibilidade de melhorias que pudessem produzir a adesão e a subordinação voluntária do trabalhador à ideologia escravista. (Saes, 1985, p. 106 e 107)

fora dele, para garantir a manutenção da escravidão e de muitas das estruturas do regime escravocrata.

As atividades e o funcionamento de quase todos seus departamentos, desde sua inauguração, dependiam diretamente dos escravos; conseqüentemente do mercado de escravos e da divisão social do trabalho baseada no escravismo. Inclusive, a própria empresa mantinha, à época da estada de Burton em Morro Velho, um contingente de escravos que somava quase dois mil trabalhadores. Com estes dados se poderia questionar as impressões de Burton. Pois, se por um lado, a empresa representava o fim da escravatura, e para ele onde o negros trabalhavam, todo trabalho se tornava servil, por outro, acontecia que a própria empresa utilizava predominantemente de escravos e alegava não poder prescindir de seus braços.(Burton, idem, p. 227 a 230)

Na verdade, estas contradições e paradoxos submetidos a uma análise mais acurada, permitem ver outras coisas: por um lado o quão paradoxal e complexa era a realidade vislumbrada por Burton e, por outro, o que ocorria em termos de economia política: o complexo das relações internacionais se inscrevia de forma cada vez mais incisiva na estrutura econômica brasileira, determinando um novo padrão de acumulação. O Brasil estava na rota do novo processo de desenvolvimento capitalista, e suas relações. Este, uma vez estabelecido, passou a determinar mudanças e a exigir uma maior integração tanto das áreas nas quais estava aplicado ou por aplicar e eram importantes aos seus interesses, quanto da força de trabalho que necessitava.

Pode-se perceber com clareza que, num primeiro momento, o capitalista, foi obrigado a se adaptar às estruturas existentes e as suas formas de relação (não devemos esquecer que a própria escravidão moderna nasce e se desenvolve como parte do processo de desenvolvimento e acumulação primitiva do capitalismo). Ocorria que o capital industrial nesse período, literalmente já se constituía num agente "exterior" às relações escravocratas existentes no Brasil. Estava iniciando uma nova fase do ciclo histórico do capital em nossa economia, um período de transição do papel da economia brasileira dentro da ordem econômica mundial que se estabelecia. Mas, dadas as especificidades de nossa produção e as heranças do pacto colonial sobre nossa estrutura produtiva, as modificações na ordem político-econômica e na estrutura produtiva foram,

gradativamente, implementadas e financiadas pelo capital inglês. Nosso “debut” na nova ordem mundial que então se definia, na nova divisão internacional do trabalho, se dava sob a hegemonia político-econômica inglesa. Pode-se afirmar que se processavam aqui fatos e situações semelhantes àqueles que ocorriam em outras nações.(Cueva, 1983) Guardadas as proporções e as especificidades sócio-econômicas existentes, posso afirmar que também no Brasil, devo concordar com Luxemburg que:

"Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado".  
(Luxemburg, 1984, p.53) <sup>41</sup>

Esta fase de fixação e desenvolvimento do capitalismo foi determinante na vida político-econômica do país e da província. Em específico, a vila de Nossa Senhora do Pillar de Congonhas do Sabará pode ser considerada uma experiência representativa do processo de sujeição e subordinação à hegemonia do capitalismo britânico. E como esse processo influenciou em nossa vida econômico-política com o consentimento e participação de muitos setores de nossas elites desde os primeiros momentos das atividades da empresa no país.<sup>42</sup>

A princípio, o governo imperial, por conta do contrato de cessão do direito de exploração estipulou uma "modesta" quantia como garantia do pagamento do imposto sobre o ouro, exigindo que a companhia efetuasse depósito de uma caução de

---

<sup>41</sup> Burton afirmava que recursos naturais como os rios se tornariam “estrada de nações”, artérias que forneceriam ao mundo o “sangue vital do comércio”.(BURTON, 1976, p.62)

<sup>42</sup> Por isso, a partir deste parágrafo pretendo tomar as questões e implicações de natureza política e que estão intimamente ligadas ao poder econômico do capital britânico. Procurarei articular as relações e mecanismos que ligavam as questões de natureza mais ampla presentes no país, já trabalhadas anteriormente, com aquelas mais específicas da "Morro Velho" na região onde estava instalada e vice-versa.

50 contos de réis em apólices do governo brasileiro, para serem usadas pelo Tesouro Imperial, sem pagamentos de juros e que, em 1834, foram vendidas por aproximadamente 3.713 libras,"(Burton, 1976, p. 125 e 126). Com um nível de envolvimento dessa ordem com os interesses da Coroa Britânica, creio, nosso governo teria poucos motivos para querer abalar e/ou provocar rupturas nas suas relações com as companhias inglesas. Em se tratando do maior empreendimento industrial da época, a Morro Velho com certeza não seria admoestada pelo governo. Principalmente por que, tirando um certo exagero do Sr. Teóphilo Ribeiro, a Morro Velho se constituía na principal e maior contribuinte individual da província. Só em despesas a empresa movimentou, no ano de 1898, quase 40% da receita do Estado. (Ribeiro, 1900., p.4, c.1)

Por conta desse caridoso montante de capitais, parece, vários setores presentes no aparelho de estado tinham muito interesse em manter por meios cordiais uma "boa relação" com nossos novos donos, do capital. Afinal, foram por estes meios e relações que, desde o começo do século XIX," os capitalistas ingleses criaram formas seguras de tutelar e exercer controle sobre as finanças e pressão sobre a política externa, alfandegária e comercial do país". (Luxemburg, 1984, p.66) Os empresários e as autoridades inglesas sempre tiveram bem claro a nossa situação semi-colonial, nossos vínculos e relações de dependência para com o mercado internacional e o acesso aos capitais. Os capitalistas da Saint John d'El Rey sabiam que, naquele momento, nossas riquezas minerais estavam no solo e a "nação era, incontestavelmente, pobre". E afirmavam em alto e bom tom que não iriam "arriscar seu dinheiro em um país longínquo". Para eles era natural que em decorrência dos riscos a que se expunham, detivessem a prerrogativa e o direito de "elevar sua percentagem de lucros," podendo dar-se ao direto de "aconselhar". Ameaçando nossos governantes, descaradamente afirmavam que "se o governo brasileiro ouvir aquele mau conselheiro, a voz do povo, não terá melhor sorte" (Burton, 1976, p.187) com os investimentos ingleses, com os capitalistas que aqui estão investindo.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> A Saint John D'El Rey foi um dos mais lucrativos empreendimentos ingleses realizados na América Latina. Em termos da taxa de rendimento anual, podemos verificar que ela obteve os melhores resultados auferiu dentre todos os empreendimentos britânicos do Século XIX, ver anexos VIII e IX das páginas h e i respectivamente dos anexos.

Assim foi que, quase sempre, os nossos governantes e setores de nossas classes dominantes, principalmente aqueles ligados ao comércio exterior e ao mercado internacional, "negociaram" e "cederam" às pressões dos capitalistas britânicos. Tomaram decisões políticas e econômicas que favoreceram primeiramente e de forma privilegiada os interesses ingleses e os seus próprios bolsos. Estávamos constituindo as bases de uma prática político-econômica na vida brasileira e que, parece, determinou um padrão cultural determinante na maioria de nossas autoridades e nos governantes em geral, mesmo depois de proclamada a República. Esta "cultura política" fica muito clara na matéria publicada pelo Sr. Teófilo Ribeiro, na qual afirma que:

"a união, inspirada sem dúvida na benéfica política da administração mineira que sabiamente fez reduzir de 1 1/2 % a taxa de seu imposto, acaba de decretar na lei do orçamento, redução importante nos direitos de máquinas e outros materiais de instalação e custeio destinados à mineração, taxando-os em geral a 5%. (...) O ideal é colocar o país nas mesmas condições dos mais favorecidos (como a África do Sul) pela inexistência de quaisquer entraves que possam dificultar a imigração do capital ao diminuir o legítimo interesse do que é imobilizado".  
(Ribeiro, 1900, p. 1, 2, 3 e 4, c.1)

A nossa história está repleta de exemplos de subordinação respaldada nas conveniências das elites, novas e velhas. A docilidade subordinada sempre esteve permeando as decisões e atitudes políticas de grande parte de nossas autoridades e nossos governantes (parte considerável de nossas elites), no que diz respeito aos interesses do capital externo. Veja-se, por exemplo, que foi sob a batuta desses interesses e dessa lógica que, sob condições "negociadas," nossos governantes aceitaram, em 1810, a introdução de um funcionário do Estado inglês para abitar questões e litígios de ingleses à revelia das nossas leis e do aparelho de Estado - o Juiz Conservador. Este juiz atuava no julgamento de causas que envolviam cidadãos ingleses e que a empresa evocava sempre que estava envolvida por ações de natureza judicial contra si.

Mediante fatos como estes e analisando a forma como se comportavam os ingleses em Congonhas do Sabará, sou obrigado a reconhecer que tornamo-nos um "semi-protetorado britânico".(Saes, op. cit., p. 100) Esta condição pode ser percebida de forma acentuada em várias passagens, não só pela existência do Juiz Conservador, mas desde a escolta da Família Imperial para o Brasil, o tratado de comércio com a Inglaterra de 1810, o empréstimo dos banqueiros ingleses para o reconhecimento da independência - financiamento firmado em 10 de Agosto de 1824, a Questão Christie, etc, só para citar exemplos bastante ilustrativos.

Além do mais, a empresa sempre foi protagonista de questões de natureza política, tributária e trabalhistas que são importantes para se definir e delinear um quadro que permita ao leitor formar uma idéia do poder de influência interno e externo da empresa, da desenvoltura com que transitava dentro dos círculos políticos, influenciando junto a membros destacados de nossas elites e de autoridades britânicas. Ter uma idéia do poder sob o qual os trabalhadores estiveram submetidos, por quase todo um século e contra o qual se organizaram e lutaram, principalmente a partir de fins do século XIX e início do XX.

Em 1842, por iniciativa da Câmara Alta britânica, foi apresentado o "Ato Para a Mais Efetiva Supressão do Tráfico Negreiro". Este projeto a princípio propunha a proibição, em todo o mundo, de todo cidadão inglês possuir ou mesmo alugar escravos. Como a Morro Velho dependia vitalmente desse tipo de força de trabalho (escravo), podemos supor os receios e os temores que passaram pelas cabeças dos donos da mina, face aos problemas que adviriam com a aprovação desse Ato (Lei de Lord Broughan, aprovada em 1843). Os diretores agiram rápido e a empresa deu início a uma série de ações de defesa de seus interesses.

Para um empreendimento do tamanho da Morro Velho e que dependia essencialmente do trabalho escravo, tal Ato representava uma séria ameaça. Assim, sentindo-se "ameaçada com a extinção pura e simples da maioria da força de trabalho empregada na mina, a diretoria embarcou numa campanha de lobbying, juntamente com outras empresas inglesas espalhadas pelo país e o mundo. Esse movimento incluía, inclusive, o envio de cartas ao Conselho Privado Para O Comércio e ao Primeiro Ministro Robert Peel". (Libby, 1984, p. 61) Durante a campanha a empresa levanta

argumentos e considerações que deixam claro o quanto os interesses britânicos perderiam, principalmente no Brasil, com a aprovação do Ato.

Apesar da existência de uma grande massa composta de milhões de homens livres pobres <sup>44</sup>, a companhia insistiu no argumento de que não existia no país "um suprimento adequado de mão-de-obra independente da população negra". E por conta disso, a diretoria da empresa argumenta convincentemente às autoridades britânicas que se os meios de trabalho da mina, isto é os seus escravos, fossem removidos das companhias britânicas, "o valor das minas será destruído". (Saint John d'El Rey Mining Company Limited, Letter book n 4, 1843-1846, p. 49-55,81-88) <sup>45</sup> Se por um lado esse incidente serve para mostrar a importância do trabalho escravo para a própria sobrevivência de muitos e importantes empreendimentos capitalistas dentro do nosso país, por outro, nos coloca de forma explícita e inequívoca, a questão da obtenção da mais-valia através do trabalho dos negros escravos, destacando sua importância naquele momento para o processo de produção e reprodução do capitalismo britânico instalado em nosso país e portanto dentro do quadro geral da economia mundial.

O que se constata, quando da promulgação da Lei, em Setembro de 1843, foi que, as incursões e pressões haviam surtido resultados positivos e conseguido "sensibilizar" as autoridades britânicas. Houve um significativo abrandamento do projeto inicial. O Ato, quando de sua aprovação, apenas "proibia doravante a compra de escravos por cidadãos ingleses, mas as transações passadas permaneciam intocadas e não se fez menção ao aluguel de escravos".(Libby, op. cit., p. 61) Essas "pequenas alterações", garantiram à Morro Velho a manutenção do trabalho escravo, de sua propriedade ou alugado. Este fato permite, inclusive, questionar o real papel político que os ingleses, pelo menos aqueles com interesses econômicos - industriais, comerciais e bancários, estabelecidos no Brasil, desempenharam historicamente no processo de luta pela abolição da escravatura em nossas terras. <sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Conforme KLEIN, Hebert S., apud KOWARICK, op. cit., p.39

<sup>45</sup> apud Libby, op. cit., p. 61

<sup>46</sup> A respeito do papel dos diversos segmentos presentes na vida nacional e seus envolvimento e interesses na luta pela abolição da escravatura, as interessantes considerações tecidas por Saes, lançam, principalmente o capítulo III, parte 2, páginas 181 a 337, questionamentos sobre a posição das classes dominantes e dos setores populares no processo abolicionista e na transformação do Estado escravista .

Um segundo fato envolveu questões de ordem tributária e demonstra, além do poder, as facilidades desfrutadas pela empresa junto às nossas autoridades (governo imperial, provincial, Câmara dos Deputados e Senado). Segundo informações coletadas da obra de Burton, e confirmadas pelo trabalho de Libby, o Governo Imperial havia desenvolvido uma política progressiva de redução das alíquotas do imposto imperial que incidia sobre as empresas mineradoras estrangeiras. Assim, para Burton, "numa atitude altamente liberal, a partir de 1850, o Governo Imperial, foi reduzindo o imposto imperial no que dizia respeito às empresas mineradoras estrangeiras; assim as empresas estrangeiras foram colocadas em igualdade de condições (grifo meu) com os mineradores nacionais, deixando de pagar impostos".(Burton. op. cit., p. 184 a 187 e 237)<sup>47</sup>. Mas, o que Burton omite em sua obra, são as campanhas e os lobbyings efetuados, pela diretoria da empresa, nos corredores da Câmara e do Senado. (Libby, 1984, p. 67)

Outro fato ocorrido em 1875, envolvendo a companhia, também é digno de nota. Neste ano, a Assembléia Provincial criou um imposto de 4% sobre o ouro produzido,<sup>48</sup> e a empresa recusou-se a pagá-lo. A Morro Velho alegou que tal imposto era inconstitucional. Como houve resistência por parte da nova força política dentro da Câmara, a bancada ultra-liberal (e a companhia sempre esteve muito próxima do Partido Conservador, como veremos a seguir), novamente o lobbying adentra a corte. Nesta "nova campanha" foram incluídas até entrevistas do presidente da companhia e de membros da diretoria de Londres com senadores e com o nosso primeiro-ministro. Novamente os frutos de sua campanha não tardaram a aparecer. Uma ordem administrativa, partida do presidente da província de Minas Geraes, em 1879, consegue atingir proporções que envolveram a província toda, tal ordem conseguiu "paralisar a arrecadação do imposto na província inteira".(Libby, op. cit., p. 68) A questão da inconstitucionalidade do imposto foi levada à Câmara dos Deputados em 1879 e, conjuntamente, foi apresentado pelo deputado Sérgio de Castro, da província do Paraná

---

<sup>47</sup> Burton informa que nos últimos seis anos, a empresa pagou mais de 10.000 libras de impostos sobre a renda, e não se espante o leitor, ao Tesouro Britânico. Conforme também Libby, (idem, p. 67), a redução progressiva foi de 10%, 5%, 2% e a isenção total foi outorgada em 1859.

<sup>48</sup> Lei Provincial nº 2181 de 1875, apud LIBBY, op. cit., p.73

(o poder da persuasão econômica dava uma demonstração inequívoca de ser muito maior que o das fronteiras geo-políticas), um projeto de lei que revogava os dispositivos constitucionais que permitiam às províncias autonomia na criação e fixação de impostos. Este projeto foi rejeitado em 1880 mas, a Saint John d'El Rey continuou recusando-se a recolher o imposto à nossa coroa.

A província, segundo consta, foi obrigada a executar a cobrança judicialmente, até 1886.(Libby, 1984, p. 70)

As denúncias efetuadas pelo deputado Cezário Gama, tido como ultra-liberal, na Assembléia Provincial em 7 de Novembro de 1877, tornaram explícitas e públicas a ligação e cooperação existente entre a Saint John d'El Rey Comphany, o Partido Conservador e o Governo Provincial. O seu pronunciamento também permite tomar ciência de que o poder de influência da empresa se estendia até aos pleitos eleitorais. O deputado foi enfático e incisivo ao argumentar que nas denúncias que estava fazendo, "avulta a enorme quantia de 300 contos, despendida em pura perda com a estrada denominada - Gordon (nome do então superintendente da empresa) que, afinal, foi abandonada antes de concluída, e que se acha inutilizada antes de ter sido entregue ao público. Continuando, ele afirmava que a estrada era, "sem dúvida; um escândalo praticado a face da província, e que factos posteriores e recentes vieram confirmar." Entendia que a estrada estava sendo construída como uma forma de o estado socorrer a empresa. Pois ela estava paralisada em função do incêndio ocorrido em suas galerias e que destruiu quase completamente todo o madeiramento de sustentação de grande parte da mina. O deputado ao atacar a forma espúria com que o estado foi em socorro da Morro Velho aprofunda suas denúncias ao afirmar que a

"companhia inglesa de mineração estabelecida ao Morro Velho, achava-se, (como já se tem dito) em decadência, proveniente do incêndio de suas minas não tinha em que ocupar o numeroso pessoal, de que se compunha. O poderoso superintendente dessa companhia, que em todos os tempos foi prestimoso e activo aliado do Partido Conservador; e tanto que não obstante sua qualidade de estrangeiro interferio sempre e directamente nos nosso pleitos eleitoraes, prevaleceu-se de sua influência para, à

custa da pobre província, dar emprego aos braços ociosos da companhia. Eis a razão dessa estrada inútil que não tem origem confessável".<sup>49</sup>

Poderosa economicamente, influente politicamente, essa foi a tônica da ação da companhia até meados do século XX.<sup>50</sup>

Mas antes de passarmos ao próximo capítulo, algumas considerações de natureza educacional seriam importantes de serem colocadas historicamente. Trata-se demandas colocadas concretamente na sociedade pelas elites e classes dominantes e também por homens livres, escravos e negros e mulatos forros. Envolvem considerações que recuperam questões fundamentais à própria história da educação.

Dentre muitas outras demandas, vou ater-me sucinta e especificamente à da educação nesse primeiro capítulo. Mais pontualmente em duas, aquela de fato existente na sociedade e que dizia respeito à aprendizagem do ofício, da arte e da disciplina e diligência para o trabalho desejada pelas classes dominantes e que atingiam de índios a negros e colonos pobres vindos de Portugal – como ricamente descritas anteriormente e que pouco tratamos na nossa história da educação - , àquela desejada e aspirada pelos filhos das nossas classes dominantes(elites), principalmente porque tem sido sobre ela que parte dos historiadores da educação brasileira têm se debruçado. No que diz respeito à segunda encontramos com facilidade bom material já selecionado, organizado e um acervo significativo de obras e pesquisas monográficas básicas. O problema é que, apesar de muitos destes trabalhos levarem em consideração o caráter “classista” e a presença dos

---

<sup>49</sup> Discurso pronunciado pelo Deputado Cezário Gama, na sessão extraordinária de 7 de Novembro de 1877, in Minas Gerais- Annaes da Assembléia Provincial de Minas Gerais. Segundo Anno da Vigésima-Segunda Legislatura. Sessão de 1877. Ouro Preto, Typ. J. F. de Paula Castro, 1877, p.246, apud. Libby. op. cit., p.68

<sup>50</sup>Milton Campos utiliza de seu poder em 1948, sob o governo, para através do Estado de Minas Gerais influir na abertura de um processo que foi movido pelo próprio Estado contra trezentos mineiros. A alegação era de que os denunciados estavam impedindo o desenvolvimento normal das atividades produtivas provocando prejuízos à empresa e aos interesses do Estado. Dos trezentos trabalhadores mineiros inicialmente relacionados, cinquenta e um foram demitidos por justa causa e a bem do interesse público. Na realidade o objetivo foi reprimir e demitir ativistas e militantes do sindicato, em especial aqueles ligados ao PCB. Conforme entrevista que realizei em Belo Horizonte-MG em março de 1992 com Anélio Marques Guimarães, este velho militante do PCB foi eleito, em 1945 junto com outros membros do PCB, vereador pelo PSD e foi

interesses das classes e frações de classe existentes em nossa sociedade, temos a impressão de que se trata de uma sociedade monofônica, homogênea, onde só existiu educação a partir exclusivamente das classes dirigentes. Fosse para si ou aquela por elas determinadas às classes subalternas. Segundo Caio Prado Júnior, a nossa sociedade não possuía um sistema de educação e instrução. Para ele:

“Não se pode considerar sistema de ensino as magras cadeiras de primeiras letras, latim e grego, que havia nalguns dos maiores centros da colônia. Criados aliás só depois de 1776, e que funcionavam ao deus-dará, com professores mal pagos, alunos indisciplinados e aulas desorganizadas.”

(Prado Júnior, op. cit., p. 90 e 91)

Mesmo porque, ainda que estes pesquisadores tenham se defrontado com muitos documentos que permitissem a produção de uma pesquisa abordando outras formas e espaços educativos, estas não foram levadas à frente pela natureza do próprio recorte temático. Assim, muito das lutas e conflitos, poderiam ser classificados como antitéticos, pois diziam respeito não só a sociedades diametralmente distintas – estes foram os casos das populações índias, das tribos africanas que em muitos caso chegavam ao nosso país com seu séquito e sua corte ainda estruturada, como também as realidades econômicas e sócio-culturais radicalmente contrárias. Eles foram desconsiderados e deixados para trás na maioria das pesquisas realizadas sobre história da educação no Brasil colônia e também no Império. Só recentemente a partir da República é que alguns autores vêm abordando questões relativas à educação no meio operário. Em especial entre os Anarquistas. O argumento, quando existe, quase sempre se prende a justificativas, muitas delas questionáveis, tais como ausência de documentos confiáveis para se tratar do assunto considerando-se parte das classes subalternas ou que "em decorrência do estágio primitivo

---

um dos fundadores do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e do próprio PCB.

em que se encontravam as populações indígenas, a educação não chegara a se escolarizar" (Ribeiro, 1987, p.22-3).

Mas mesmo assim, ao se considerar que, por conta do modelo de colonização que se desenvolveu em nosso país, mesmo em relação às populações indígenas que pertenciam às missões, primeiramente no sul e depois no norte do Brasil, Simonsen admite que "os povos aldeados, dotados de noções de disciplina e trabalho organizado, constituíam sem dúvida, presas de valor para os mercadores da época". (Simonsen, 1957, p. 211).

A grande produção açucareira, e os interesses da burguesia mercantil e da alta nobreza, os "Regimentos" não só citam mas se preocupam com a "clientela" indígena e propõe educá-la através da catequese e a esta se limitam.

Grande parte da produção historiográfica existente passa a idéia de que tanto o modelo educacional, quanto o conteúdo proposto para ser trabalhado e assimilado, não foram permeados por lutas e conflitos, foram aceitos ou simples e de forma pacífica rejeitados por estas populações sem retaliações dos padres e autoridades temporais constituídas. Que essas populações não possuíam instrumentos e mecanismos próprios que lhes permitissem desenvolver práticas educativas ligadas às suas necessidades materiais e espirituais. Como veremos mais à frente, existiu uma gama diversificada e rica de práticas educativas, muitas delas proibidas pela coroa, responsáveis por garantir desde valores e práticas culturais a questões relativas a capacitação técnica e intelectual na manufatura nascente, entre artesãos, artistas, marceneiros, ferreiros, alfaiates, etc.

Ocorre que desconsideram a educação do ponto de vista de seu papel social para as outras populações e a consideram enquanto tal para os planos de estudos de uma programação que concentrava elementos da cultura européia (as orientações presentes no *Ratio Studiorum*). Como compreender a sociedade e a história da educação a partir dessa única perspectiva? O que se oculta atrás da preocupação dos autores de se limitarem a perguntar apenas "a quem caberia a educação dos outros setores da população? "O que conquistamos, em termos de entendimento e conhecimento, ao escamotear ou desconsiderar a dimensão do conflito e da diversidade da efetivação da própria história daquelas populações que estiveram sob o jugo e a dominação colonial? E me permito, diante desse quadro, perguntar por que ainda subsiste esse incômodo silêncio sobre estas

populações e a educação que entre elas ocorria pelo trabalho? Muitos documentos existentes e produzidos pelas elites coloniais, como vimos, deixam entrever e perceber as demandas de poder, as repercussões de lutas e conflitos presentes ao longo do processo de montagem e estabelecimento do sistema de colonial de dominação, permitem recuperar uma outra forma de pensar, que procura a "efetivação histórica dos conflitos na própria instituição social" (De Decca, 1988, p.31-2).

Parece-me que a inexistência de um questionamento fundamentado, na produção historiográfica educacional, sobre o caráter e as relações que permeiam, apesar do reconhecimento teórico de que se trata de um campo da práxis humana, além de composto por diferentes e múltiplos aspectos da existência humana, a educação e em específico a organização escolar institucional, não constitui um fato isolado que ocorreu naturalmente de forma desinteressada. Ela é expressão real da correlação de forças existente entre as classes sociais, entre diferentes sociedades com distintas culturas e relações de produção. Em nossa sociedade capitalista ela é a expressão institucional e estrutural do papel desempenhado pelos intelectuais no choque e nas lutas existentes entre as classes sociais que a compõem. E em nosso caso temos uma realidade econômica onde prevaleceram os interesses e o peso das atividades ligadas ao mercado internacional. Apesar de toda as atividades econômicas desenvolvidas na província, desde a manufatura têxtil à agricultura e pecuária, que foram importantes à própria mineração e à explosão demográfica que ela provocou nas regiões de mineração, na verdade

“Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional (isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada), (...), Todas as atividades giram em torno do fim precípuo de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas”. (...) Onde, “a população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento”.

(Prado Júnior, op. cit., p. 102 e 103) <sup>51</sup>

Só muito superficialmente têm surgido, no universo da história da organização escolar trabalhos que abrem novas perspectivas, colocam e recolocam velhas e novas questões sobre o papel desta instituição e dos agentes sociais, das lutas e conflitos que permearam, historicamente, o processo de construção hegemônico definido a partir das necessidades e interesses das classes dominantes de nosso país.

Dando à abordagem da história da educação um caráter menos restritivo: trata-se de dar início ao embate teórico-metodológico necessário na história da educação para começarmos a definir linhas de pesquisa que toquem realmente nas questões ligadas às diferentes formas e identidades culturais daqueles que aqui estavam ou à nossa terra foram trazidos compulsoriamente. Ou como se deram ao nível das relações sociais o contato entre estas identidades culturais, inclusive sem temor de abordar as relações de poder existentes dentro dos próprios grupos e aquelas estabelecidas entre os diferentes atores e sujeitos sociais (negros, índios, mestiços). O problema, para alguns, é que tais trabalhos constituem um questionamento que denuncia, na história da educação, a existência de um esquema teórico homogeneizador semelhante àqueles que explicam os "fatos sociais como se estes fossem os mesmos e referenciassem, ao mesmo tempo, todos os agentes sociais". (De Decca, 1988, p.32)

Retomando a questão da formação intelectual da elite colonial, esta sempre contou com condições econômicas, humanas e políticas satisfatórias, sempre possuiu muitos representantes que entravam em cena, desde as províncias até altos escalões do aparato estatal, lutando politicamente por formas de educação e instituições educacionais que os atendessem, minimamente, no país. Ribeiro descreve condições econômicas, estruturais e a influência do ensino jesuítico no país. Para ela, a formação intelectual da elite colonial, se adequava à política colonial. Apesar do caráter de modernização, reformista e de recuperação econômica e intelectual pretendidos por Pombal que expropria e expulsa os jesuitas em 1759, continuamos tão colonial quanto antes (Ribeiro, 1987, p. 27 a 29). Para estes setores tal preocupação sempre ocupou, do ponto de vista legal e prático, na vida

---

<sup>51</sup> Ainda segundo o autor, cerca de dois terços da exportação portuguesa para outros países se fazia com

política e na estrutura do aparelho do estado, posição de destaque. O mesmo não se pode dizer das autoridades em relação aos outros setores e classes sociais. O máximo que podemos identificar, além dos arroubos discursivos, é nenhuma ação prática de envergadura que demonstrasse que havia realmente preocupação com a edificação de uma educação para os filhos das classes populares. Assim foi que, com o fortalecimento político e econômico dessa nova elite e o crescimento dos setores médios, começaram a surgir debates e cobranças para a formação de instituições educacionais, inclusive com características notadamente iluministas e voltadas para as ciências naturais. Até então muitas das "reformas" educacionais realizadas gravitaram em torno dos velhos setores dominantes. As reformas ocorridas, eram reflexos de tensões e conflitos presentes na Europa, mais especificamente em Portugal. Por exemplo, as reformas pombalinas, estavam ligadas organicamente aos conflitos e interesses presentes na estrutura do estado português e eram orgânicos aos setores hegemônicos e de uma forma ou de outra atendiam às necessidades de muitos desses setores. Esta reforma acabou se refletindo profundamente sobre a única estrutura educacional que possuíamos, se assim poderíamos chamar as escolas sob controle dos Jesuítas.

No que tange às demandas próprias do crescimento do estado e da máquina estatal burocrático-militar edificada pelo pacto colonial no Brasil, as reformas pombalinas pretendiam uma formação modernizada da elite colonial, para torná-la mais eficiente em sua "função articuladora das atividades internas e dos interesses da camada dominante portuguesa". (Viotti, 1988., p.95 a 98). Em função do próprio caráter iluminista destas reformas pode-se identificar o fortalecimento de frações das classes dominantes, com o aparecimento de uma "elite mais esclarecida" e adepta deste ideário e que posteriormente suscitará, por parte das "elites locais", uma certa tensão e preocupação com a educação de seus filhos; inclusive, dadas as dificuldades e a discriminação que seus filhos sofriam ao chegarem à metrópole para serem educados.(Xavier, 1980) O que se pode perceber é que representantes (frações da classe dominante) de nossas "elites" ao demonstrarem preocupação com a formação e educação das suas futuras gerações, já se perfilava a cristalização de uma "elite nativa" com interesses próprios e que dava os primeiros passos

---

mercadorias da colônia. (idem, op. cit., p. 119}

na construção de seus interesses. Principalmente em Minas Gerais, começaram a lutar e atuar politicamente na defesa de seus interesses econômicos, políticos, educacionais (seria bom lembrar a criação do Caraça como materialização destes anseios).

Ainda uma última questão precisa ser abordada nesse “parentesis” sobre a questão educacional. Trata-se de deixar explicitado que a formação educacional e cultural dos Homens de Bem e de Bom Cabedal, não se dava apenas no ambiente da Instituição Escolar. As classes dominantes possuíam e dispunham de outros espaços e instrumentos que completavam essa formação. Isso precisa ficar muito bem registrado.

## CAPITULO II

### DISCIPLINA E EDUCAÇÃO:

### A DOMESTICAÇÃO DO TRABALHADOR DA MINERAÇÃO EM NOVA LIMA – MG, NO SÉCULO XIX

#### Disciplina e educação pelo trabalho

*"Aqueles que cuidam dos detalhes muitas vezes parecem espíritos tacanhos, entretanto esta parte é essencial, porque ela é o fundamento, e é impossível levantar qualquer edifício ou estabelecer qualquer método sem ter os princípios. Não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedras".*

*(Marechal de Saxe) <sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> SAXE, Marechal, Mês rêveries, t.I, Avant-ptopos, p. 5; apud FOUCAULT, M., Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis ; Vozes, 1987, p.128.

A Morro Velho desde o momento em que se estabeleceu na vila, por conta da necessidade de manter e expandir a produção aurífera, constatou que seria imprescindível à sua sobrevivência criar novos hábitos, padrões e valores culturais, tais como temperança, regularidade e laboriosidade. Muitas e diversificadas formas de ação foram implementadas pela empresa ao longo do tempo na vila e região, com o claro e deliberado objetivo de atingir, constante e intensamente, os valores, a mentalidade, os costumes e a vida dos escravos e dos homens livres pobres.

A empresa nunca escondeu que pretendia “moralizar” a vida de seus trabalhadores erradicando suas “idéias erradas”, seus costumes e sua “má disposição” para o trabalho. Que essas eram condições necessárias e fundamentais para sua consolidação e desenvolvimento: quanto a isso os capitalistas e autoridades inglesas não tinham dúvidas.

Buscando com determinação tais objetivos, a empresa imprimiu de forma profunda e incisiva, na cidade, o selo de seu poder econômico e de seu modelo civilizatório. Procurou modelar o espaço de vivência dos trabalhadores desde suas casas, influir sobre a própria organização e ocupação do espaço físico urbano.

Assim, Nova Lima, em função das atividades industriais desenvolvidas pela Morro Velho, foi se constituindo, ao longo do século passado, numa comunidade industrial isolada em relação às áreas de desenvolvimento e concentração industrial como São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, etc.. Como nesses centros, o estabelecimento e desenvolvimento do capitalismo acabou provocando um forte processo de diferenciação, compartimentalização e segregação entre os diversos segmentos sociais que compunham a população local e regional. Na verdade, esses processos refletiam, na organização dos espaços físicos e sociais da cidade, a própria natureza das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos e suas relações com a propriedade privada dos meios de produção. Nessa área, assim como em outras onde se fixou o capital inglês, esse processo não se limitava só às relações de natureza econômica, se fazia presente na vida política, no perfil cultural da população, nas características arquitetônicas, na ocupação, disposição e desenvolvimento dos espaços urbanos e rurais (físicos e sociais).

O que se pode perceber, nas descrições e relatos da época, desde o ponto de vista urbanístico-arquitetônico ao cultural e político, foi o poder e a força com que os ingleses exerceram sua dominação nas várias áreas de mineração onde se fizeram presentes. Como em outros locais,<sup>2</sup> o poder desses senhores se materializou na arquitetura da cidade e influenciou na religiosidade, nos costumes, valores e condutas dos trabalhadores. Aquele que se aproximava da cidade podia vislumbrar "para além da ponte, ... claramente a energia e o capital dos nórdicos". (Burton, 1976, p.171) E tanto a cidade quanto a empresa, com suas "arquiteturas" próprias, representavam aos olhos de nossas autoridades e dos homens de "bom cabedal" um marco de civilização digno de destaque. Assim, a empresa, a exemplo do teatro existente no prédio do seu depósito, representava um agente de civilização.

O que percebi, através da pesquisa, foi uma realidade urbana e social onde, ao longo do tempo, o poder britânico influenciou sobre quase todos os setores sociais e influenciou em variados aspectos da vida da comunidade - política, cultural, religiosa, econômica, na educação e disciplinamento de escravos, homens livres, interferindo em suas mentalidades e valores. Isto é, o poder do capital foi exercido de forma totalizante e totalitário. Como uma totalidade lógica, com seus valores e sua racionalidade, procurou atuar de forma superior e global sobre todo o tecido social.<sup>3</sup>

Congonhas, que havia se transformado numa vila que feria os "olhos dos visitantes não acostumados ou familiarizados com uma mistura de Petrópolis brasileiro e de Neilgheny de Oatacamund", nas descrições feitas por Burton, era uma vila onde havia "algo de inglês nas casas muito bem cuidadas." (Burton, 1976, p.175)

Além disso, os espaços que os trabalhadores ingleses ocupavam na cidade, estavam ligados a suas origens e ao tipo de trabalho que desenvolviam. Tanto foi assim que Burton fez questão de frisar que merecia deixar destacada a informação de que, na época em que estive na Villa, "sendo em sua maioria, do mesmo condado, os

---

<sup>2</sup> Burton afirma que a vila de Gongo Soco em poucos anos havia se "transformado em uma aldeia inglesa nos trópicos, com sua igreja e capelão consagrado pelo Bispo de Londres." (Burton, 1976, p.183 )

<sup>3</sup> Mais especificamente, devo destacar que, para tratar da questão relativa à criação e ocupação do espaço urbano e social, para tratar da força e da amplitude com que ocorreram as transformações no imaginário, na subjetividade e no caráter simbólico dos sujeitos sociais presentes em Nova Lima, é imprescindível abordar aspectos que dizem diretamente respeito à vivência, ao ócio, ao lazer dos trabalhadores.

homens conservam seu sotaque característico e não poucos as suas superstições (...) O operário em geral conserva os seus gostos ingleses".<sup>4</sup>(Burton, 1976, p.228)

A casa grande, a igreja, o teatro, a fábrica, os bairros, as casas, as festas das elites locais, o hospital e as repartições públicas, constituíam-se em representações objetivadas do poder do capital, expressões concretas de uma “civilização mais avançada”. Esse tipo de mentalidade e ponderação, este tipo de comparação, não foram privilégios somente de Burton, elas podem ser encontradas em pleno século vinte nas descrições efetuadas por Victor Viana (Viana, 1917, p. 21-29). Se manifestam na percepção que tinham da importância da empresa para a economia, a política, a arquitetura, os costumes. Com implicações futuras, que foram verificadas documentalmente, o capital inglês não só demonstrou seu poder naquele momento de sua fixação na Villa, mas foi capaz de influir e ser incorporado como parte da mentalidade e dos valores das nossas classes dominantes. Assim conclui Ribeiro:

“Como convencemo-nos tê-lo demonstrado, há o Morro Velho exercido a mais benéfica e directa influência na marcha econômica das populações que se acham em contacto com elle, influência porém, que não se limitou tão sómente àquellas que o têm servido directamente, mas estendeu-se a outras mais distantes que, na permuta de interesses recíprocos, também colheram as messes brotadas de seus vastos trabalhos.”

(Ribeiro, Teophilo, Industria Extrativa, in *Minas Gerais*, 10 de Abril de 1900, p. 2 a 4)

Os ingleses, enquanto agentes civilizadores, se auto proclamavam superiores e porta-vozes do desenvolvimento e do futuro de nossa nação. Para eles, a empresa se constituía num dos principais instrumentos de luta contra a ferocidade da natureza. Pois, ela arrancava desta aquela massa de desocupados e lerdos, salvando-os

---

<sup>4</sup> (...), "mais baixo fica o Morro Velho, também coroado por uma cruz e suportando nos ombros Timbuctu e Boa Vista, os bairros negros de casas de paredes brancas e telhados vermelhos (aqui chamados pelo nome africano de senzalas). No morro do depósito está a aldeia do retiro, ali se erguem, em filas sucessivas, casas de aspecto brasileiro, (...) são as casas dos mineiros ingleses e suas famílias. (...) para além de retiro, casas para os mineiros brasileiros e alemães." Burton. op. cit., p.187, 193, 196 e 229,228.

das correntes e dos grilhões da pobreza, da miséria na qual viviam, combatendo a barbárie que os vadios representavam, disciplinando e amansando os negros renitentes, preguiçosos e dissolutos.<sup>5</sup> Na verdade, o que acontecia era que à medida que a empresa (isto é, o capitalismo) penetrava no dia-a-dia dos moradores da vila, com ações concretas, o fazia tentando cristalizar os valores e princípios que defendia como agente econômico e civilizador.

Esse período se mostra importante por que se trata de um momento que, na história da empresa e da formação da classe trabalhadora brasileira, é possível acompanhar parte do processo de passagem e as transformações que permitiram à empresa formar um pequeno mercado de trabalho, implementar entre os escravos, libertos, livres pobres, novas formas de relações e mecanismos de dominação e integração. A companhia, decorrência natural de seu peso e importância econômica, sempre se colocou como potência social-essencial dinâmica na vida Novalimense. Sempre se sentiu no direito de prescrever e ditar normas e condições às quais os seus trabalhadores e os moradores da cidade deveriam sujeitar suas vidas, suas formas de agir e ser. Como resultado concreto do desenvolvimento e consolidação desta mentalidade, a empresa chegou ao extremo de se sentir no direito de determinar, isto já em pleno século vinte, o destino dos moradores da vila. Constitui um acontecimento emblemático a ocasião em que os ingleses lançaram um aviso aos operários e moradores da vila, informando que aqueles que não quisessem se submeter às condições de contratação de serviço estipuladas pela empresa "podiam tirar suas contas e retirar-se da Villa". Entendo que ela foi clara ao afirmar que aqueles que não quisessem aceitar as determinações da empresa poderiam se considerar fora da cidade. A questão criou um clima de mal estar na sociedade mineira da época, mas o Sr. Lima não se sentiu constrangido em defender publicamente a empresa. Para ele:

“Nunca a emulação, a inveja ou a impotência inferior  
poderão gerar uma causa justa contra classes que a

---

<sup>5</sup> Burton, op. cit., p. 171, 197 e 211. O espaço público sempre foi área de atuação desse poder, como veremos a seguir. Mas, será questionado, disputado, ocupado e conquistado pelos trabalhadores, já no começo do século XX.

desigualdade da vida social colloca em hierachia superior.”<sup>6</sup>

Tudo leva a crer que, talvez, pela proximidade de interesses e o convívio com os dirigentes da Morro Velho, muitos representantes, frações de classe, de forma mais agravante que a normalmente encontrada dentre seus semelhantes estabelecidos em outras paragens, se viam e sentiam ungidos pelo espírito superior daquela civilização. Essa canalha, serviçal à empresa e aos interesses externos, agia como que dotada de poderes sobre-humanos. Sua missão seria a de criar condições objetivas para que os ingleses cumprissem sua missão terrena e civilizatória de subjugar a animalidade, a indolência e a vagabundagem dos homens do povo, transformar seus desejos e paixões para forjar um novo homem. Criar uma nova sociedade, capaz de transformar as riquezas e as forças da natureza em riqueza da "nação", "dominando a ferocidade da natureza e libertando a posteridade da escravidão de meras necessidades animais" (Burton, 1976, p. 187).

Assim, a Mina aos olhos das autoridades provinciais e inglesas, sempre deu provas reais de suas convicções, de que o homem (diga-se de passagem que esse “homem” a que fazem menção estava restrito aos homens livres de bom cabedal e aos Ingleses)

“quando combina honestidade, energia, conhecimento científico e prático de sua profissão pode determinar um esplêndido destino e uma nova civilização a um país pobre como o nosso, extraindo das entranhas da terra um novo futuro”. (Burton, 1976, p.187)

Mas, na verdade, o que se constata ao longo dos muitos e muitos anos de "libertação" desse jugo da natureza, mais de cem, é que por trás dessa linda empresa se esconde uma longa e sinuosa estrada eivada pela miséria, morte e exploração dos

---

<sup>6</sup> MORRO VELHO, A Gazeta, Bello Horizonte, 24 de Julho de 1904, p. 1, c. 1 . O doutor Augusto de Lima, redator-chefe do jornal, foi o autor do editorial que procurava justificar e defender a atitude tomada pelo superintendente da Morro Velho, o "ilustre Sr. Dr. G. Chalmers" e que havia provocado uma grande polêmica na imprensa belohorizontina da época. .

trabalhadores. E que as condições de vida dos trabalhadores livres pobres da morro velho diferia pouco daquela encontrada entre os trabalhadores escravos. O que se percebe é que ali ficaram, de forma concreta e indelével, as marcas dos passos e do caminhar dos "homens de bom cabedal e fortuna" assentados sobre a trágica realidade de milhares de cadáveres, de mutilados e famintos. A realidade do trabalhador da Morro Velho foi de tal forma violenta que não se pôde ocultar a imoralidade sem limites das classes dominantes, brasileiras e estrangeiras. E apenas estamos começando a ver qual foi o "preço" do progresso e do desenvolvimento do mercado capitalista em nossas terras.

Nesse processo de estabelecimento do capitalismo em Nova Lima, e com as transformações que ele foi determinando política, econômico e culturalmente, podemos dizer que a princípio o capital britânico, representado pela Saint John d'El Rey, aparentemente a princípio se submeteu ao mercado de trabalho escravo, às relações do regime escravista. A empresa britânica com sua organização e gerenciamento capitalista procurava viabilizar seu funcionamento a partir da disponibilidade da forças de trabalho existentes e estas, predominantemente, estavam nos marcos das relações de trabalho estabelecidas pelo escravismo. A empresa não deixou de aproveitar do escravismo aquelas relações e vantagens que apenas a escravidão lhe poderia proporcionar e lhe eram úteis. Mas, gradualmente, também foi impondo novas disciplinas e formas de coação, novas potências e relações de trabalho próprias do capitalismo. O conceito de "aparente" foi utilizado entre aspas porque, como veremos mais à frente, mesmo numa sociedade escravista como a nossa, o desenvolvimento das forças produtivas sob dominação do capital, é também o desenvolvimento das relações sociais capitalistas. (Silva, 1986, p.14)

As ações desenvolvidas pelos capitalistas ingleses puderam ser percebidas nas relações sociais e de trabalho, até individualmente na mentalidade dos escravos e suas famílias nos "bairros negros", nas senzalas ou mesmo nos barracões que a empresa utilizava para alojá-los. Tais ações foram lentamente transformando-os por fora e também por dentro. Os ingleses foram impondo sua "nova racionalidade" e as novas formas de organização do trabalho. Formas de subsunção e controle do trabalhador próprias às necessidades do capital. Parece-me que uma questão identificada

pela pesquisa merece tratamento mais cuidadoso, por ser um exemplo de destaque dentre as muitas ações levadas a termo pelos ingleses, trata-se do processo de assalariamento dos seus escravos, desenvolvido pela empresa a partir dos anos 40 do século XIX. O assalariamento, implementado pelos ingleses, constituía-se do pagamento de uma dada remuneração garantida aos negros escravos e era diferenciada pela característica física e pela capacidade de trabalho individual dos escravos. Também eram pagas horas extras aos escravos e livres, prêmios de produtividade etc. Essa prática dos ingleses, parece, era entendida e assumida por parte significativa dos escravos, como uma possibilidade real e redentora de ser livre, independente e responsável por si próprio. Onde essa nova mentalidade disciplinar e novos modos de agir de escravos e livres se manifestavam concreta e continuamente, os ingleses as estimulavam ainda mais. Tais manifestações quando surgiam e vicejavam no cotidiano dos trabalhadores eram vistas com júbilo pelos ingleses e autoridades da Vila e da Província. Essas medidas criaram uma tal dinâmica que, a curto prazo surtiu resultados positivos. Em pouco tempo autoridades inglesas e membros da diretoria da empresa já podiam descrever o cotidiano de muitos escravos dedicando o seus tempos livres a realizar voluntariamente horas extras ou trabalhos domésticos. Anunciavam ao mundo os muitos casos onde a liberdade fora conquistada pelo negro escravo com o suor de seu próprio rosto. No meu entender, foi assim que muitos negros passaram a ver no trabalho uma forma de libertar-se da escravidão, conseguir pecúnia para ficar emancipado das peias do escravismo, um sistema fechado em si.

Apesar de todas as mazelas próprias do capitalismo e das quais muito provavelmente o trabalhador escravo não tinha uma visão clara e nem de suas implicações posteriores, entendo que para quem vivia sob a égide da chibata e do tacão do feitor e era tratado como coisa, deixar a condição degradante de escravo, para pelo menos passar à condição de ser reconhecido legalmente como homem livre e membro da raça humana, passando à condição de Ser Humano significava uma conquista.

No imaginário desses homens, a possibilidade de "liberdade" representada pelo capitalismo inglês, significava um avanço importante nas suas condições de vida, em sua condição humana. O escravo não se dava conta de que uma vez conseguida a liberdade, não eram mais as correntes da escravidão que o prenderiam ao seu senhor, ao

desmando e má fé de seus empregadores, mas o próprio trabalho, causa primeira de sua escravidão. Com o tempo descobriria que no mundo da liberdade da sociedade capitalista, a única coisa que havia conquistado de seu, sua força de trabalho, fora transformada em mercadoria, que passavam a existir outros tipos de correntes mais sutis e não menos cruéis que os grilhões, estava deixando de ser propriedade de outro homem para tornar-se força produtiva. Agora liberto da condição de propriedade, passava a assumir-se como proprietário de seu próprio corpo, mas na condição de trabalhador completamente desembaraçado de qualquer posse ou vínculo de propriedade no novo modo de produção. Já podia deixar de ser coisa para ser força de trabalho, a grande maioria deles, se longe da empresa deixava de ser escravo para ser “marginal ou pária social”.

Ao longo de todo este processo se, por um lado temos ainda do ponto de vista do desenvolvimento do capital, a princípio, a sujeição formal do trabalho com a conseqüente obtenção de mais-valia absoluta (os trabalhadores cumpriam jornadas de trabalho de no mínimo doze horas, revezadas em dois turnos), por outro lado, a partir de meados da década de 1840, veremos se abrirem as portas para uma nova fase em que vai se dar, de forma cada vez mais acentuada, a submissão real do trabalho do homem livre e do escravo ao capital. O que observamos na Morro Velho é o processo onde, nas condições de trabalho - mesmo a dos escravos -, de um lado ocorre “a extensão e o alargamento da divisão do trabalho no interior de um mesmo grupo produtivo, e de outro lado a obrigação dos produtores humanos se conformarem ao ritmo e ao movimento do processo mecânico. Esse deslocamento técnico do centro de gravidade do processo produtivo teve os seguintes efeitos sócio-econômicos: a dependência crescente do trabalho frente ao capital e o papel sempre maior do capital enquanto força de coerção e de disciplina frente aos produtores humanos dentro da série de suas operações particulares.” (Manoukian e Romagnoli, 1971, p. 250) Assim, era natural que, apesar da jornada de trabalho continuar extensiva, começasse a ocorrer uma forte ênfase na administração e organização da produção. A intensividade e produtividade do trabalho dos escravos e livres, fossem alteradas pela adoção cada vez maior de máquinas e equipamentos (observar anexo XIII página ‘n’ dos anexos). As novas máquinas e equipamentos, além de aumentar o ritmo e a intensidade do trabalho, acabaram

propiciando uma redução do número de trabalhadores escravos em setores como transporte e britamento de minério e passaram a garantir à empresa maior autonomia em relação a força de trabalho escravo que estava se tornando escassa e ao "capricho dos trabalhadores nacionais".

Em função da própria imobilidade e rigidez do escravismo que só reconhecia a relação senhor - escravo, as "novas formas" de relações de trabalho/assalariamento desenvolvidas pela empresa, associadas a idéias e princípios que apontavam para um suposto reino de igualdade, liberdade e emancipação, garantiram a fixação de muitos homens livres e escravos na condição de trabalhador livre assalariado. Assim, os Ingleses conseguiram mantê-los trabalhando voluntariamente na Morro Velho. E esta foi uma das faces que compôs a realidade mais ampla das relações de produção capitalistas na vila e região, ao meu ver, imprescindível e vital ao próprio estabelecimento do capitalismo no país: o processo de construção e formação de um mercado de trabalho.

O que estou procurando mostrar nesse momento é que, como em outras áreas e atividades econômicas exploradas pelos ingleses em nosso país, também em Nova Lima eles desenvolveram um conjunto de estratégias e ações cujo objetivo era formar um mercado de trabalho capaz de fornecer trabalhadores confiáveis e com os quais o capital pudesse contar. Na empresa e na Vila, esse mercado de trabalho, esse trabalhador disciplinado e confiável, já dava sinais de que o processo seria muito mais rápido que aquele ocorrido na Europa. Aqui o tempo foi muito menor, pouco menos que um século. Outra coisa importante foi que, em nosso país, tal processo se deu sem primeiramente se ter que expropriar pequenos agricultores, proprietários e artesãos. Ele foi se estabelecendo e se desenvolvendo sem a prévia necessidade de revolucionar o modo de ser e a forma real do conjunto das relações e dos processos de trabalho centrados no escravismo.

Especificamente em relação à fixação, desenvolvimento e expansão do capitalismo, o trabalho escravo tecnicamente, não se mostrou incompatível com o trabalho industrial e o desenvolvimento do empreendimento capitalista. Como veremos mais à frente, a força de trabalho escravo não ocupou uma posição periférica e marginal no processo produtivo capitalista em construção. O trabalho escravo, que por muito

tempo foi um dos principais elementos que impediu a formação de um mercado de trabalho, não foi capaz de comprometer seriamente e/ou de forma negativa o processo das transformações desencadeado pela Morro Velho. Creio que no caso da Morro Velho, a pesquisa parece mostrar que esta empresa, e outras do ramo da mineração, representaram exemplos concretos de que uma vez desencadeado o processo produtivo e as atividades manufatureiras localmente, com investimento de capitais aplicados em empreendimentos comerciais e industriais que não estivessem subordinados ao pacto colonial; que não ficassem restritos ao mercado e as relações escravocratas, a possibilidade de se desenvolver um mercado de trabalho estava colocada. O que se pode verificar foi uma preliminar integração entre empresa capitalista e mercado de trabalho escravo. Tanto é que Libby em seu estudo sobre a Morro Velho afirma que suas pesquisas sobre a empresa lhe permitiam questionar uma “imaginada distância qualitativa entre o trabalho escravo e o trabalho livre”.<sup>7</sup> (Libby, 1984, p.144)

Outro aspecto diz respeito ao processo dirigido pela empresa que operou gradativamente a transformação do trabalhador escravo em trabalhador livre. Não se pode desconsiderar o fato real de inexistir um satisfatório mercado de trabalho livre em condições de atender e suprir as demandas, necessidades e interesses da empresa, do capital. Seria negar nossa realidade sócio-econômica e nossa posição no pacto colonial estabelecido por Portugal. Sem dúvida essa questão contribuiu para que a empresa agisse de forma preventiva para manter-se economicamente viável e produzindo. A aquisição de mão de obra escrava, para os dirigentes da Morro Velho, era como investir em bens de produção e imobilizar capital. Naquele momento de nossa história econômica já estávamos distante das necessidades e interesses da economia dos países desenvolvidos. A compra e venda de escravos, isto é o comércio de escravos, já havia cumprido o papel de alavancar parte da dinâmica mercantil da acumulação primitiva, não era mais um elemento imprescindível para que se fizesse operar mais um elo no processo de circulação do mercado internacional de mercadorias; tanto é assim, que os ingleses haviam deixado o mercado de tráfico de escravo. O estágio em que se encontrava o

---

<sup>7</sup> Para Libby, a Morro Velho era um empreendimento dotado de uma racionalidade e organização do trabalho, cuja hierarquia e escala de produção, tinha os traços das modernas empresas capitalistas daquele século, “empresa exemplar da nova organização do capital que foi desenvolvida no século XIX”.(Libby,

capitalismo inglês no momento de sua instalação em nosso país, era o ciclo de movimentação do capital que se fazia por meio do capital financeiro, através de empréstimos públicos e privados. Assim, quanto a mais-valia, os ingleses conseguiam realizá-la a partir e através da compra de máquinas, ferramentas, equipamentos, reagentes químicos, utensílios e manufaturados, etc..

Esse era um lado da questão; o outro estava ligado à própria natureza das atividades aqui instaladas e o destino da mercadoria produzida. Por ser o ouro, assim como o café, uma mercadoria predominantemente voltada para o mercado externo, internacional, isso permitia ao capital inglês uma mais rápida “amortização do investimento com a compra ou aluguel da escravaria”. (Eisemberg, 1989) Este também foi o caso das ferrovias, onde os empréstimos a ela vinculados serviam de preferência para pressionar e repelir ou subordinar o pouco que existia de economia natural e favorecer a expansão da economia mercantil. A expansão da cafeicultura e a exploração aurífera representavam um novo mercado propício aos interesses imperialistas ingleses. Os empréstimos e a expansão dessas e outras atividades econômicas se davam dentro dos moldes de atendimento exclusivo dos fins da política imperialista, da monopolização econômica e da submissão política do país. Assim, o próprio capital inglês, por meio de empréstimos e investimentos pesados, financiava a demanda comercial do Brasil. Podemos, através do anexo VII da página ‘g’ dos anexos, constatar que o volume de exportações no período posterior a 1820 cresce de forma vertiginosa e a rede ferroviária se expande de forma intensa, além do consumo de mercadorias inglesas. O que ocorria era que, na verdade, esse capital “recriava um mercado ampliado no Brasil para a indústria inglesa”. (Luxemburg, 1984, p. 67 e 69) Os ingleses construíam ferrovias, importavam máquinas e equipamentos, trilhos de aço, cabos, instalavam infra-estrutura para as empresas de mineração, etc.. Esses produtos eram predominantemente originados na própria Inglaterra. No caso dos empréstimos, estes constituíam um meio extraordinário para abrir novas áreas de produção e expansão mercantil, intensificando o intercâmbio que realizava progressivamente o capital adiantado para tais atividades e junto a respectiva mais-valia. Segundo Rosa (Luxemburg, 1984, p. 69), isto se dava

---

op. cit., p.74)

porque desde o início do século XIX a mais-valia realizada que não pode ser capitalizada na Inglaterra e ali se encontrava imobilizada passou a ser colocada na América Latina, na Austrália, África e etc.

A alienação/coisificação do trabalhador escravo na produção de mais-valia estava, portanto, na ordem do dia na empresa, imperava soberanamente. E no meu entendimento foi se transformando a tal ponto que já no terceiro quartel do século passado havia conseguido realizar entre os trabalhadores da mina, num curto prazo, a subsunção real do seu trabalho ao capital, isto em moldes estritamente capitalistas. Já no final dos anos de 1870, na produção se pode perceber que já haviam ocorrido mudanças no sistema produtivo e nos meios de produção e que alteraram a forma de obtenção de mais-valia na empresa. A empresa havia se transformado num lugar em que se pode afirmar que a produção sofrera fortes mudanças frente a adoção de novas maquinarias, processos de redução do minério de ouro, na organização e gerenciamento da empresa. Com novas máquinas e equipamentos, reagentes químicos e processos de redução para se extrair o ouro do minério, se pode perceber no trabalho do escravo e do negro livre que a nova lógica organizacional elevava o nível e a intensidade da produção numa mesma jornada de trabalho, e isso se refletia na forma de remuneração paga aos trabalhadores da empresa (fossem eles livres ou escravos), no recebimento por produtividade, nas horas extras pagas a todos os trabalhadores que se dispusessem a fazê-las. Em geral eram calculadas essas horas extras de forma diferenciada e de acordo com a característica pessoal de cada trabalhador (estavam divididos em escravos de primeira e de segunda categoria). Todas essas transformações nos meios técnicos de produção, na organização e administração da produção, na sua racionalidade, no aumento do ritmo e da intensividade do trabalho, ao meu ver caracterizam, na prática, uma real subsunção do trabalho do escravo e dos muitos homens livres à empresa. Isto é, ao capital. Como os trabalhadores escravos passaram a receber por seu trabalho contrapartidas remuneradas, que eram pagas sob a rubrica produtividade e sobre horas extras de trabalho, calculadas a partir da classificação da capacidade produtiva que cada trabalhador recebia da empresa, como será visto mais à frente, o escravo produzia uma taxa de mais valia substancialmente maior quando comparada com aquela obtida através dos trabalhadores livres, seria ousar demais falar em mais-valia relativa?

Os argumentos e informações até aqui levantados e discutidos possibilitaram análises e considerações que permitem ao leitor ter uma visão o mais clara possível do nível e da profundidade do processo objetivo de instalação, desenvolvimento e consolidação do capitalismo inglês em Nova Lima, mas também em parte daquele que ocorreu no país. Questões que atingiram de maneira profunda a realidade da Vila. Mas que frente a Empresa e a realidade da sociedade escravocrata que tínhamos, apenas parecem contraditórias. Entendo que o que encontramos nos documentos pesquisados era apenas expressão do descompasso entre aquilo que existia e se conhecia como uma concreta sociedade capitalista industrial, com seus valores, mercado e relações de trabalho, e a realidade da existência de um empreendimento da mesma natureza, instalado e em desenvolvimento numa sociedade escravocrata e mercantil-agro-exportadora na qual estas empresas capitalistas européias estavam se estabelecendo. Uma sociedade onde a mentalidade e os valores que autoridades como o Embaixador Sir Richard Burton defendiam enquanto relações sociais e de trabalho, se chocavam com o escravismo reinante em nosso país. E que as atividades econômicas existentes pareciam se reduzir quase que exclusivamente à lógica do cativo e seus interesses específicos. Nosso país no máximo possuía um incipiente sistema produtivo instalado e ele estava vinculado necessariamente ao mercado consumidor e financeiro que gravitava em torno das necessidades do escravismo. Talvez por isso em várias passagens da obra de Burton, seus escritos têm o tom de prenunciar um idealizado mercado de trabalho, o fluxo imigratório como saída para as empresas que necessitavam de novas forças de produção, novos braços, a integração fluvial do Rio das Velhas e do São Francisco ao comércio mundial, a criação de uma escola de mineração para preparar os trabalhadores especializados e superiores dos empreendimentos mineradores instalados no país, etc. Além disso, por conhecer a triste história dos agricultores ingleses e do europeu pobre e vadio, ele já sabia de antemão que o nosso homem livre pobre, o desclassificado, com o avanço do desenvolvimento capitalista e suas relações, valores e padrões, poderia ser realmente transformado em assalariado. Em se aprofundando o processo de instalação e consolidação capitalista, breve seria o tempo até que o “vadio” se veria obrigado a sujeitar seu trabalho à lógica, a racionalidade e aos interesses de outrem (não sem resistência), o capitalista.

Os escritos de Burton, me parece, além de apresentarem e anunciarem as mudanças já ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos, prenunciavam o destino daquelas economias que, sob o imperialismo britânico, transitavam ainda de forma difusa e caótica no cenário econômico mundial. Isto é, nossas mudanças estavam subordinadas às mudanças já ocorridas na economia política capitalista da Inglaterra. Os argumentos apresentados por Burton externam sua preocupação, que era a mesma dos capitalistas ingleses: a inexistência de um mercado de trabalho. Deixa transparecer como poderia ser difícil e complicado o processo de formação desse mercado e que implicavam na prática em fazer com que um contingente significativo de trabalhadores, deixando a condição de escravo ou livres pobres, em um prazo não muito longo, se comparado ao ocorrido na Europa, constituíssem um mercado de trabalho confiável e regular na vila e adjacências (pois para ele as condições de vida dos negros escravos podiam permitir-lhe afirmar que estes estavam muito próximos do operário assalariado inglês).

Em sua obra Burton tece ferozes críticas ao trabalho escravo faz elogios rasgados ao trabalho livre, mas sempre criticando o trabalhador livre brasileiro por sua irregularidade, sua lerdeza, sua indisciplina. Não esconde seu orgulho pelo mercado de trabalho que foi formado na Inglaterra sob a Burguesia e o desenvolvimento do capitalismo

Na crítica feita por Burton ao trabalho escravo, ele deliberadamente "omitiu" que, por quase dois séculos, a população rural da Inglaterra havia sido transformada em vagabundos e tal qual o negro no cativeiro da empresa no Brasil, como veremos mais à frente, imensos contingentes da população na Inglaterra, principalmente os considerados "vadios", foram chicoteados, condenados às casas de trabalho, asilos e hospitais, muitos foram draconianamente executados, marcados a ferro e torturados, até se submeterem à disciplina necessária para o sistema de trabalho assalariado.

No seu conjunto as argumentações, os relatos e descrições da cidade e áreas adjacentes, realizadas por Burton e em outros documentos consultados, permitem perceber como foram complexas e tensas as transformações por que passaram a economia local e a economia do país como um todo à medida que o capital foi se desenvolvendo na cidade, na província e no país. Os argumentos de Burton

representavam, do ponto de vista econômico e político-social, não só uma crítica, mas um questionamento forte às formas de relação, estruturação e organização do nosso sistema escravista-mercantil. Há que se destacar, crítica elaborada e desenvolvida a partir dos valores e princípios que regem a nova lógica interna do próprio capital na sua fase industrial e imperialista.

Expressão inequívoca de uma fase do complexo processo de estabelecimento, desenvolvimento, transição e fixação do capitalismo no Brasil, seus relatos e descrições, suas argumentações, desvelam o próprio conflito que, classicamente, se estabelece entre uma fase - capitalismo mercantil - que está sendo submetida e subordinada a outra - capitalismo industrial-financeiro. Do ponto de vista da análise macroeconômica, trata-se da fase na qual o "movimento de mercadorias subsume sob a predominância do movimento de capitais" e se inicia uma modernização do processo produtivo e das relações de trabalho.<sup>8</sup> Analisando os efeitos decorrentes do estabelecimento do capital industrial britânico em Nova Lima, Libby faz análise e uma conclusão semelhante a de Sérgio Silva e também conclui que embora não possa medir com precisão a influência da Mina no desenvolvimento industrial de Minas Gerais, ele rejeita a tese de que ela não contribuiu para tal desenvolvimento. (Libby, op. cit. ,p.79 e seguintes).

No que diz respeito diretamente à produção de ouro, a companhia implementou uma organização técnico-administrativa que foi imprescindível ao seu funcionamento, uma vez que se utilizava de uma grande massa de trabalhadores, isto é do uso extensivo da força de trabalho compulsório.

A empresa possuía sete departamentos, a saber:

- a) o departamento dos negros com um administrador inglês e alguns feitores brasileiros, era responsável pela alimentação, distribuição das vestimentas e principalmente pela disciplina dos quase 1700 negros escravos;
- b) o departamento médico com dois médicos ingleses, enfermeiras inglesas e várias assistentes escravas;

---

<sup>8</sup>Silva, Sérgio, 1986. O autor afirma que a própria presença das relações de produção pré-capitalistas "é o resultado de uma forma determinada de dominação do capital(...), e podem ser indispensáveis à reprodução deste". Para ele,"as relações pré-capitalistas não existem, então, senão enquanto relações

- c) o departamento de armazenagem sob a chefia de um inglês e vários escravos(as), possuía um setor de fiação de algodão onde as operárias "são moças negras e mulatas, muitas delas livres; trabalham por tarefa, e moram e trabalham à sua custa"; (Burton, op. cit., p. 210)
- d) o departamento de minas estava sob o comando de um inglês que recebia a designação de "primeiro capitão de minas", um grande número de europeus com autoridade sobre os escravos e homens livres, era responsável pela produção de minério e exploração de novos veios;
- e) o departamento de manutenção contava com uma destacada participação de europeus trabalhando como ferreiros, mestres de obras, carpinteiros, escravos e homens livres;
- f) o departamento de redução era dirigido por um europeu com formação em química ou geologia e contava com significativo número de escravos(as);
- g) o departamento de contabilidade, somente este é que funcionava junto à superintendência, elaborava os relatórios e os balancetes completos, as declarações de lucros e perdas, contas correntes e despesas, as relações de remessa de ouro. (Libby, op. cit., p. 75-78)

Com um número muito grande de trabalhadores escravos, com um custo operacional muito elevado, a empresa desenvolveu, como forma de garantir sua saúde financeira e lucratividade, uma racionalidade e divisão do trabalho que lhe permitia uma maior produtividade e que exigia um controle férreo e militar sobre os trabalhadores.

Foi em função do custo dos escravos e posteriormente dada a escassez de trabalhadores aptos e disciplinados que aceitassem tranqüilamente o trabalho, que a empresa implantou novas máquinas. Assim, instalou um martelo britador a vapor de Bagg (que falhou), posteriormente utilizou com sucesso uma máquina de esmagar pedras de Blake com dezesseis cabeças trituradoras (as cabeças de ferro destes trituradores passaram a serem fornecidas pela fundição Monlevad), a tração animal para o tráfego do minério foi substituída por trilhos e vagonetas tracionadas por cabos,

---

articuladas-subordinadas às relações dominantes." p.17 e 18.

adotaram dinamite em 1869, etc., além de um sofisticado e complexo sistema de aqueduto que estendia-se por mais de vinte e nove milhas, que era utilizado para mover as rodas hidráulicas.<sup>9</sup> Estas modificações possibilitaram à empresa operar com menos trabalhadores e utilizar os escravos, que eram deslocados pelas modificações técnicas, para outros postos de trabalho. Mas, é importante ter claro que a empresa destacou-se também pela racionalidade com que organizou a produção e os recursos humanos. E se constituiu no empreendimento que representava o que de mais avançado existia mundialmente em termos de gerenciamento, organização, equipamentos e tecnologia para a mineração do século passado. Esse foi um processo sempre muito bem cuidado pelos ingleses, investimento em máquinas, equipamentos e processos modernos de produção. No decênio 1889 a 1899, a empresa despendeu, para recuperação da Mina, entre taxas aduaneiras, fretes para o transporte dos equipamentos e materiais, aproximadamente 2.185.550\$100, uma cifra que representou 13% do capital constituído na aquisição e instalação da Mina Nova, da ordem de 17.143.000\$000. E mais, num momento considerado pelos empresários ingleses como delicado (foi quando determinaram uma redução dos salários que encontrou forte resistência por parte dos trabalhadores que chegaram a convocar uma greve), frente aos constrangimentos financeiros provocados pela elevação do cambio que provocara depreciação no preço do ouro, a Companhia Morro Velho, “na última assembléia geral dos acionistas, em Londres, resolveu aplicar mais Lbs 100.000 à compra de motores”.(*Minas Gerais*, Ouro em Minas, 12 de Julho de 1900, p.3)

Os administradores da Morro Velho sempre deram uma ênfase muito forte na divisão e organização do processo de produção, na forma como era exercido o controle rigoroso sobre a força de trabalho, a extração e o beneficiamento do minérios. Para termos uma idéia concreta desses elementos, vejamos o setor de redução, assim descrito por Burton:

---

<sup>9</sup> Burton afirma não ter encontrado, até que estabeleceram as empresas inglesas no Brasil, "nos mais eficientes serviços de mineração de Minas Geraes, vestígios de esmagadores, guindastes ou polias, ou de trilhos, o menor conhecimento dos mais rudimentares apetrechos" e de forma categórica acaba por afirmar que "os grandes melhoramentos contudo, só podem vir pelo exemplo de uma raça mais inventiva" e que todo o processo produtivo-mecânico da Morro Velho era "altamente civilizado" (Burton, op. cit. P. 106 e 107, 197 e 219).

“Cada local de britamento, em número de quatro, possui um feitor que fiscaliza os marreteiros que quebram os grandes pedaços. A seguir quatro mulheres, para cada marreteiro, quebram novamente o minério em pedras com cerca de dez centímetros quadrados. Cada mulher, utilizando-se de um martelo de 750 gramas de peso, quebra, se for de primeira categoria, uma tonelada e meia por dia. Cada produtora deve encher um ou dois funis de madeira, com 16 pés cúbicos e durante a semana vai-se acumulando material para o sétimo dia”  
(Burton, op. cit., p. 219)<sup>10</sup>

No anexo XI e XII, páginas ‘l’ e ‘m’ dos anexos, mostram a distribuição da força de trabalho no Departamento de Minas e também o predomínio do trabalho feminino no Departamento de Redução. As mulheres somavam, considerando escravas e livres, quase setenta por cento da força de trabalho deste departamento. Considerando-se apenas este departamento, em relação à força de trabalho global da Morro Velho, no ano de 1865, estas mulheres representavam 17,72%. O que indica que o trabalho feminino possuía uma importância econômica considerável para a empresa.

No anexo XI página ‘l’, pode-se destacar que havia uma forte concentração de trabalhadores nas atividades cuja função estava diretamente ligada à extração, seleção e transporte do minério. Estes setores em conjunto representavam, em média, no período 1850-1885, mais de 61,30% do comparecimento médio diário dos trabalhadores no departamento. Outra questão que pode ser destacada na análise do anexo XI página ‘l’ dos anexos, nesse mesmo período, é o crescimento em termos relativos do número de trabalhadores livres. Também é possível verificar que a participação percentual do trabalhador livre no departamento em relação ao de escravos quase duplica, enquanto que os escravos caem de 59,77% em 1855 para 23,69% em 1885. Tal fenômeno, como veremos mais à frente, Anexo X página ‘j’ dos anexos, representa uma tendência em relação a força de trabalho global da Morro Velho. Libby

---

<sup>10</sup> Segundo Burton, o trabalho das mulheres eram menores que aqueles recebidos pelos homens, p.229.

levanta a hipótese de que o aumento de trabalhadores livres se deu pela passagem de escravos para a condição de trabalhador livre.

Estes dados e informações permitem corrigir ou pelo menos colocar em questionamento a afirmação de que a Saint John d'El Rey só "empregava escravos em determinados trabalhos como por exemplo, na perfuração de galerias da mina". (Hardman e Leonardi, 1982, p. 109)<sup>11</sup> Como já foi visto o escravo encontrava-se presente em todos os setores, departamentos e fases da produção, trabalhando lado a lado com os livres, operando máquinas rebocadoras e de britagem (onde predominava a força de trabalho das mulheres escravas ou livres), trabalhavam no setor de redução e amalgamação do ouro, na marcenaria e nos serviços de manutenção mecânica. O que nos permite perceber que os escravos na Morro Velho possuíam uma grande capacidade de adaptabilidade e eficiência em trabalhos onde ocorreria uma mecanização da produção e melhoramentos tecnológicos. E mostrar sua aplicabilidade enquanto trabalhador escravo numa empresa que possuía uma racionalidade técnica e administrativa próprias ao sistema capitalista industrial do século XIX.

A Saint John d'El Rey Company, no século passado, sem muitas dúvidas, deve ter representado "a maior e mais complexa experiência industrial de divisão de trabalho do Brasil, um dos maiores, senão o maior empreendimento industrial do império". (Libby, op. cit., p. 49) Mas, com certo pesar vejo-me obrigado a secundarizar esta questão, instigante e candente, pois apesar dela estar permeando as discussões sobre o disciplinamento e educação dos trabalhadores, não irei aprofundar o debate teórico específico sobre uma suposta inadaptabilidade e incapacidade técnica dos trabalhadores escravos ao capitalismo industrial do século XIX no Brasil. Afinal, apesar de possuir pontos comuns que tangenciam questões que têm uma proximidade com a questão do disciplinamento e formação da mão de obra livre e do mercado de trabalho, a discussão sobre essa suposta inadaptabilidade e/ou distanciamento do trabalho escravo em relação ao trabalho livre no capitalismo, não constitui o objetivo central do presente trabalho.

---

<sup>11</sup> Diferentemente destes autores, Libby mostra, com base nos documentos da empresa, que a função de broqueiro era desempenhada predominantemente por trabalhadores livres até por volta de 1857. Libby, op. cit. p. 113 e 114.

Como pode ser verificado, analisando-se os quadros acima citados, a empresa possuía uma complexa e minuciosa divisão de trabalho com diferentes graus de especialização. Na mina existiam homens altamente especializados como os foguistas que preparavam e executavam as explosões dos veios, os maquinistas, pedreiros, ferreiros e escoradores que faziam os serviços de marcenaria. Nesta divisão de tarefas estabeleceu-se uma hierarquização de funções e de mando em cada uma das fases do processo produtivo. Destaque-se que os operários ingleses trabalhavam dois terços do tempo normal de suas tarefas na Europa. Com exceção de alguns operários especializados como mecânicos, poucos executavam tarefas manuais; a grande maioria exercia, predominantemente o mando e a função de supervisionar, fiscalizar e controlar a produção dos negros e livres.

A racionalidade técnico-administrativa, além de ser um dos pilares de sustentação da produtividade e dos lucros da empresa, por um lado foi decisiva para a assimilação e introjeção entre os trabalhadores da disciplina e da mentalidade desejadas pelo capital; por outro, foi a expressão maior da fábrica como agente civilizador que funcionava como um poder exterior aos homens, que os subjugava, transformava seus desejos e paixões, forjava um novo homem, uma nova sociedade, fazendo da força bruta da natureza, dos escravos e dos homens livres uma nova fonte de riqueza. Riquezas que trariam com seu trabalho aquelas que estavam no subsolo e que eram encaradas como inatingíveis pelo homem comum, por isso, estavam "só ao alcance dos capitalistas". (Burton, op. cit., p. 92)

Os relatos e descrições mostraram que os ingleses se consideravam possuidores de uma cultura superior, expressão direta de uma civilização superior que tinha por missão dominar a ferocidade da natureza, melhorar os costumes, modificar a moral e os valores de um povo menos evoluído. Assim, os ingleses por considerarem nossa civilização menos evoluída e composta por uma grande massa de "lerdos e pálidos esbranquiçados", entendiam ser necessário intervir, nos educando e nos fazendo evoluir. Neste sentido, também já vimos que eles entendiam seus empreendimentos comerciais e industriais representações concretas e/ou construção-materialização de sua civilização. Que seriam eles que através das empresas deveriam educar e aperfeiçoar uma nação cujo povo por si só seria incapaz de traçar seu próprio destino e caminho.

De fato, nessa missão pedagógica, a empresa ao juntar num mesmo local de trabalho e de moradia, massas heterogêneas, portadoras de padrões e expectativas sócio-culturais muito diversos, constituía um "espaço educativo por excelência" que, impondo na prática um processo de homogeneização, desenvolveu um longo e lento processo de reforma comportamental e moral. Educativo em suma.

A empresa, como já foi visto anteriormente, procurou modelar todos os espaços de vivência do trabalhador, e acabou por criar, de fato, novas expectativas e relações entre os trabalhadores. Principalmente entre os residentes nas áreas de domínio da companhia. A empresa mostrava, na prática, a "vocação do capital a educar para o rigor em todo processo de trabalho". (Manacorda, 1989, p. 261) Estas novas relações foram sedimentadas, com fortes reflexos sobre a vida cotidiana da cidade, a partir do local de trabalho, à medida que num mesmo espaço de produção trabalhavam escravos(as), ex-escravos(as), crianças, homens livres, imigrantes (ingleses, espanhóis, alemães, chineses).

Nesse processo, a empresa, isto é o capital, aparece como o centro irradiador de onde tudo emana e para onde tudo converge.

Em nível das relações sociais, tanto do ponto de vista do princípio ético do trabalho desejado e requerido pela empresa, quanto da implementação da racionalidade técnico-administrativa, pode-se perceber uma realidade na qual foi possível identificar e destacar entre os trabalhadores, a partir dos documentos e obras que descrevem o espaço e as condições de trabalho na empresa e da vida cotidiana da vila, um longo processo de transição e uma lenta transformação de seus hábitos e costumes.

Em Nossa Senhora do Pillar de Congonhas do Sabará e em específico na Morro Velho, tínhamos uma realidade que era complexa por natureza. Tratava-se de um local no qual conviviam diferentes expectativas e tipos diversos de práxis social, distintas posturas, posições e atitudes frente aquela realidade em que estavam inseridos. Por exemplo, a descrição do cotidiano do comportamento dos escravos aos domingos deixa entrever que o "princípio ético do trabalho" desejado pelos capitalistas, já havia sido incorporado às atitudes e ações do dia-a-dia de parcela dos negros escravos e libertos. Assim, Bouton descreve esse cotidiano:

“aos sábados à tarde e domingos, os negros considerados diligentes, para bom grado de seu senhorio inglês, "iriam cuidar das casas e das hortas, dos porcos e das galinhas; iriam lavar roupa e costurar, ou carregar água, lenha ou capim para vender. Os preguiçosos e dissolutos iriam gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e, se puderem, bebendo e fumando haxixe".<sup>12</sup>  
(Burton, op. cit., p. 208)

Quanto ao assalariamento tratado anteriormente, principalmente no que se refere aos grupamentos negros, encontramos menções variadas àqueles alforriados pela empresa ou que haviam comprado sua liberdade. Pelos documentos consultados depreende-se que foi, principalmente entre esses trabalhadores escravos, que se pode constatar a incorporação dos princípios e dos valores e condutas desejadas pelo capital britânico; expressão real da política desenvolvida pela empresa. A exemplo, já citado, das escravas que, já libertas, continuaram trabalhando no armazém da companhia, no departamento de fiação de algodão, como operárias assalariadas.<sup>13</sup> O mesmo ocorreu com muitos outros escravos.

Como já discutido anteriormente tratava-se, ao meu ver, não da questão apenas da liberdade individual de um ou uma escrava, mas do processo social de transformação do negro da condição de "parte direta dos meios de produção", diretamente à condição de assalariado, trabalhador livre. E esta parece, foi uma realidade cada vez mais freqüente e intensa na composição da força de trabalho empregada pela empresa à medida que foi se aproximando o final do século XIX.<sup>14</sup> Tais fatos constituem um ponto importante para compreender a “dimensão pedagógica” subjacente às iniciativas determinadas pela empresa para “educar” negros escravos e trabalhadores livres.

---

<sup>12</sup> Numa versão anterior da obra de Burton, há uma forma mais refinada de apresentar essa passagem: “Os industriais cuidarão de sua casa e jardim, dos porcos e das galinhas, lavarão e cozerão ou buscarão água, madeira ou capim para vender. Os vadios e dissolutos guardarão o dia santo à moda africana: deitando ao sol, fumando, e se for possível, bebendo e fumando cânhamo, como os selvagens meio-corrígidos da Sa. Leone”.(BURTON, 1941, p.379)

<sup>13</sup> "As operárias são moças negras e mulatas, muitas delas livres; trabalham por tarefa, e moram e comem à sua custa". Burton, op. cit., p.210.

<sup>14</sup> Como pode ser melhor identificado no anexo X página j dos anexos

Outro aspecto que deve ser destacado é o de que o processo de transformação dos escravos em trabalhadores livres assalariados nos permite ver com certa precaução as teses que consideram o escravo como apenas meio de produção, uma discutível leitura feita das considerações feitas por Marx a cerca do trabalho escravo sob a determinação do capitalismo.<sup>15</sup> Pois, não se tem como negar que foi o negro escravo o principal sujeito da produção que vivificava o trabalho morto presente nas máquinas e ferramentas, produzia e reproduzia o capital, lhe dava vida. Além disso o escravismo moderno nasceu e permaneceu economicamente ativo como parte das relações estabelecidas e determinadas pelo capitalismo em escala mundial. Assim, se pode destacar:

a) Nossa economia, com suas peculiaridades e especificidades, sempre fez parte de um todo articulado e estruturado. Esteve integrada ao processo global de ampliação e desenvolvimento do capitalismo e sujeita aos seus interesses.

b) O escravismo moderno em colônias como o Brasil foi a forma predominante de produção de mercadorias voltadas para o mercado mundial. E enquanto modo de produção o escravismo moderno e suas relações estiveram articuladas e subordinadas às condições de reprodução, a nível internacional, do capital.

c) No que diz respeito ao negro escravo, enquanto força de trabalho, este já se encontrava completamente desembaraçado de toda e qualquer forma de propriedade ou meios próprios de produção e trabalho. O negro não podia, si quer, dispor de sua pessoa, para vender livremente sua força de trabalho. A partir do momento em que deixou de estar vinculado, enquanto propriedade, a outrem e tornou-se um homem livre, apesar de ter comprado a si próprio com o pecúlio que guardou dos "salários" e "horas extras", ressarcindo a empresa pela "perda" de parte de seus bens. Esta, sim, conseguira realmente libertar-se do escravo, não precisava mais sustentá-lo, comprá-lo por inteiro, imobilizando capital e transformando-o em um patrimônio produtivo da empresa.

A transformação dos escravos em trabalhadores livres, na verdade, representava reconversão de capital, além de reduzir os custos operacionais e de manutenção da empresa com a força de trabalho, aumentava, e muito, a rentabilidade da

---

<sup>15</sup> O CAPITAL, Livro 1, volume II, SP:Editora Bertran, p. 830.

empresa e o capital de giro que dispunha, provocava como já visto, impactos significativos sobre a economia local e sua estrutura com o aumento do capital circulante aplicado no pagamento de salários, horas extras de homens livres e escravos. Onde:

“O pagamento por "obrigação", eram assim distribuído: - 12 cobres (0\$480) por carregador de pedra; - 6 a 8 cobres (0\$240 a 0\$320) nos pilões; - 16 a 20 cobres (0\$640 a 0\$800) trabalho extraordinário. "A média de prêmios e trabalhos extraordinários pagos aos negros vai 1:600\$00 por quinzena, ou cerca de 3840 libras por ano".  
(Burton, op. cit., p. 207 e 208.)

Dentro do próprio grupo de escravos, pode-se perceber que todos estes elementos em conjunto acabaram influenciando nas relações existentes. Inclusive, se estabeleceu uma aristocratização e uma certa hierarquização e diferenciação entre eles. Mudanças significativas, na conduta e formas de ação, foram percebidas nas informações e descrições presentes nos documentos consultados. Elas me permitem argumentar sobre duas dimensões da vivência cotidiana dos trabalhadores, que se interpenetravam formando um todo articulado, integrado. Duas faces de uma mesma moeda. Uma que se impunha de forma quase inexorável, como algo fechado em si mesmo, que era a realidade do mundo do trabalho. Onde a disciplina e o controle existentes no espaço fabril foram a expressão mais real da própria lógica disciplinar militar de comandar trabalhadores como quem comandava um "regimento militar", controlando e recebendo informações diárias dos feitores, fazendo e desfazendo dos subalternos a bem dos interesses dos acionistas. A outra que estendia-se por quase todos os espaços sociais exteriores à empresa, constituía a interface do próprio capital enquanto poder social. Poder que, ao estender-se para além do espaço fabril, para outros espaços de vivência social tais como os bairros e as próprias moradias dos trabalhadores, o lazer, a educação, a religião, etc., acabava influenciando, intervindo na vivência e na cotidianidade dos trabalhadores e suas famílias, nas suas crenças e nos seus valores, na sua subjetividade e decisivamente sobre a mentalidade e identidade dos trabalhadores escravos e homens livres.

Tais considerações me levaram a admitir que havia, subjacente a estas duas dimensões, toda uma dimensão pedagógica e uma práxis educativa não formal, permeando a vida e a práxis social, as atividades produtivas, procurando criar e alterar hábitos e costumes. Esta dimensão expressava e sintetizava concretamente, nas diferentes formas e instrumentos criados e desenvolvidos pelos diferentes sujeitos sociais, as lutas e os conflitos existentes entre eles. Tratavam-se de conflitos e interesses por vezes apenas contraditórios, por vezes necessariamente antagônicos. A observação atenta dos conflitos velados, das transformações ocorridas nas relações de trabalho, mostram a existência de uma luta sem tréguas por parte do capital, cujo objetivo básico era o de modificar expectativas e padrões de comportamento e como este objetivo estava presente nas lutas e conflitos que estavam diretamente ligadas ao mundo da produção e ao espaço fabril.

Era dentro desta configuração social que os ingleses se queixavam dos homens livres pobres, enquanto força de trabalho, alegavam que ela não era mais firme e confiável como quando havia o predomínio quase absoluto dos escravos. Assim aparecem queixas sobre os seus trabalhadores livres, no caso os broqueiros que para os ingleses, por serem nativos, eram irregulares na frequência e variavam de um dia para outro de 4 a 200. Por motivos como estes, os capitalistas se sentiam fragilizados e buscavam encontrar alternativas que resolvessem seu problema que era fornecer força de trabalho, confiável, abundante e disciplinada. Por isso estavam cada vez mais preocupados em exercer um controle e uma disciplina que fossem se ampliando para além do espaço da empresa e, tal qual aquela exercida no local de trabalho, no espaço fabril, tinha como objetivo um modelo de morador/operário que deveria ser obediente, pontual, laborioso, regular e, principalmente, disciplinado. As obras e documentos consultados mostram que este foi o modelo de trabalhador acalentado e muitíssimo desejado pelos capitalistas ingleses.

Os documentos mostram como que na prática, além do trabalhador da Morro Velho ser sempre controlado, medido, acompanhado, supervisionado, ele indiretamente estava sujeito a um minucioso acompanhamento de sua vivência e sua cotidianidade, tanta precisão e cuidado, como veremos, não eram sem propósitos. Afinal, o capital inglês, estava dando, no nosso país, os primeiros movimentos no

desenvolvimento de um lento e longo processo de transformação da subjetividade e, decisivamente, da mentalidade - identidade dos trabalhadores escravos e homens livres. O que me permite considerar que a aculturação pretendida pelos ingleses dos negros escravos e dos livres, nos seus hábitos e costumes pretendia se constituir na manifestação real da instrução moral.

Conforme Mario A. Manacorda: “se no setecentos podemos dizer que a pedagogia se tornou política, por que não dizer que no oitocentos se tornou social”.

No caso em questão, no educar pelo trabalho, na instrução moral e na mudança comportamental dos escravos e livres podemos perceber o sentido concreto desse tornar-se social em nosso país ao qual Manacorda se refere na Europa. Podemos perceber claramente esse fato novo nos documentos consultados, nos clamores da empresa pela existência de uma força de trabalho como aquela que foi moldada ao longo de quase três séculos na Europa. Havia, por parte da empresa e seus dirigentes a forte convicção de que estavam colocadas, frente a ausência do proletariado brasileiro e das relações que foram processadas pela burguesia européia durante os dois séculos anteriores na Europa e que cristalizaram pontos fundamentais do ideário capitalista, as necessidades de uma renovação cultural e que esta seria feita com a assunção da educação pelo trabalho. Assim, do trabalho subtrai-se uma dimensão pedagógica que realiza a renovação cultural, a renovação moral dos homens, individual e coletivamente. A empresa deveria cumprir seu papel como elemento civilizador, na medida em que pelo trabalho (uma instrução industrial?), pelo treinamento, provia a reforma moral e a renovação cultural. Procurava criar um novo padrão moral pautado pela ética do trabalho. Uma ética que considerava o trabalho elemento de libertação do ser humano, o fim da expiação, da servidão e da apatia frente as forças da natureza, passo decisivo para o progresso individual e social.

É importante frisar que as conseqüências e implicações concretas derivadas do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, só eram admiradas por seus reflexos econômicos diretos e imediatos e futuros para as classes dominantes. Elas não conseguiram perceber de maneira clara toda a dimensão desse processo para seu próprio futuro. Não perceberam a profundidade das mudanças em curso e as relações que estavam sendo operadas, nas relações de trabalho, nas relações sociais, econômicas

e políticas, nas relações de propriedade até então vigentes, pois para parcela considerável de nossas classes dominantes, por um período ainda grande do século dezenove, as relações de propriedade, parece, permaneceram sendo compreendidas como aquela primeira tosca e latente nas formas de escravidão na família, que para Marx “corresponde perfeitamente à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros”. E foi a essa lógica que os empresários capitalistas ingleses se “subordinaram” e a ela estiveram vinculados por décadas a fio, foi dela que conseguiram obter mais-valia de seus trabalhadores escravos e livres. Foi com ela que a empresa transformou-se no empreendimento capitalista mais lucrativo dos ingleses em nosso país. Que em nada é contrária aos fins do capital, afinal, ainda, a propriedade privada e divisão do trabalho são expressões idênticas pois, a divisão do trabalho “enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na propriedade privada em relação ao produto da atividade”. (Marx, 1989, p.46) Podemos considerar que nas condições de alienação e expropriação em que se encontrava o negro escravo e o livre, foram transformados num trabalhador que estava expropriado de si mesmo e de toda condição objetiva de produção. Afinal não se tratava de pequenos artesãos e proprietários rurais, mestres de ofício, mas sim de escravos - meios de produção da empresa e homens livres que viviam de forma marginal ao escravismo e ao capitalismo, eram tidos e havidos como vagabundos e pouco diligentes. Para esses homens, sob o capitalismo, toda forma de saber que possuíam, quando se viam incorporados ao processo de trabalho, não lhes servia de muita coisa e se viam obrigados a aceitar um novo tipo de saber a ser aprendido e incorporado à sua rotina no local de trabalho. Ali não possuíam nada de seu, nem instrumentos, nem o poder de desenvolver sozinhos o processo de trabalho.

Assim, o entendimento de questões concernentes ao processo de educação e disciplinamento dos trabalhadores da Morro Velho, são de fundamental importância para o entendimento de uma parte da nossa educação e sua história no século passado. Apesar da ausência de instituições escolares em número e condições de oferecer a educação básica necessária ao povo. Muito menos instituições voltadas exclusivamente para preparar trabalhadores, ensinando ofícios e dando treinamento e habilidades básicas para o trabalho na indústria.

A educação que de fato ocorria na empresa e pelo trabalho se caracteriza por um conjunto de procedimentos punitivos e de recompensas, uma práxis que em muito se assemelha àquela desenvolvida na Europa do século XVIII e XIX.

No início, logo que se instalaram, os ingleses, permitiam que os escravos recebessem alguns tratamentos negativos como por exemplo; palmatórias, chicoteamento, açoites etc. Posteriormente e gradativamente a empresa foi alternando e alterando tais punições e, por determinação da superintendência, passou a controlar e regulamentar a utilização destas, passando a adotar incentivos positivos como: dia livre para descansar (mas gozar essa regalia era de exclusividade inglesa; lavar hortas e comerciar os produtos na vila eram para os negros diligentes), salários diferenciados para homens de primeira categoria, pagamento por horas extras e por produção, alforria por tempo de serviço e por pagamento de pecúlio, etc.<sup>16</sup> Segundo Burton, houve um momento em que o Tacão foi abolido e o chibateamento só ocorria com autorização do superintendente da empresa. A questão básica de mudança das estratégias e formas de coerção e controle sobre os trabalhadores escravos e livres pobres, substituindo o castigo e a violência física por formas de recompensas, por parte da empresa, possuía ainda uma dimensão política que nos remetem diretamente ao centro das questões próprias do exercício do poder. A Dimensões das relações de poder existentes na história de nosso povo, de nosso país e que quase não são abordadas nos estudos e pesquisas relativas aos escravos e homens livres do século passado. Ao meu entender as questões relativas à educação e à disciplina desenvolvidas pela Morro Velho fornecem indícios e dados que permitem seguir, no que diz respeito à disciplina e ao controle, elementos que se aproximam muito das análises efetuadas por Foucault sobre a construção e desenvolvimento das formas reais de poder e disciplinamento, desenvolvidas pelo capitalismo, desde o século XVII (Foucault, 1987) na Europa.<sup>17</sup> Estes indícios me possibilitam dizer que, no nosso país, ocorreu sob formas diferentes processos

---

<sup>16</sup> Vale lembrar que tratamentos cujos princípios podem ser classificados como negativos e positivos como formas disciplinares modeladoras de conduta e educação também eram utilizadas pelos fazendeiros paulistas no século passado e estão apontadas por Peter Eisenberg em sua obra Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - sec.XVIII e XIX, Campinas:SP: Editora Unicamp, 1989.

<sup>17</sup>Aqui tomo os devidos cuidados para não incorrer nos mesmos erros de muitos "filósofos" ou "meio filósofos", que poderiam ser franceses e alemães, e ao se aponderarem avidamente de dada literatura estrangeira esquecem que com elas não estão aqui presentes as mesmas relações de vida.(Marx, K.;

semelhantes àqueles. Isso num outro momento histórico e sob condições que até mesmo para Foucault poderiam ser tidas como custosas, mas que fazem parte do conjunto de transformações necessárias ao capitalismo e seu desenvolvimento.

O objetivo da empresa era, através da “recompensa”, fazer com que a punição se torna-se velada, introduzindo na realidade dos negros e livres pobres a idéia de que descumprir certas normas e princípios, ter certas condutas, significava não poder desfrutar ou estar impedido do acesso às recompensas estabelecidas pelos ingleses. Dessa forma eles conseguiam penetrar de forma cotidiana e abstrata na consciência desses trabalhadores e suas famílias. Assim, podemos perceber na ação concreta definida pela empresa que “o castigo passou de ser chibatado, fisicamente violentado, a uma economia dos direitos suspensos”.(Foucault, 1987, p.16)

No que diz respeito ao mundo da empresa, com o controle rígido e hierarquizado da produção e o poder quase absoluto exercido no disciplinamento e educação da força de trabalho, os ingleses conseguiram implantar nas minas aquilo que foi considerado por eles próprios, uma ordem perfeita. Isto significava fazer com que o negros se tornassem seus próprios feitores. Isto é:

“tirar a vida evitando de deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor”.

(Foucault, 1987 p.17)

Portanto, a prática da punição física, que não fora abolida por completo, ela continuo a ser utilizada para os mais renitentes que precisavam ser amansados, foi deixando o campo da percepção material diária sobre o corpo (a única que ficou foi a do sofrimento do corpo pelo esforço do trabalho que “dignificava” o trabalhador, pois este ganhava o seu sustento com o suor de seu trabalho), entrando no campo da consciência abstrata. A punição passava a atingir a vontade, o intelecto, a alma do trabalhador. Estava se vendo frente a uma nova vivência, expressão de uma nova consciência própria de uma nova alma, mais civilizada e evoluída. Ocorria com o negro escravo uma burocratização da punição, uma hierarquização do exercício do poder, uma

---

Engels, F., 1986, p. 96 e 111)

verticalização do exercício do poder. A pena que era infringida ou praticada pelo capataz, capitão ou feitor passava a ser um mecanismo administrativo, dentre outros. Parte da lógica de gerenciar e determinar na percepção diária dos trabalhadores negros escravos a certeza de que poderiam ser punidos. Assim, a punição no essencial, mostra e confirma a perspectiva da reforma moral que procurava corrigir, reeducar e disciplinar, libertando-os dos maus costumes.

Como já abordado, para o negro escravo que, na condição de objeto, bem de produção, tinha sua humanidade negada, a liberdade proposta pelos senhores ingleses passava a ser considerada como um bem. Muitos negros trabalharam para conquistá-la. Portanto, esse trabalhador escravo, na medida em que assim agia, trabalhava para ressarcir a empresa pela liberdade que ele passaria a possuir, na verdade ele a estava indenizando por “perder” um bem de produção. O próprio trabalhador negro escravo. A empresa estava construindo as condições objetivas para não mais precisar dispor do corpo desse trabalhador como sua propriedade e responsabilidade, apenas de sua força de trabalho. O que implicava ter mecanismos e formas de controle sobre o todo. Ter à sua disposição tal força de trabalho implicava ter controle sobre sua conduta, seus desejos e expectativas. Ou, pelo menos, alguns elementos que demonstrassem existir convergência de princípios de conduta e de ação moral com os objetivos estabelecidos pela empresa. Mais que no espaço restrito da empresa e no local de trabalho, esses valores tornados abstratos, vivenciados de forma concreta dia-a-dia, estavam se reinscrevendo no cotidiano do trabalhador escravo também nos sistemas e espaços de vivência para além da fábrica, no bairro, no lazer, no conhecimento e percepção da realidade e na consciência que dela formavam. Assim como na Europa, os ingleses queriam expulsar do homem escravo e/ou livre pobre, seus defeitos e lhe dar a fisionomia do soldado, do operário industrial.

Ao longo do processo histórico de desenvolvimento da Morro Velho, foi possível perceber que os regulamentos e normas da empresa compunham, no seu conjunto, constituíram não só medidas de natureza burocrático-administrativas ou organizacionais, mas antes, o suporte político para a reforma moral e comportamental dos trabalhadores, torná-los preparados e adaptados às relações e ao mercado de trabalho capitalista.

O modelo de organização administrativa e produtiva, sua estrutura hierárquica, as formas e mecanismos de controle, acesso e mobilidade dentro da empresa, em muito se assemelhavam àquelas praticadas e desenvolvidas pelos educadores das escolas de ensino mútuo (monitoral) desenvolvidas por Joseph Lancaster (1778-1838) e Andrew Bell (1753-1832).<sup>18</sup>

As semelhanças existentes são tantas e tão variadas que permitem, inclusive, fazer aproximações identificando pontos de contato entre o caráter pedagógico desenvolvido no dia-a-dia do trabalhador da mina e aqueles da educação escolar formal do Ensino Mútuo relatadas e descritas por Manacorda e Foucault. Estes pontos permitiram vislumbrar na estrutura administrativa, na hierarquia, nas relações de trabalho, nos mecanismos e nas formas de mobilidade hierárquica da mina, a existência de certo isomorfismo com as propostas educacionais defendidas pelos adeptos do Ensino Mútuo. Mas, para identificar objetivamente, entre estes dois "espaços", semelhanças com relação aos objetivos da ação educativa, isso implica buscar o próprio educativo presente no dia-a-dia de trabalho, no próprio trabalho. E mais ainda, retomando historicamente a educação no século XVIII e início do XIX, podemos fazer percurso inverso, identificar muitas semelhanças entre as proposições de natureza educacional desenvolvidas pelos defensores do Ensino Mútuo com muitas das práticas e formas de trabalho e controle desenvolvidos sistematicamente pelas empresas britânicas, no caso em questão a Morro Velho. Estarei, inclusive, a partir deste momento, trabalhando com a hipótese de que foi é a partir dos empreendimentos industriais capitalistas e das relações de trabalho neles estabelecidas, que se podem encontrar os elementos orgânicos básicos e determinantes do caráter e da especificidade daquela, do Ensino Mútuo, enquanto proposta pedagógica escolar formal. Os documentos mostram que a Morro Velho, pelo "trabalho" que desenvolveu, possuía um número significativo de elementos que permitem traçar um quadro referencial que reforça minha hipótese. Estes elementos

---

<sup>18</sup> O pastor anglicano A. Bell, dirigiu uma escola para os filhos dos soldados ingleses em Madras e que foi criada pela Companhia das Índias Orientais. Já o quaker J. Lancaster abriu em Londres, em 1798, uma escola para crianças pobres. As escolas, posteriormente deram, respectivamente, origem à Sociedade Nacional para a Promoção da Educação dos Pobres e Real Instituição Lancasteriana. A proposta espalhou-se pelo mundo dominado pela língua inglesa, indo de Nova Iorque, Filadelfia, Boston, Serra Leoa, África do Sul, Índia, Austrália. Segundo Manacorda, o ensino mútuo ou monitoral era um sistema cuja disciplina era de inspiração meio militar e meio industrial. (MANACORDA, Mário A., 1989, p.256 a 261.)

não estavam apenas nos espaços de organização e concentração dos trabalhadores, nas medidas de ordem prática necessárias à constituição das relações de trabalho tal qual foram e estavam estabelecidas, organizadas e desenvolvidas quotidianamente no dia-a-dia dos trabalhadores na empresa e na sua vida social. Mas estes elementos, aqui tratados como indícios, também e principalmente, me permitiram abordar uma dimensão pedagógica que diz respeito aos objetivos, as metodologias, a disciplina - dado o caráter militar fundamental à manutenção da ordem, a avaliação do desempenho individual, aos meios e formas de progressão na estrutura hierárquica da empresa e fundamentalmente a instrução e a reforma dos costumes e da moral.

Creio que, primeiramente, será esclarecedor uma abordagem que mostre, de forma resumida em seus pontos principais, como era organizado e funcionava o Ensino Mútuo. Isto ajudará na melhor visualização e entendimento de como, na prática, ele possui pontos fundamentais que nos remetem para dentro do mundo da produção fabril e vice-versa. Em segundo lugar, a partir de dentro da empresa e a partir das relações de trabalho, pontuar os elementos de aproximação que demonstram como o trabalho e o capital tiveram, e têm, "vocação" educativa. Constituem a base material e de relações das propostas de Ensino Mútuo. Afinal, identificar, historicamente, na multifacetada realidade do mundo do trabalho, os elementos que estavam postos como práxis educativa a partir dele, significa escrever e inscrever na história da educação, principalmente no Brasil, as necessárias relações existentes entre eles. Mesmo porque, a escola por si só, em seu desenvolvimento histórico, não pode e não cumpriu a função de reproduzir as relações sociais necessárias ao próprio do processo de produção capitalista.

Segundo Mancorda, o Ensino Mútuo, que tinha por princípio ativo a competição, pode ser entendido como uma tendência inglesa baseada na iniciativa privada. O ensino se dava num único local bem grande, constituído de três naves, contendo várias classes dispostas em inferiores e superiores. Nas classes os alunos estavam dispostos um ao lado do outro de acordo com o mérito e o aproveitamento, estes eram confiados aos monitores. O mestre ficava na extremidade da sala sentado sobre uma cadeira alta, possuindo uma visão panóptica da sala. Ao meu ver também e necessariamente da escola, uma vez que era ele quem supervisionava toda a escola, controlava os monitores e a aplicação de suas tarefas, vigiava as divisões quanto à

instrução, examinava cada classe. O tempo das lições eram rigidamente divididos e controlados nas classes, além de serem diferenciados entre as superiores e as inferiores. Tudo se desenvolvia sob rigorosa disciplina e controle, obedecendo a um planejamento com regras e material próprio e adequado (didático) para as atividades dos alunos previamente determinados; sendo estes materiais também diferenciados por classes e níveis. Todas as orientações para o comportamento das crianças eram mecânicos. Os alunos desenvolviam as tarefas determinadas no tempo estabelecido e segundo ordens e determinações do monitor. As atividades eram repetitivas e mecânicas. Cada exercício e comportamento do aluno eram controlados e de acordo com as regras estabelecidas; as tarefas e exercícios, que eram breves e fáceis, eram iniciadas mediante ordens dadas verbalmente ou por silvos e sinetas, rigorosamente previstos, assim como cada gesto correspondente do aluno. Por sua vez os monitores ditavam o conteúdo, aplicavam as lições, controlavam o tempo e a execução das tarefas, o cumprimento do planejamento e das regras, a organização física dos alunos, sua mobilidade e localização nas salas e nos diferentes níveis. No que diz respeito à avaliação, esta estava intimamente ligada à forma de organização e aos objetivos definidos previamente. Ela era executada de forma contínua e importava a contínua mudança de lugar nos bancos da sua divisão ou a passagem de uma para outra. Assim era que:

"se um aluno comete um erro, cede o lugar ao que está depois dele, que o corrige, e dessa forma o mais hábil chega a colocar-se no primeiro lugar, (...). Desse modo, quem avança passa sempre para a frente da divisão e quem regride passa para trás."

(Hamel, 1989, p. 260)<sup>19</sup>

Para efeitos comparativos, tomemos o grande espaço da indústria como se ele fosse o espaço da escola de ensino mútuo, tomemos os trabalhadores no lugar dos alunos, as naves e classes por departamentos e seções e a divisão hierárquica de alunos, monitores, monitores gerais e mestre por trabalhadores, feitores, capitães de mina, supervisores, diretores e superintendente respectivamente e veremos semelhanças

estruturais gritantes. Se por outro lado aprofundamos tal comparação direcionando-a para o papel desempenhado por cada um destes sujeitos dentro da empresa e como se davam as relações de poder entre si, tais semelhanças não são gritantes, são aberrantes. E se formos ainda mais profundamente nestas comparações e pinçamos os objetivos desejados pela empresa - o da reforma moral e do disciplinamento, a metodologia, as formas de avaliação do comportamento, da produtividade e da qualidade do trabalho dos negros e livres, veremos que as semelhanças são praticamente irrefutáveis. A Racionalidade e a lógica que as sustentam são idênticas. Para exemplificar, sabemos que o Superintendente e os membros da diretoria possuíam uma visão panóptica da empresa, controlavam, organizavam, definiam desde o volume e o ritmo da produção, à jornada e divisão do trabalho, até o mérito da progressão na hierarquia administrativa e funcional da empresa. Os feitores e capitães controlavam, mediam e supervisionavam os trabalhadores. Por sua vez os trabalhadores estavam expostos a um trabalho mecânico rigorosamente disciplinado, sua produção era controlada minuciosamente, seus gestos e comportamento eram decompostos e organizados minuciosamente e seguiam o princípio de que deveriam ser o mais breve e fácil possível, assim, a produção deveria ser cumprida de acordo com o previsto. Como no ensino mútuo, o material de trabalho (ferramentas e equipamentos) deveria ser adequado em cada setor da produção às exigências destas, assim como também os trabalhadores. Se no ensino mútuo temos que "o mais hábil chega a colocar-se nos primeiros lugares", na Morro Velho, "o mais hábil chega a ocupar postos de confiança" e com melhor remuneração. Portanto, creio poder reconstituir parte de passagens citadas anteriormente da seguinte forma: a progressão é definida por um controle rígido do aproveitamento ou produtividade do aluno-trabalhador. Sua avaliação é acompanhada pelo monitor-feitor, pelo monitor geral ou capitão, pelo mestre ou gerentes diretores e superintendência. Cada exercício e movimento dos alunos-trabalhadores deve ser feito de acordo com regras determinadas, no espaço próprio do departamento e de acordo com sua capacidade, bem como as ferramentas, os instrumentos e os produtos de seu trabalho.

---

<sup>19</sup> HAMEL, José, Ensino Mútuo, apud Manacorda, op. cit., p.260

Manacorda é enfático ao afirmar que na educação, no que tange ao ensino mútuo, "a iniciativa privada, ligada às pompas militares e aos progressos industriais, revelou-se formalisticamente austera".(Manacorda, op. cit., p. 261)

Segundo ele, no ensino mútuo, não se trata somente de um método didático, mas em primeiro lugar de uma opção política. No que diz respeito à organização da educação escolar formal inglesa, pode-se admitir que a sua criação, desenvolvimento e o aparecimento de propostas pedagógicas como estas, devem ser vistas e tratadas a partir dos embates e lutas existentes na sociedade. Oras, não há como se desconsiderar a escola e o ensino mutuo em suas ligações com o disciplinamento e a reforma moral implementadas concomitantemente com outros instrumentos e medidas tomadas pelos ingleses no período abordado por Manacorda. Não se pode deixar de entendê-los, como parte necessária do processo histórico de criação de uma instituição educativa de massa própria do capitalismo. Assim, retomando a afirmação de Manacorda, por se constituir numa opção política, fica mais fácil entender o como se deu o desenvolvimento de um forte e dinâmico trânsito de valores na vida social, entre a instituição escolar e o desenvolvimento industrial.<sup>20</sup>

O Ensino Mútuo deixa claro seu vínculo e relações umbilicais com o capitalismo industrial e suas vicissitudes, na medida em que estava pautado na iniciativa e no voluntarismo dos indivíduos, na disciplina e na economia de tempo e esforços para tornar o aluno (trabalhador) mais produtivo (individual e coletivamente). Tais considerações se fazem necessárias pois, ao trabalhar com a hipótese de que as relações e o estabelecimento das escolas de ensino mútuo estavam intrinsecamente ligados ao capitalismo industrial inglês do século passado e além disso havia (e há) no próprio trabalho e no desenvolvimento do capitalismo uma certa "vocação" para educar, não se tem como negar, apesar de que não tínhamos, dada a especificidade da nossa economia, um sistema educacional montado em sintonia com o capitalismo, temos uma empresa capitalista real que procurou criar e desenvolver as condições mínimas necessárias de

---

<sup>20</sup> Ao meu ver, foram estes valores e esta dinâmica que possibilitaram o aparecimento e constituição de um "corpus" pedagógico cujas influências estão intimamente ligadas ao espírito e à lógica do empreendimento empresarial capitalista. Entender a lógica e a racionalidade próprias ao desenvolvimento capitalista industrial e o desenvolvimento de suas relações de trabalho, permitem, em suma, identificar e compreender como se deu a atuação deste sobre e/na instituição da educação formal e vice-versa.

educação moral e de disciplinamento da força de trabalho imprescindível à sua sobrevivência e reprodução. No caso, por ter como horizonte de referência as relações estabelecidas a partir do mundo do trabalho e não a instituição escolar formal, me parece que se pode fazer uma reconversão na forma de abordar a educação, como elemento-parte importante do desenvolvimento e reprodução do capital, para retomá-la admitindo que o trabalho se constituiu, também, num princípio educativo, pedagógico, que desenvolveu, praticamente, uma ação educativa que socializou conhecimentos e habilidades, criou e reproduziu hábitos, expectativas e comportamentos. No caso da Morro Velho, o trabalho se tornou a base sobre a qual foi desenvolvida uma práxis educativa onde foi instituída a competição, a ideologia do sucesso, do progresso pessoal e da mobilidade social. Portanto, creio que se pode afirmar que, no espaço onde se desenvolveram as relações de trabalho, este possuía, na medida em que se efetivava materialmente, enquanto realidade cotidiana, ali esta se dando uma práxis pedagógica. Apesar de Burton se queixar da proibição do trabalho de crianças, estes eram regularmente utilizados pela empresa, inclusive na mina. A educação e o disciplinamento pretendidos pela empresa entre as crianças escravas é revelado quando Burton ao visitar a Mina, chega à sua entrada, segundo ele um buraco quente e desagradável, ele assim registra um fato envolvendo uma criança negra:

“O negrinho Chico deu uma olhada no poço profundo e escuro, torceu as mãos, deu as de Vila Diogo, gritando que nada neste mundo grande e imenso o faria entrar em semelhante inferno. Ensinaram-lhe ultimamente que é um ser responsável, “com uma alma irrotal” e ele estava começando a acreditá-lo de um modo um pouco rude e teórico: aquilo não lhe pareceu um lugar para onde vão os bons negros. “

(Burton, 1941, p. 391 e 392)

A empresa, no período pesquisado, manteve, desenvolveu no dia-a-dia da vida dos trabalhadores na fábrica e se possível até mesmo fora dela, sem a necessidade

de ocultar, como na escola, os verdadeiros interesses e objetivos da sua ação educativa: a domesticação para o trabalho e a reforma moral dos trabalhadores. Sem meias verdades, este foi o caminho trilhado pela empresa, ou seja, ela desempenhou formalmente uma ação educativa e formativa pautada sobre princípios iguais àqueles existentes na instituição escolar formal da opção política do ensino mútuo.

A reforma moral, necessariamente, passava pelo "melhoramento" <sup>21</sup> na "educação" destinada aos pobres; em resumo significava:

- competição, disciplina, hábitos de trabalho, respeito à hierarquia, regularidade, temperança, preocupação com a economia de tempo, o voluntarismo e a produtividade.

Inclusive, não havia nem mesmo que dissimular, como na escola, as condições de alienação em relação aos produtos, aos meios e aos fins do trabalho.

Este processo educativo surtiu resultados concretos que agradaram os diretores e acionistas da empresa. Há informações e registros de que o negro escravo era inclusive, muitas vezes, promovido a postos e cargos considerados lugares de confiança e para tanto mais bem pagos. Assim, o negro podia tornar-se feitor ou capataz entre sua própria gente. Assim, Burtom descreveu as revistas que eram realizadas de dois em dois domingos pelos ingleses:

"Um espetáculo original, digno de uma fotografia, é a revista dos negros, que se realiza de dois em dois domingos.(...) Ambos os sexos vinham descalços, o que, no Brasil, é uma característica dos escravos. As mulheres, tendo à frente um piquete de doze meninas, estavam dispostas em companhias de colunas de seis. Vestiam todas uniforme domingueiro: saias de algodão branco, com uma fita vermelha estreita à altura do terço inferior; xale de algodão, riscado de azul e branco e um lenço de cores vivas, geralmente escarlate, cobrindo a carapinha. Ao lado direito, perpendicularmente à coluna, são

---

<sup>21</sup> Esse era o ponto de vista dos defensores do desenvolvimento da educação nos moldes do ensino mútuo. LANCASTER, J. H., "Improvements in education", apud Manacorda, op. cit., p. 257

colocadas "as mulheres de boa conduta". O emblema do primeiro ano é uma larga tira vermelha em torno da bainha da saia branca, substituída por tiras da mesma cor e mais estreitas, uma para cada ano, até o número místico de sete, que dá a liberdade. Vimos dez mulheres e outros tantos homens candidatos à manumissão. Dispostos atrás das mulheres, os homens vestem camisas brancas, coletes frouxos de lã azul, bonés vermelhos - turcos ou "glengarry"- e calças de algodão. Os "homens de jaqueta", como são chamados os de "boa conduta" ficam à esquerda, em ângulos retos com o batalhão das Amazonas. Usam paletós sem manga de sarja azul, com golas e punhos vermelhos, cintos brancos, guarda-pós com riscos vermelhos nas costuras e os bonés habituais; cada um traz uma medalha com o selo da Morro Velho, como emblema da próxima liberdade. As crianças em idade de participarem da revista, são vestidas de maneira comoda e decente, formando um grande contraste com os negrinhos que se vêem em torno. Os escravos respondem à chamada, procedida pelos chefes dos respectivos departamentos. Isso feito, o superintendente, e, seguido do gerente, subgerente dos negros, e de dois médicos, caminham junto às filas dos negros e examinam cuidadosamente cada um (...). Depois da inspeção, foi colocada uma mesa diante da porta, para pagamento, e as moças e crianças receberam suas quotas de dinheiro e sabão".

(Burton, op. cit., p. 207 e 236)

Deve ter sido com muita satisfação que em 1846, Mr. Herring, superintendente da Mina, informou à diretoria londrina "ter promovido um negro inteligente, chamado Antônio Moçambique, ao posto de Capitão de Broqueiros (uma função outrora restrita aos ingleses)".<sup>22</sup> A iniciativa da empresa se ampliou para outros setores da produção, envolvendo outros escravos em postos e funções de controle e mando.

---

<sup>22</sup> Saint John d'El Rey Mining Company, Limited. Extracts of advices from Morro Velho. 1840-1850. n.2.s.p.(Officer's Letter June 28, 1846. apud Libby op. cit. p. 119

"No mesmo ano, mais quatro escravos foram elevados a maquinistas, um outro foi nomeado Capitão de Broqueiros, associando-se a Antônio Moçambique, e um sexto foi colocado na posição de Supervisor na oficina de ferreiros no departamento de minas. Além destes sete escravos, temos notícias de um escravo fiel que fazia parte da tropa de ouro e vários outros que ficavam responsáveis pelos estoques do armazém".  
(Libby, 1984, p.119)

No que tange à reforma moral dos escravos, ela pode ser percebida e se desenvolveu dadas algumas condições especiais desfrutadas pelos escravos de propriedade da Morro Velho, tais como o pagamento de salários e horas extras, assistência médica, possibilidade de sair das terras da empresa e ir à vila comerciar e fazer compras, recompensa de fertilidade para os casais de escravos, que se constituía de uma soma de "mil réis, uma garrafa de vinho e um conselho do superintendente." Tal reforma, em curto intervalo de tempo já podia ser notada pelos próprios ingleses e os negros da companhia consideravam-se "a aristocracia e olhavam de cima para baixo os seus irmãos".<sup>23</sup>

Essa mentalidade e essa moral contrastavam de forma brutal com as condições de moradia e vida dos negros e livres pobres.

Os negros moravam em "bairros-senzalas" construídos próximos da mina pela empresa, como Boa Vista e o chamado Timbuctoo, "bairros negros de casas de paredes brancas e telhados vermelhos (aqui chamados pelo nome africano de senzalas)". As acomodações residenciais dos trabalhadores ingleses eram separadas e constituíam um bairro à parte, chamado de Aldeia do Retiro e o aluguel pago variava de 0\$500 a 1\$500 (quinhentos réis a um conto e quinhentos réis) por mês. Já as acomodações construídas para além do Retiro para os trabalhadores livres brasileiros e alemães eram consideradas más. Ao que parece, muitas destas casas eram vitimadas por freqüentes inundações e desabamentos.

---

<sup>23</sup> No que diz respeito ao incentivo de fertilidade desenvolvido pela empresa, seus resultados não devem ter sido positivos pois Burton afirma que muitas negras questionavam "para que uma negra cativa quer filhos?" (BURTON, op. cit., p. 209, 235 e 236)

Outro aspecto muito peculiar foi que os ingleses sempre enterraram seus mortos num cemitério à parte (ainda hoje existente, mas desativado).

As condições de saúde decorrentes das condições de moradia e trabalho eram terríveis, encontravam-se dentro daquilo que foi a realidade das condições de vida e trabalho dos proletários nas áreas industrializadas e de mineração descritas por Engels e Marx no século passado. A jornada de trabalho girava a principio em torno de 12 horas diárias com duas turmas, sem descontar o tempo de percurso até o local de trabalho no interior da mina.

Diariamente os trabalhadores escravos eram recrutados e feita a chamada às cinco horas da manhã no barracão dos negros –

" Às cinco horas o sino toca e no grande salão do Rancho dos Negros, em presença de Mr. Smyth, os ajudantes brasileiros, chamam os nomes, primeiro dos homens, depois das mulheres, e, finalmente dos recém-chegados que, sendo alguns de índole rebelde, têm de ser amansados".

(Burton, op. cit., p. 209)

No que diz respeito às condições de trabalho e segurança, temos aqui dois itens, ao que parece, não eram prioritários para a empresa. Os acidentes eram corriqueiros e só no ano de 1867, contava-se um número de pelo menos quatorze vítimas fatais.

“Em 1857 houve o desabamento da mina Baú, no ano de 1864 dois desmoronamentos na mina Cachoeira, em 1864 e 1865 mais dois desmoronamentos, no mês de dezembro de 1867 ocorreu um incêndio que destruiu quase por completo o madeiramento das galerias da mina Cachoeira, no ano de 1886 houve o mais terrível de todos os acidentes, a mina em seu conjunto veio abaixo, matando todos os trabalhadores. Nunca se soube o número correto de vítimas. Há uma estimativa de que morreram por volta de quase seiscentos trabalhadores.”

(Libby, op. cit., p. 62 e seguintes).

De todos os acidentes graves ocorridos na mina durante o século passado, inclusive o ocorrido em 1886 destruindo completamente a mina e matando todos os que nela estavam, não há sequer um único vestígio de qualquer iniciativa das autoridades brasileiras tomando medidas punitivas, de controle e fiscalização das condições de segurança e trabalho para se evitar acidentes mortais, que foram muitos. Grande parte dos acidentes eram creditados fatidicamente à própria periculosidade das atividades mineratórias, à natureza e aos trabalhadores que as executavam. O Sr. Burton em questões de condições de vida e trabalho dos trabalhadores(as) livres e escravos(as) deve ter deixado os acionistas da empresa com a alma aliviada, afinal aqueles que estavam "familiarizados com a situação das "bloomers" de Lancashire, das mulheres da Cornualha (...) e das trabalhadoras rurais inglesas em geral, hão de convir que as mães escravas são muito mais bem tratadas [reconheçamos, os ingleses eram santas almas redentoras] nas minas de Morro Velho".<sup>24</sup>

Os trabalhadores da mineração apresentavam "moléstias dos cérebros e dos intestinos", eram graves as desinterias, pleurisias, pneumonias que "as vezes tornavam-se epidêmicas e sujeitas a alastrar-se com rapidez", doenças venéreas eram comuns -"as crianças negras já nascem com a "corona veneris", a água contaminada que corria no interior da mina provocava úlceras malignas nas extremidades dos membros e que acabavam por provocar gangrenas nas feridas e muitas vezes o óbito. A situação se mostra ainda mais terrível quando se leva em consideração as comuns mutilações e mortes ocasionadas por acidentes, tais como desmoronamentos e explosões. No que diz respeito às condições de vida dos escravos e livres pobres o Sr. Burton foi de um cinismo assustador ao afirmar, depois de contemplar esta realidade e ter vistoriado In loco os subterrâneos da mina, que "muito agradáveis aos ouvidos dos acionistas deviam ser as cantigas alegres do canteiro ou a conversa alegre do cavouqueiro". (Burton, op. cit., p.216).

Apesar de Burton dizer que as condições de saúde e o índice de mortalidade na vila e entre os negros da Morro Velho, no ano de 1867, se aproximavam

---

<sup>24</sup> O autor afirma que de dez em dez anos ocorre uma mortalidade anormal, decorrente da "natureza do clima e da situação local, das condições sociais e peculiaridades de constituição do negro". (BURTON, op. cit., p. 210)

A revista dos negros na Casa Grande (Burton, op. cit.; 1941)

das condições encontradas entre as populações operárias na Inglaterra. Sinicamente, ele se deu ao trabalho de afirmar que "o negro no Brasil, é, porém, um exótico, está fora do seu próprio centro étnico; é difícil mantê-lo vivo". (Burton, op. cit., p. 210) Realmente seria impossível mantê-lo vivo dadas as condições que lhe eram impostas; principalmente quando em acidentes graves mantem-se em um sepucral silêncio ou como aquele ocorrido na Gongo Soco procura justificar o injustificável ao dizer "a água invadiu a mina; a matriz foi solapada em suas bases e os trabalhadores morreram afogados - sem culpa de ninguém, a não ser da drenagem". Só faltou ao ilustre senhor lamentar os prejuízos sofridos pelos acionistas. (Burton, op. cit., p. 184, 208, 209, 210 e 216) Mas pode-se afirmar que as condições anteriores a 1850 eram muito mais precárias. Segundo Libby a situação dos trabalhadores escravos e livres, determinadas pelas condições de trabalho foram publicadas na Inglaterra. As denúncias feitas por um médico e um ex-oficial do departamento de redução, que haviam trabalhado em Morro Velho até 1846, na revista Mining Journal e nos jornais The Observer e Morning Post, provocaram uma grande polêmica na imprensa britânica. Estas denúncias causaram um grande mal estar na empresa e na opinião pública que já estava "abalada" por inquéritos e denúncias da mesma natureza sobre os trabalhadores ingleses. Afinal as denúncias feitas pelos ex-operários da Mina são contemporâneas dos inquéritos realizados em 1840 sobre as condições de vida, saúde e trabalho dos operários ingleses e que foram responsáveis posteriormente pela promulgação do Mining Act e das primeiras leis trabalhistas e fabris da década de 1860 ("Factory Acts Extensions Act e Workshops' Regulation Act"). As denúncias contra a Morro Velho acabaram provocando severa reestruturação dos horários de trabalho, das punições e do serviço de assistência médico-hospitalar. (Libby, op. cit., p. 125 a 128)

Para termos uma idéia bem clara da mina e seu interior as palavras de Burton conseguem descrevê-la em toda sua terrível crueza. Já à entrada da mina existia um epitáfio, muito pedagógico diga-se de passagem, com os seguintes dizeres:

"Aqui jaz João ninguém; morreu na mina;  
Como morreu, ninguém de fato ensina"

Logo após a boca de entrada da mina, encontrava-se o plano inclinado de Walker, um buraco identificado por quem nele entrava pela primeira vez como quente e desagradável. A totalidade dos trabalhadores descia pelas escadas, um percurso que durava quase uma hora até se chegar aos locais de trabalho. Alguns poucos se utilizavam das caçambas de carga. À medida que avançava pelo interior da mina Burton a descreve da seguinte forma:

"Tinha-se a impressão de estar em uma vasta floresta subterrânea, atingida por terríveis inundações e batida, em todas as direções, por cataratas, na maior confusão. (...) A mina constituía para mim uma completa novidade, e de todo bem diferente dos imundos labirintos de caminhos baixos e galerias sufocantes pelos quais eu muitas vezes rastejara, como um réptil ou um quadrumano. A altura vertical, 380 e os 36 metros de largura, sem paralelo nos anais da mineração, sugeriam uma caverna, uma pedreira enorme, uma gruta gigantesca, levantada da posição horizontal à perpendicular. (...) Sentíamos dor nos pés, e não era para menos. O chão estava úmido, a lama era escorregadia e a locomoção parecia uma subida às Pirâmides, embora o terreno fosse relativamente plano. (...) O enorme Palácio das Trevas, difuso em longas perspectivas, apresenta um aspecto tremendo; acima de nós, parecia um céu sem atmosfera. As paredes eram, ou negras como túmulo, ou refletiam pálidos raios de luz que vinham da lisa superfície da água. Apesar das lâmpadas, a noite nos envolvia e nos apertava, como se pesasse, e as únicas medidas das distâncias eram as fagulhas aqui e ali. Perfeitamente dantesca era a depressão entre as enormes paredes da montanha, que davam a impressão constante de que iriam desabar a qualquer momento. Tudo, mesmo o som de uma voz familiar, parecia mudado; os ouvidos eram feridos pela aguda crepitação e pelas pancadas metálicas dos malhos sobre as brocas e pelo barulho destas furando a pedra. Outros sons persistentes, curiosamente complicados pelo eco, eram o cair da água no caminho subterrâneo, o matraquear das pedras de ouro lançadas nas caçambas e o ruído das correntes e da própria caçamba. Através deste inferno, gnomos e duendes, figuras seminuas, movimentam-se na escuridão. Aqui corpos negros, brilhando com gotas de suor, pendurados em correntes em posições que pareciam amedrontadoras; ali

pulavam, como lotardo, de lugar a lugar; mais adiante apinhavam-se junto a cordas soltas como trogloditas; além, moviam-se em plataformas, que, só de olhar, poriam tonta uma pessoa nervosa. Essa única visão amplamente nos compensou. Era um lugar "onde muito se pensa , e onde pouco se fala", mas o efeito permanecerá em nossa retina mental, enquanto o nosso cérebro cumprir o seu dever. No fim de duas horas, saímos daquela catedralesca caverna de paredes de ouro, e fomos conduzidos à superfície, em segurança, como o minério".  
(Burton, op. cit., p. 214 -217)

E, assim mesmo o mineiro "pavula... magni formica laboris", até o desmoronamento total da Mina em 1886, vitimando todos que nela se encontravam. A mina somente voltaria a funcionar no final do século XIX, depois do fim da escravidão e da Proclamação da República. A empresa ao voltar às atividades extrativas ainda mantinha seu poder de influência junto a todos os níveis de governo. Assim, o Morro Velho continuou a exercer "benéfica e directa influência na marcha econômica das populações que se achavam em contacto com elle". (Minas Gerais, Industria extrativa – Teophilo Ribeiro, 10 de Abril de 1900, p. 2 a 4)

A empresa passou a operar utilizando-se predominantemente da chamada mão de obra nacional e contando com levas de mão de obra imigrante – espanhóis, italianos, ucranianos, alemães, russos e ingleses –, na falta daquela.

O Sr, Teóphilo Ribeiro nos informa que a questão do trabalhador nacional constituia uma nota interessante para o estudo que realizava sobre a industria extrativa em Minas Gerais e que era com prazer que ele registrava a destacada presença de "nacionais" entre os trabalhadores do Morro Velho, "só se encontravam nacionais e imigrantes, prova irrefutável do aproveitamento do elemento nacional, que tanta gente supõe repellido dos trabalhos do Morro Velho.

Felizmente esta prevenção injusta e que no conceito de tantos ainda prejudica os créditos da empresa, no que concerne ao aproveitamento da população indígena, vae desaparecendo, e ainda nos lembramos da satisfação e, em parte, admiração, com que, por ocasião da recente visita a Morro Velho de grande número de deputados estaduaes, em fim de Agosto passado [Agosto de 1899], viam elles à frente de

grandes serviços, a dirigir machanismos importantes, nacionaes, a quem supunham nunca serem taes serviços confiados”. (Minas Gerais, Industria extrativa – Teóphilo Ribeiro, 10 de Abril de 1900, p. 2 a 4)

Como se vê, o processo que no século passado se inicia com fortes reclamações por parte dos Ingleses em relação aos trabalhadores livres, encerra o século XIX e inicia o XX, com louvores ao trabalhador nacional, com sua massiva utilização nos empreendimentos mineratórios da Morro Velho. Um conjunto de fatores esteve envolvido nesse processo, como vimos. Os documentos consultados mostram que operou-se uma mudança de comportamento e de expectativas na realidade social e na individual dos trabalhadores. Essas mudanças foram político-ideológicas também. Os conflitos e as entidades que estavam sendo criadas e organizadas pelos trabalhadores, estrangeiros e nacionais, demostram que nossa terra começava a recuperar e a desenvolver “o tom insolente” a que Burton fazia referência e que não existia em nossas terras, quando de sua estada no nosso país.

### **CAPITULO III**

## **RESISTÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES: DA RESISTÊNCIA PASSIVA À JUNTA AUXILIAR DOS OPERÁRIOS DE NOVA LIMA - MG**

*"A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não resta dúvida de que na atividade histórica destes grupos há uma tendência à unificação, ainda que seja em níveis provinciais; porém, essa tendência se rompe constantemente pela iniciativa dos grupos dirigentes e, portanto, só é possível mostrar sua experiência quando já se encerra um ciclo histórico e sempre se encerra com êxito. Todo indício de iniciativa autônoma dos grupos subalternos tem que ser de estimável valor para o historiador integral; disto se depreende que uma história assim não pode ser tratada senão de forma monográfica, e que cada monografia exige um acúmulo grandíssimo de materiais muitas vezes difíceis de encontrar"*  
(GRAMSCI)

Mesmo com as modificações em curso e dos imensos contingentes de homens livres disponíveis na sociedade, a Morro Velho manteve o escravo como principal elemento reprodutivo-econômico.

Até por volta de 1870, grosso modo, apesar das modificações e diferenciações sociais que se delinearam com as atividades auríferas, não surgiu uma nova sociedade, manteve-se a divisão social do trabalho, o tipo de apropriação e o sistema de dominação.

O que se pode perceber e afirmar é que num primeiro momento a Companhia inglesa estava estabelecida numa região onde, mesmo que quisesse utilizar força de trabalho predominantemente livre, não poderia dispor de homens livres em número suficiente para tocar o empreendimento. O homem livre sempre demonstrou sua "decidida indisposição para trabalhar em Morro Velho."(Burton, op. cit., p.229) Para Burton esta era uma característica dos "lerdos e tristes pardos esbranquiçados da terra." (Burton, op. cit., p.46) Para os ingleses a maior parte destes homens só se ocupava unicamente da sobrevivência e fora o tempo estritamente necessário para garanti-la, ocupavam-se em "não fazer coisa alguma". Exceto, plantar, colher, caçar, produzir apenas os instrumentos de uso pessoal ou coletivo, celebrar os dias santos, festejar e fundamentalmente gozar o ócio (prática maldita para uma "civilização" organizada e estruturada com base na exploração do trabalho).

A principio, por conta da facilidade de dispor do trabalho escravo, a Mina se acomodou às regras do sistema escravocrata e seus valores. E tudo indica que pouco poderia fazer de diferente face a resistência do homem livre pobre que possuía seus roçados. Para os ingleses eles "vadiavam", eram os brancos pálidos a quem faltavam ambição e perspectivas de progresso. A informação que será apresentada por Burton, além de importante é emblemática da situação vivida pelo ingleses na contratação da força de trabalho. Assim, em Junho de 1867:

"sem contar 130 filhos de negros alugados, e que não estão contratados, a empresa tem 1450 cabeças, assim distribuídas:  
-Negros da companhia, 254 (109 homens, 93 mulheres e 52 crianças);

-Negros de Cata Branca, 245 (96 homens, 87 mulheres e 62 crianças);  
-Negros alugados mediante contrato, 951"  
(Burton, op. Cit.,p.234)

Esta situação de “comodidade” para os ingleses da Morro Velho somente começou a ser alterada a partir de 1850 à medida que o escravo tornou-se escasso e, do ponto de vista social e político, problemático. A empresa tinha plena clareza de sua situação de dependência quanto à força e a disponibilidade deste tipo de trabalho. À época o diretor da empresa, ao comunicar o problema à diretoria de Londres, assim se manifestou:

"Quanto a nossa força negra, parece-me muito duvidoso que possamos aumentá-la materialmente, mesmo se oferecermos pagamentos de aluguel consideravelmente mais altos, pois no momento não existe na província escravos suficientes para suprir a procura desta espécie de mão-de-obra para a construção de estrada e por parte de particulares, como os cafeicultores daqui e do Rio, que estão pagando preços muito altos."  
(Saint John Del Rey Company Limited, Annual report 1857. Londres, R. Clay, 1857, p. 60, 61, apud Libby, op. cit., p. 101)<sup>1</sup>

Tentando aprofundar e melhor compreender esse processo, deve-se considerar que, em primeiro lugar, face a crise do sistema escravista, a empresa se viu numa posição bastante incomoda, já visto anteriormente, pois dependia quase que exclusivamente da força de trabalho escravo como principal fator de produção.

A crise do setor servil obrigou a companhia a re-orientar suas ações e a implementar novas formas de ação e relação entre os trabalhadores para preservar e mesmo ampliar sua força de trabalho. Esta, procurou tornar-se mais atraente aos olhos dos donos de escravos, da própria escravaria e dos homens livres pobres.

---

<sup>1</sup>Como já visto, no capítulo primeiro, as tabelas e quadros nos apresentam uma realidade distinta dessa apresentada pelo ingleses. Outros estudos e pesquisas demonstram que esse era um argumento, em parte válido, dada a resistência dos livres em se submeterem ao trabalho assalariado e não pela escassez numérica destes.

Em segundo lugar, os homens livres pobres não estavam completamente proletarizados, possuíam outras formas e instrumentos de sobrevivência que lhes garantia estar a salvo do assalariamento. Para os homens livres que dispunham de alguma forma da capacidade de produzir diretamente para sua própria sobrevivência, o salário que a empresa pagava, por um período longo, foi encarado e tratado como algo secundário. O que influenciou e muito na opinião que os empresários nacionais e estrangeiros firmaram sobre o trabalhador livre nacional, a “mão de obra nacional”.

Diante de tais circunstâncias, a empresa viu-se "obrigada" a sujeitar-se às condições então existentes. E para dispor da força de trabalho escravo necessária ao seu funcionamento, implementou, como anteriormente visto, semanalmente, o pagamento em dinheiro também aos escravos, pagamento de horas extras aos negros de 1ª categoria, um maior controle e disciplinamento sobre as punições físicas aos escravos. Mas, mesmo assim, o chefe de departamento podia "mandar aplicar a palmatória", mas não mais possuía plenos poderes e autonomia na aplicação dos castigos e punições corporais ou qualquer outra forma de suplicio físico. Ele deveria registrar por escrito e comunicar a imposição do castigo ao superintendente pois, somente este poderia determinar o chibateamento. Tal castigo era aplicado para casos de embriagues contumaz, desobediência de ordens e insubordinação. No que diz respeito às fugas, os negros eram, a princípio, punidos “de forma exemplar” com a chibata e eram colocados a ferro e posteriormente vendidos. Estas formas de controle e disciplinamento foram, como já visto, colocadas sob controle direto da superintendência da empresa e passaram a ser pouco utilizadas em virtude de disposições legais criadas e que procuravam regular e "proteger" os escravos.

Na verdade, face ao crescimento da luta abolicionista, as fugas, a ação direta de resistência e luta dos negros,<sup>2</sup> a punição e o castigo corporal aplicado aos

---

<sup>2</sup> O brilhante trabalho de Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco*, nos mostra como os escravos amotinados e que lutavam pela liberdade, fosse nos quilombos, nas fazendas, nas cidades, foram decisivos e influenciaram nas políticas traçadas pelas “elites” sobre o futuro da escravidão no nosso país. Além das revoltas e fugas, da “resistência”, o século XIX viu crescer o apoio popular à causa negra. Em especial merece destaque no capítulo primeiro a “pedagogia da Transição” que, como venho insistindo desde o primeiro capítulo, estava pautada na “necessidade de um aprendizado moral”(…) de nada adiantaria a coação policial ao trabalho e o controle administrativo das vidas se não ocorresse simultaneamente uma internalização da hierarquia social ou um reconhecimento subjetivo da posição social a ocupar e dos limites das aspirações. (...), era preciso coagir ex-escravos e pobres ao trabalho e manter o

escravos no pelourinho passaram a ser controlados e mesmo abolidos pelos mesmos motivos que levaram ao fim do espetáculo punitivo na Europa. As punições físicas tornavam o negro objeto de piedade e de admiração e provocavam indignação e revolta em muitos; o castigo cujo objetivo era procurar corrigir, reeducar, libertar os negros de seus maus costumes e aperfeiçoá-los de acordo com a “civilização superior”, na verdade o castigo acabava se constituindo em "uma fôrnalha em que se acende a violência." (Foucault, 1987)<sup>3</sup>

No conjunto, tais ações representavam uma mudança de estratégia da empresa na tentativa de garantir e conquistar mais força de trabalho. E prepará-la lentamente para o assalariamento. Formando um mercado de trabalho com o qual pudesse contar e reduzindo o volume da capital imobilizado na produção. Essa reconversão do capital era estratégica para o capitalismo inglês e viria influir posteriormente em nosso próprio desenvolvimento industrial.<sup>4</sup>

Houve outras iniciativas tomadas pela Morro Velho, tais como: construção de casas para trabalhadores livres, folga aos sábados e atividades de subsistência como criar porcos e galinhas, comerciar capim, plantar hortas, a implementação de um sistema de recompensas por fertilidade às escravas e etc.

Parece-me que dentre as "políticas" desenvolvida pela Morro Velho, do ponto de vista das relações econômicas e da produção material, a de pagamento de salários e horas extras foi a mais importante para o desenvolvimento e solidificação do capital na área de influência da Morro Velho. Os salários repercutiram profundamente na dinâmica econômica alterando por completo a vida da cidade e região, provocando, juntamente com outras ações e iniciativas junto aos produtores diretos, uma maior monetarização da economia. Na verdade, os salários pagos representavam uma iniciativa que permitia uma transição das relações de produção escravistas para o trabalho livre assalariado. Esta política destoava consideravelmente da lógica presente nos estabelecimentos industriais nacionais do século XIX que utilizavam-se do trabalho

---

seu dia-a-dia sob controle” (Azevedo, Maria Célia Marinho de. Onda ngra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, p.52)

<sup>3</sup> Segundo Foucault, a Inglaterra aboliu o pelourinho em 1837, como forma de suplício. O corpo deixava de ser diretamente o alvo principal da repressão (FOUCAULT, 1987, p.15).

escravo. O que me faz supor que, no conjunto, estas iniciativas e procedimentos eram expressões e representações de uma política de longa duração que influenciou e transformou concretamente as atitudes, hábitos e comportamentos tanto dos escravos, homens livres pobres, pequenos produtores diretos, quanto dos empresários do comércio e das indústrias nascentes. Foi determinante na formação de um mercado de trabalho, sem o qual, na visão do capitalista, "não pode haver progresso". E é em relação à questão da força de trabalho que pode-se afirmar que a empresa inglesa ao criar e provocar uma forte elevação no índice de monetarização da economia local e regional, estava abrindo caminho para o assalariamento de muitos homens livres que eram produtores diretos e instalando uma mentalidade pautada no assalariamento e fundamentada na/e pela ética do trabalho. Principalmente no que diz respeito aos trabalhadores escravos, estes por constituírem uma classe alienada, sendo ao mesmo tempo, capital e trabalho, foram atingidos de forma mais profunda pois ocorria que, por não ser dono de si mesmo, o negro encontrava-se completamente despossuído, proletarizado. Parece-me, assim, no que diz respeito à propriedade de meios de produção e subsistência, ser possível afirmar que o escravo na Morro Velho constituía, na empresa, uma figura de transição ao trabalho livre. Além do mais, uma boa parcela dos escravos, alugados ou de propriedade da Morro Velho, vinham de outras empresas de mineração, quase sempre britânicas, que haviam encerrado suas atividades, como foi o caso da Cata Branca. O cativo havia funcionado como uma verdadeira escola para o trabalho; e foi onde o inglês conseguiu impor, como visto anteriormente, uma forte e "judiciosa disciplina militar, implantou na mina uma ordem perfeita, introduziu o excelente sistema de tornar os negros seus próprios feitores."(Burton, op. cit., p.183)

No que diz respeito aos trabalhadores foi possível perceber a existência de formas variadas de conduta entre escravos, livres e ex-escravos, que estavam expressas nas formas de resistência contra o trabalho nas minas e empresas capitalistas, contra o assalariamento. Todos de alguma maneira possuíam um jeito, uma maneira de ser e se comportar que acabava por interferir no funcionamento pleno da atividade produtiva e conseqüentemente na obtenção da mais-valia por parte da empresa. Para os

---

<sup>4</sup> Silva, Sérgio. op. cit., 1986)

dirigentes da Morro Velho, como para quaisquer outros capitalistas, o trabalho e o tempo de trabalho deveriam estar livres de toda e qualquer forma de interferência externa que pudesse "comprometer" ou "atrapalhar" a produtividade e o funcionamento da empresa. Os homens livres deveriam passar a servir a empresa de forma regular e disciplinada, sem questionamentos e resistência, submeterem-se aos meios de produção colocados para a obtenção da mais-valia. Mas, assim não foi com o homem livre pobre enquanto pode manter sua roça, produzir sua subsistência. O pequeno produtor direto, além de poder "decidir" o que produzir, como produzir, quando produzir, o tempo e o ritmo do trabalho; podia combinar condições diversas de trabalho, dedicar um tempo considerável ao ócio, às atividades festivas de natureza religiosa, ritos sociais. A empresa preocupava-se com a "natureza inconstante de seus hábitos" e como estavam intimamente ligados ao ritmo da produção agrícola as queixas foram muitas por parte dos ingleses e lamentavam que "sendo esta a estação de plantação de milho, como sempre, muitos de nossos trabalhadores livres ausentaram-se".<sup>5</sup> E mesmo entre os negros escravos sempre havia aqueles que eram renitentes, "preguiçosos e dissolutos que insistiam em gozar o dia de descanso à moda africana, deitados ao sol e, se pudessem, bebendo e fumando haxixe".(Burton, op. cit., p.208)

Acompanhando-se o processo de desenvolvimento e atuação da Morro Velho, ao longo do século passado e início do XX, pode-se afirmar que, desde meados do século retrasado, a empresa deu início a um processo de transição que gradativamente foi dando passagem à implementação de relações de trabalho que, na prática, representavam claramente o desenvolvimento da mais-valia relativa na Morro Velho.<sup>6</sup> A mais-valia relativa pode ser identificada e caracterizada de maneira mais clara, na medida em que percebe-se que a empresa procurou promover de forma cada vez mais intensa e profunda, um forte processo de assalariamento dos trabalhadores por produção e horas extras. Por outro lado, não foram encontrados indícios ou documentos que

---

<sup>5</sup>SAINT John d'El Rey Mining Company, Limited. Extratacts of advices from Morro Velho. 1835-1840.

<sup>6</sup> As considerações apresentadas por Marx sobre o conceito de trabalho produtivo, (Marx, Karl. Teoria da mais-valia: Adam Smith e a idéia de trabalho produtivo. 2ed.; São Paulo : Global, 1983), depois detalhadamente aprofundada no Capital, me permitiram perceber no processo de cooperação na organização da produção, na divisão do trabalho e com a instalação das novas máquinas e processos de extração e obtenção do ouro, concluir que a Morro Velho gradativamente foi, ao longo do século,

permitam afirmar que houve por parte dos trabalhadores algum tipo de reação direta à instalação de novas máquinas e equipamentos ou às formas de organização e racionalização do trabalho. A implantação de regime de trabalho intensivo e a reação às mudanças das "regras do jogo", só puderam ser percebidas claramente a partir do terceiro quarto do século XIX. Posso afirmar que, no "frigor dos ovos", os trabalhadores acabaram "aceitando" o processo e as regras da produção e os critérios de produtividade determinados pela empresa. "Além disso, está surgindo uma raça de operários especializados e práticos, e este assume o trabalho "comodamente", como os jovens das regiões estaníferas da Cornualha". (Burton, op. cit., p.230) E isto, no meu entender, caracteriza de forma substantiva o processo de submissão real do trabalho, desses trabalhadores, ao capital.

A princípio podemos afirmar que os trabalhadores escravos e mesmo os livres vivenciavam uma condição que pode-se caracterizar como de conformismo. Afinal, ainda não existia em Villa de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará e suas adjacências "os sindicatos, e outros frutos do excesso de população". Para Burton, além do sindicato ser algo "desconhecido", na vila ele não havia encontrado aquela "desnecessária insolência com que o proletário da Europa se deleita em manifestar sua independência(...)".(Burton, op. cit., p.231)

A inexistência de sindicatos ou alguma forma embrionária de uma entidade dessa natureza na vila, não representa de forma alguma a inexistência de conflitos e luta. Ao contrário, a existência de conflitos entre os interesses dos negros escravos e os interesses da empresa ocorrem no bojo dos conflitos e contradições postas pelo próprio desenvolvimento do capital e, em especial a sociedade escravocrata naquele momento enfrentava lutas provocados pelo movimento abolicionista interna e externamente. Esse movimento começava a ganhar adeptos importantes setores das classes médias e populares e que acabaram por se constituir na força dirigente do processo de extinção da escravidão.

A princípio podemos identificar apenas uma certa forma de conformismo presente na vida cultural e nesta a recriação de uma identidade que procurava restaurar e

---

passando da mais-valia absoluta á relativa.(Marx, Karl. O capital. Livro I, vol. I e II; Rio de Janeiro : Bertrand, 1988, p. 201 a 635)

reconstituir um universo de relações sociais e de poder anteriores e presentes em suas memórias, vindas da África. Criavam estruturas, organizações e uma rede de relações paralelas que, se por um lado mantinham uma estrutura de poder própria, reconhecida pelos próprios escravos e que lhes possibilitavam manter e preservar sua identidade e elementos de sua cultura africana, por outro lado estas estruturas, eram limitadas no que diz respeito à formação de uma consciência política e de classe. Essas formas de organização tinham pouca efetividade na criação de situações reais de ruptura das estruturas básicas da sociedade, não atuavam diretamente sobre os elementos estruturais que sustentavam o modelo produtivo e garantiam aos ingleses e nossas classes dominantes o domínio e a opressão. Apesar do controle e da repressão exercidas sobre os negros, estes deixavam transparecer sua insatisfação nos momentos de celebração, através das suas manifestações culturais. O exemplo aqui recuperado foi o de uma Congada. Manifestações dessa natureza, como não oferecessem um perigo ou ameaça real e direta aos interesses da empresa, as atividades organizadas pelos negros onde estas manifestações culturais se realizavam foram toleradas pela direção da Mina. No que diz respeito à cultura dos negros escravos, a obra de Burton fornece indícios importantes que me permitem afirmar que os escravos, mesmo de um modo conformista, possuíam uma percepção clara de sua situação e que aspiravam lutar pela sua dignidade e liberdade. Burton assim descreveu uma Congada:

"Estavam vestidos, segundo acreditavam, de acordo com o estilo da Casa da Água Rosada, descendente do Grande Manicongo e à qual pertencem os Senhores Hereditários da Terra do Congo (...). Todos estavam arrumados com espadas e escudos, exceto o rei, que, em sinal de dignidade, carregava seu cetro; um forte e prestativo bastão (...). À sua direita, estava o capitão de guerra, o primeiro ministro; à sua esquerda, o jovem príncipe, seu filho herdeiro (...). Matar o inimigo e beber o seu sangue eram os tópicos favoritos, variados com espertas alusões ao superintendente e seus hóspedes"

(Burton, op. cit., p.208)

A Congada deve ser vista enquanto uma forma de representação simbólica que garantia a unidade e identidade de uma comunidade negra heterogênea no que diz respeito a sua região, tribo e cultura de origem. Mas possibilita levantar a hipótese de que os negros, diga-se, possuíam um mínimo de controle sobre os espaços que criavam e recriavam no seu dia-a-dia, vivenciando uma práxis de natureza pedagógica dinâmica e em movimento, dada a natureza das relações que se estabeleciam com o avanço e consolidação do capital. Esta tese permite supor que a Congada representava a materialização de um processo de interação e comunicação que permitia aos negros recuperar e manter temas e valores representativos de suas histórias e de seus valores. Este espaço de práxis celebrativa e comunicativa garantia a estes homens preservar parte de sua identidade, sua cultura e distinguir-se enquanto grupo na vivência social na realidade social homogeneizadora da racionalidade capitalista imposta pelos ingleses. Algo que poderia ser classificado como parte do processo de resistência que essas comunidades desenvolveram para sobreviver física e culturalmente. A dinâmica cultural ali estabelecida e reconstruída, além de fazer as mediações necessárias, compartilhava a afirmação da solidariedade e da autopreservação.<sup>7</sup> Estes espaços serão cada vez mais conquistados e utilizados pelos trabalhadores à medida em que a radicalização e o aprofundamento da luta de classes se acentua no final do século XIX e início do XX. E eles passam a rever a compreensão que têm de si mesmos, de seu papel político, de sua história, de suas lutas, de suas instituições e das formas de resistência a serem desenvolvidas.

Um "problema" de expressiva magnitude que, inclusive afetou e desgastou a imagem da empresa em nível nacional e internacional, foram as denúncias feitas pelo deputado Joaquim Nabuco na Sessão da Câmara do Deputados em 26 de Agosto de 1879. O deputado tornou pública a ação movida contra a Saint John d'El Rey pelos escravos da própria companhia. A empresa havia alugado um grupo de escravos da extinta Braziliam Company, mais conhecida como "Cata Branca", em 1845. No contrato havia ficado estipulado que os negros alugados, após quatorze anos de serviços

---

<sup>7</sup> Gusmão, Neusa Maria Mendes, VON SIMSON, A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente. In Ciências Sociais Hoje, 1989 – São Paulo: vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989, p. 217 a 243

prestados à Morro Velho, deveriam ser libertados. Isto não ocorreu e em 1877 alguns escravos entraram com uma ação contra a empresa e o juiz de direito do Distrito de Rio das Velhas, em 1878, declarou os escravos livres e determinou o pagamento dos salários correspondentes aos 19 anos de serviços prestados. A Mina recorreu ao Tribunal de Relação de Ouro Preto, onde conseguiu revogar a sentença do juiz do Distrito de Rio das Velhas. Estas denúncias assumiram proporções internacionais e envolveram o jornal *The Rio News* editado pela comunidade norte-americana na Corte durante quatro meses e a *Britshi and Foreign Anti-Slavery Society* na Inglaterra. A questão dos negros escravos da Morro velho só tomaram um novo rumo, a partir de 1879, em virtude das denúncias efetuadas por Nabuco e da pressão internacional. Em 1881 o Supremo Tribunal no Rio de Janeiro deu ganho de causa aos escravos.<sup>8</sup>

Além dessas atividades políticas levadas avante pelos negros abolicionistas e que contavam com a adesão e participação de muitos setores das elites, posso dizer que as irmandades leigas, nos documentos consultados nessa pesquisa, deixam claro que as considerações básicas levantadas por Boschi e tratadas no primeiro capítulo continuaram válidas. Seria necessário um estudo mais exaustivo e aprofundado para fazer uma comparação e identificar possíveis modificações decorrentes das diferentes realidades e contextos em que estiveram inseridas. Mesmo por que ao longo do último quartel do século XIX todo o processo de transformação do trabalho escravo em trabalho livre e a crescente introdução do trabalhador livre imigrante, se por um lado parece que houve poucas transformações na identidade cultural dos grupamentos negros, por outro muitos negros permaneceram com parte de suas tradições ligadas às irmandades, com suas referências a Reis e Rainhas, os trajés e a celebração.<sup>9</sup> Não podemos ainda esquecer a questão da aprendizagem dos ofícios que estas irmandades, em geral, acabavam por propiciar aos seu membros.<sup>10</sup>

Quanto ao homem branco pobre que gravitava de forma marginal na estrutura escravista, o processo de integração a que esteve submetido durante todo o

---

<sup>8</sup> LIBBY, op. cit., p. 72 e 73

<sup>9</sup> Scarano, Julita, Roupas de escravos e de forros. In *Resgate. Revista de Cultura*, nº 4, 1992, Capinas-SP: Papyrus: Centro de Memória da Unicamp

<sup>10</sup> Scarano, Julita, *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo, Conselho estadual de Cultura, 1975

século XIX com as transformações que ocorreram, frutos do surto de desenvolvimento das atividades manufatureiras, industriais e agrícolas, lhe garante um “lugar” de destaque enquanto força de trabalho a partir do momento em os empresários e industriais descobrem as virtudes e vantagens que representavam, no início do século XX. Afinal o imigrante além de “caro”, muitos eram organizadores de greves e movimentos em defesa de seus interesses. Pelo aprofundamento e radicalização da luta de classes que então se escancarava pelas ruas, bairros e fábricas. Além, é claro, das pregações de natureza revolucionárias e socialistas.

Recuperar, naquele momento, sua importância como elemento de dissuasão e resistência para os trabalhadores brancos pobres e negros – escravos e libertos. Esta pode ser uma tarefa a ser cumprida como uma natural atividade de desenvolvimento da temática aqui abordada. Nesse sentido, o presente capítulo, constitui, na presente pesquisa, apenas o início a uma abordagem, um esboço preliminar que deverá ser aprofundado. Por isso, ele recupera em parte os espaços e ações de natureza educativa desenvolvidas pelos trabalhadores – de negros a imigrantes. Sucintamente aborda os “trabalhadores nacionais”. Por isso me ative apenas à Junta de Auxiliar do Operários da Morro Velho, uma vez que foram identificadas, mas não foi feito nenhum trabalho de localização de fontes e documentos relacionados às outras entidades ligadas aos espanhóis e italianos. Também não posso deixar de lado o papel que as irmandades leigas desenvolveram naquela localidade e continuaram a manter no seio da sociedade local no início do século XX e que sofreu profundas transformações de natureza política. Principalmente porque elas permaneceram como um instrumento de aglutinação, luta e resistência que, como já vimos no primeiro capítulo, estavam para além de seus objetivos básico e dos preceitos que as criaram. Por outro lado com o acirramento das lutas e enfrentamentos provocados por “Anarquistas Socialistas e Comunistas”, empedernidos ateus, o papel da igreja e das instituições a ela ligados se direcionam para enfrentar e reprimir a expansão desse ideário que atentava contra a ordem. (Luz Social, n. 51, ano III, Janeiro de 1907, p. 1, matéria intitulada “Os problemas Sociais perante o Christianismo) Pautado por tais considerações, o trabalho aqui iniciado, volto a insistir, deverá ter consecução pois, se depreende das fontes

consultadas a existência de ações “não escolares” desenvolvidas por outros agentes e instituições.

A Junta Auxiliar foi fundada a 2 de Novembro de 1902 e no prefácio que apresenta o Estatuto da entidade, o senhor José Mamede Silva,<sup>11</sup> expõe os motivos que levaram um conjunto de operários a criarem-na. Dentre eles, destaca a necessidade de união e solidariedade para enfrentar “transes afflictivos” causados por doenças, acidentes e o envelhecimento do trabalhador. Para ele:

“nada há que offereça mais vantagens entre uma classe desprotegida como a operária de que a união amigável e social, reinada sem caprichos e prevenções estolidas; e essa união, que até hoje tem sido totalmente despresada pelos operários dessa localidade, é a base principal da tarefa que hoje encetamos”. (...) “embora minha inculta penna não tenha a capacidade precisa para descrever com o verdadeiro mérito este feito que attingiu o extremo da sublimidade... Sublime sim, porque a união, a sociabilidade e o desejo de instrução, que outróra não estimulavam os nossos pobres irmãos, tem desenvolvido assombrosamente entre elles depois que fundou-se esta benemérita corporação, portanto é ella a intermediária d’este movimento de progresso que, felizmente, já existe entre os operários. (...) “nossa associação não exerce a caridade para merecer o título de benfeitora mas sim por que visa de perto os horrores da indigência e sabe avaliar as dores subsequentes pela experiência própria de seus filiados. Esse benefício de que utilizamos no período de necessidade não é semelhante ao óbulo humilhante que o impiedoso capitalista atira com desdém aos pés do mendigante, mas sim um donativo de irmãos dedicados que socorrem-se mutuamente considerando este acto um dever sagrado e num favor feito a um necessitado. É este procedimento o meio de garantir o bem estar da classe operária”(...).

(Prefácio ao Estatutos da Junta Auxiliar dos Operários, Nova Lima- Minas: Tipografia Clark, 1904, p. 4 e 5)

---

<sup>11</sup> Presidente da Junta Auxiliar em 1904

O estatuto deixa claro que a associação à Junta só poderia ser de trabalhadores de nacionalidade brasileira – conforme Artigo 5º, quesito 8º. Uma preocupação que se manifesta de forma muito forte tanto no prefácio, quanto no próprio estatuto é a questão educacional, A Junta além de auxiliar seus associados, defendê-los das injustiças e trabalhar para seu progresso intelectual, deveria “Coadjuvar aos sócios na instrução primária de seus filhos, conforme o seu estado de finanças”- Parágrafo 4º, do Artigo 1º-O conjunto de quesitos especificados no estatuto da admissão do sócio, seus deveres perante a Junta e perante a Assembléia da Junta às Comissões de Beneficência, eram orientados por um conjunto de preceitos disciplinares que espantam ao leitor. Tem-se a impressão de que o Estatuto, foram influenciados ou refletem as normas e princípios presentes nas corporações. Esta é uma questão que merece um aprofundamento posterior realizando um detalhado e minucioso levantamento dos estatutos de outras Juntas e das irmandades que existiam em Nova Lima.

Vale assinalar que a Junta possuía um Jornal próprio, onde se pode perceber que os dirigentes da Associação procuraram transformá-lo num órgão de informação e formação. Infelizmente foi possível localizar alguns números apenas do jornal LUZ SOCIAL. Em suas páginas estão presentes questões relativas ao movimento operário em Minas e fora dele. E no nº 51, ano III, de Janeiro de 1907, página 2, se destaca a matéria concernente ao Externato da Junta Auxiliar dos Operários, convidando todos os alunos a comparecerem ao estabelecimento, pois o mesmo reiniciaria suas atividades, bem como à página 4 há uma chamada para os ensaios da banda de Música organizada por aquela Junta Auxiliar. Como se depreender, a entidade, parece, estava a cumprir sua missão “civilizadora”, junto a uma classe onde “é bem sabido que o operário não dispõe de si como o homem verdadeiramente livre”.

Não deve ter sido um processo fácil, uma vez que o Sr. Mamed desabafa no prefácio, sua insatisfação com aqueles que não manifestam entusiasmo pela Associação e pede que:

“deixemos esses senhores cuja ignorância, o egoísmo, sem limites e o orgulho reprovável os levam a crer que a nossa empresa não é constituída em materiais aceitáveis.

Deixemos esses seres incompatíveis e incoerentes abismados nas trevas da ignorância que os domina e auxiliemos aos nossos irmãos carecidos das noções rudimentares mas que têm ardentes anhelos de prestar seus serviços à associação, empregando a bem de seu progresso todo o tempo disponível”(...) “Tudo isto é devido a uma ignorância mais digna de compaixão do que de censura ao procedimento incorreto dos insensatos pais de família que condemnam seus filhos à nullidade eterna, a um objecto imprestável para tudo que constitue o progresso dependente do intellecto de seus promotores; são estes os pais desnaturados que, com a mira no minguado salário da criança, collocam o interesse pecuniário acima da educação primária, que é a primeira phase do desenvolvimento das intelligenças fecundas e a origem de todos os nobres sentimentos que dão impulso à humanidade”(...).

“Procuremos pois, caríssimos collegas, o melhor meio possível de nos instruir, para não merecermos o vergonhoso qualificativo de ignorantes; trabalhem sem treguas em prol do engrandecimento desta associação, afim de, futuramente, ella possa manter aulas primárias e secundárias e facilitar-nos os meios de recebermos a civilização de que tanto necessitamos”

(Estatutos da Junta Auxiliar do Operários, Nova Lima – Minas : Tipografia

Clark, 1904, p. 5 e 6)

Foi seguindo esse preceito civilizatório que a Junta Auxiliar participou do movimento operário de sua época. Organizou conferências, abriu as páginas de seu órgão informativo para debates, para noticiar acontecimentos e atividades de outras entidades e sindicatos espalhados pelo país. Integrou de forma incisiva o conjunto dos trabalhadores nacionais da Morro Velho à luta da classe trabalhadora como um todo.

Creio que mesmo frente a escassez material e documental com a qual trabalhei, pude dispor para a presente pesquisa indícios e informações que me possibilitam aprofundar o entendimento sobre a questão educacional, seja do ponto de vista exclusivamente escolar seja daquela não escolar. Posso afirmar estar vendo à nossa frente um rico momento onde se apresentam os primeiros movimentos do despertar do “trabalhador nacional”. Mais que isso, a “descoberta da importância da educação, como

instrumento de civilização, como um bem que recupera ao homem trabalhador sua dimensão humana. Que pode ajudá-lo a ser mais que a “animalidade” do trabalho sob o capital. Vencer a luta da civilização contra barbárie que o capitalismo representa para a maior parte humanidade. Principalmente, porque penso, conceitualmente, que avancei, teoricamente sustentando a tese que até aqui defendi.

A necessidade de escrever na história da educação parte da educação que subjaz à prática social, educação que pode elevar o nível de consciência social e de classe da percepção da realidade, implica identificar no horizonte da ação concreta das classes que compõem nossa sociedade os elementos que deram concretude às suas esperanças e que lhes possibilitaram transformar a realidade, tentar construir uma outra sociedade onde a civilização fosse aquilo que deve ser, uma construção coletiva que trás ao homem sua própria humanidade.

Já naquela época, numa vila perdida nos confins de Minas Gerais, vários grupos de homens, como tantos outros de nossa história e espalhados pelo país afora, me permitiram mostrar que a educação é muito mais que a existência da instituição escolar e, por assim ser, é que apesar dela não se reduzir àquela, é que se luta para que tenhamos, e nossos filhos e os filhos de nossos filhos, o direito de educar-se. Educar é muito mais que garantir acesso à instrução é também criar as condições históricas, políticas e culturais para “recebermos a civilização que tanto necessitamos”. Assim, os homens livres que há muito tempo eram tidos e havidos como dissolutos, indisciplinados, preguiçosos e improdutivos, mostravam que, muito mais do que serem obrigados a trabalhar, estavam dispostos a participar do ato de escrever uma outra história, um outro destino para si e para o mundo.

## **CONCLUSÃO**

## **EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.<sup>1</sup>**

No universo dos conhecimentos produzidos pela pesquisa educacional, não há como negar, são hegemônicos aqueles relacionados às instituições educacionais escolares, ao sistema escolar formal. Tal hegemonia é admitida como natural, pois a idéia e o conceito de educação predominantemente estão associados a uma mentalidade e concepção restritivamente escolar. A hegemonia dessa abordagem na produção científica específica da educação é considerada como ponto pacífico e poucas vezes questionada. No pensamento e na produção historiográfica educacional não são diferentes.<sup>2</sup>

Independente do referencial teórico/epistemológico (positivistas, historicistas, marxistas e outros mais), na história da educação, a produção de conhecimento e pesquisas são mínimas no tocante à educação não-escolar. Pouco conhecemos, por exemplo, da dimensão educacional não-escolar presente na vida dos setores subalternos de nossa sociedade, pouco conhecemos sobre a dimensão e natureza educacional e pedagógica dos sindicatos, partidos e organizações criadas e controladas pelos trabalhadores, na própria empresa, nas múltiplas formas de resistência e organização criadas pelos trabalhadores em diferentes momentos históricos.

O presente trabalho de pesquisa procurou trilhar por um caminho diferente do escolar e contribuir para a construção de um saber, um conhecimento, que diz respeito a um outro fazer educativo: o da educação não-escolar.

---

<sup>1</sup> O título e a introdução foram construídos a partir das contribuições e questões teóricas do artigo de Almerindo Janela Afonso, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal e cujo título é "Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? Naquele artigo, o autor entende que a Sociologia da Educação tem se traduzido numa identificação redutora, num cantonamento arbitrário e prejudicial por confinar, enclausurar tal campo de conhecimento à educação escolar.

<sup>2</sup> Em relação à história da educação, mais à frente, será desenvolvida e aprofundada esta análise e tentarei dar uma explicação mais pormenorizada e fundamentada para posturas como estas. Pois, para mim, muito mais que uma simples escolha de objeto, estas posturas escondem um poderoso "preconceito", veremos que se trata de uma "opção" eivada de um conjunto de valores ideologicamente bem definidos e, do ponto de vista de supostas posturas muitas vezes defendidas como sendo opção individual do pesquisador, teórico-metodologicamente na verdade elas refletem muitas vezes os interesses dominantes, estão ligados, em parte, à lógica hegemônica que permeia organicamente as estratégias e projetos historicamente desenvolvidos por estes setores.

Em função desta "opção" e caminho, enquanto um estudo possível, esta introdução desenvolve considerações sobre três pontos que considerei importantes ao leitor para ser apresentado ao tema aqui tratado, necessários à compreensão do tema abordado.

O primeiro ponto, além de apresentar, definir e fundamentar o conceito de educação não-escolar, procura esclarecer ao leitor a importância desse conceito para a educação, uma vez que ela está presente em outras dimensões e espaços da vida e da dinâmica social, suas limitações e dificuldades. Segundo, mostrar onde minhas argumentações encontram sustentação e as influências de um conjunto de teses e teorias básicas de diversas áreas do conhecimento. Afinal, foram essas teses e campos de conhecimento que deram corpo e densidade conceitual tanto às justificativas quanto para a fundamentação do conceito de educação (e educativo, este entendido enquanto processo real e prático de realização da educação) com o qual estou trabalhando.

O terceiro ponto procura, sussintamente recuperar o contexto no qual a questão da educação não-escolar emerge com força e passa a ser campo de pesquisa na Sociologia, na Antropologia, Psicologia e Filosofia. Como essas preocupações desses outros campos do conhecimento contribuíram para que no Campo Pedagógico tais preocupações inflexionassem a questão educacional para a questão da educação popular, para a educação não-escolar. Senti que seria importante, principalmente no que diz respeito a história da educação, abordar o contexto histórico e os acontecimentos político-sociais que influíram de maneira decisiva para o aprofundamento e consolidação de trabalhos e monografias que firmaram a temática da educação não-escolar enquanto linha de pesquisa (se trata também do momento que minha atenção começou a se voltar para a educação não-escolar).<sup>3</sup>

A presente dissertação, levanta um conjunto de questionamentos, teses e considerações que procuram esclarecer e aprofundar a compreensão sobre as causas e as implicações decorrentes da hegemonia das abordagens escolacentristas sobre a produção, a natureza e características dos conhecimentos produzidos na educação. Pois, entendo que o predomínio das linhas de pesquisas da educação escolar tem implicações e/ou conseqüências profundas sobre a percepção do que entendemos por educação, nossa

---

<sup>3</sup> Creio que se trata do mesmo contexto histórico no qual a problemática da educação não-escolar emergiu com vigor.

compreensão do conceito de educação, sobre o que entendemos por educação e vice-versa. Tem atuado de maneira decisiva sobre o entendimento que temos de quais são seus espaços e suas formas de interpenetração com a realidade e as relações sociais estabelecidas entre as classes, a consciência e identidade social destas. Entendo, inclusive que, tal hegemonia tem provocando algumas distorções sobre como entendemos realmente a questão da formação do ser humano e o papel real da educação escolar e de outras formas e espaços educativos nessa formação. Creio que esse entendimento, teorias e conceitos foram ideologizados e são parciais simplesmente por ser tal hegemonia decisiva na determinação e delimitação dos objetos, dos recortes e do perfil do padrão da pesquisa desenvolvido nos meios acadêmicos. O que influi decisivamente no conhecimento produzido pois sua centralidade naturalmente está voltada para a questão institucional, formal da educação. Inclusive, foram determinantes no perfil dos diferentes tipos de conhecimentos gerados na história da educação sobre a questão escolar.

Meus argumentos e considerações tentam mostrar como, na prática, os pesquisadores e historiadores da educação, no que diz respeito ao avanço e enriquecimento do próprio conhecimento histórico da educação, estão ligados diretamente a determinações, por natureza, ideológicas e como, tanto pesquisadores quanto suas produções e concepções teóricas, se situam no quadro maior da correlação de forças existente entre as classes sociais e na luta de classes. Essas considerações e análises foram feitas procurando contribuir para aprofundar e ampliar a reflexão e a crítica sobre os problemas e questionamentos pertinentes à educação não-escolar, criando argumentos provocativos e que chamam ao debate, estudiosos e pesquisadores da educação, em específico da história da educação. Esta pesquisa procura abrir um espaço de interlocução e diálogo junto aos estudiosos, pesquisadores que trabalham com posturas teórico-metodológicas escolacentristas, que associam de forma direta e automática a história da educação apenas às especificidades da educação escolar.

As considerações que virão a seguir procuram não somente abrir um questionamento necessário à produção teórica da história da educação mas, apontar diretamente para a educação não-escolar e reafirmar sua importância enquanto objeto e área de pesquisa.

Primeiramente, então, quanto ao conceito de educação com o qual estou trabalhando, tenho como ponto de partida a tese, também defendida por Arroyo (Arroyo, 1987, p.12), de que as "diferentes lutas sociais educam a classe trabalhadora, num processo de aquisição-construção de uma identidade coletiva".<sup>4</sup>

Para ele os esforços de muitos pesquisadores demonstram que se vem construindo, paulatinamente, a teoria pedagógica da formação do homem, não apenas na escola, mas no social, no real (isto é, em se tratando da formação humana, mesmo se o pesquisador tem como referência o universo da instituição escolar, ele deve situar a escola no quadro maior da formação humana e da luta de classes, como parte desse real). Considera que há, na vida da sociedade, uma pedagogia em marcha, que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e político organizativa. Afinal, não há como negar que a hegemonia nasce na fábrica, no mundo da produção material e passa pelo campo político e se insere nas próprias relações sociais. Influi decisivamente nas determinações legais e normativas, na organização e desenvolvimento das estruturas educacionais, nas políticas educacionais, nos seus objetivos, no perfil do profissional que se quer formar para atuar no mercado de trabalho, no mundo da produção e dentro do próprio sistema educacional (Arroyo, 1987, p.12).

Considerando ainda que, primeiro, este processo pode ser admitido como válido para outros setores e classes sociais, segundo, que pelo fato de subsistir, a partir das diferentes lutas, conflitos e interações entre estas classes sociais, permeando diferentemente os vários espaços da vida social, dentre eles especificamente aqueles dos processos educativos, sejam eles escolares ou não, estes processos devem ser analisados e estudados a partir de um ponto referencial que permita perceber que, mesmo na quase ausência ou apesar da educação formal, o processo de aquisição-construção de uma identidade coletiva passa necessariamente por um aprendizado que se desenvolve historicamente nos diferentes espaços, nas lutas e transformações que ocorrem dentro deles e que, inclusive, até o redefinem e vice-versa. E mais ainda, o processo de aquisição-construção de uma identidade coletiva passa a ser o núcleo do educativo. Neste sentido, posso tranquilamente

---

<sup>4</sup> Ampliando um pouco mais esta tese, estou admitindo que ela é válida para as outras classes e setores sociais, inclusive a própria burguesia.

trabalhar com um conceito amplo de educativo-educação, jogando-o para além dos muros da educação escolar e afirmar que o mesmo, enquanto processo sócio-histórico, não pode ser reduzido apenas à escolarização formal e firmar os agentes envolvidos nesse processo como agentes produtores de saber. Nesta perspectiva, a "problemática" do educativo-educação, para ser devidamente entendida, não pode prescindir das formas e instrumentos criados e desenvolvidos pelas classes sociais nas lutas, conflitos e contradições presentes no processo de construção de sua identidade social. Oras, nestes termos, não só o educativo-educação mas também a própria história da educação deve, necessariamente, ser recolocada a partir dos próprios movimentos e conflitos sociais. Estes, além de funcionarem como contrapontos à lógica hegemônica, se constituem nos elementos básicos fundamentais da dinâmica social, constituem o terreno no qual são geradas e desenvolvidas contra-ideologias (Severino, 1986)<sup>5</sup>, ao meu ver outras ideologias, pois o conceito de contra-ideologia passa idéia de que a produção e elaboração de ideologias que não aquelas hegemônicas são geradas e existem em função daquelas. Além disso, permitem afirmar e mostrar, dados os limites do que podemos acompanhar do ponto de vista das produções centradas exclusivamente num ponto de vista escolacentrista, "a impossibilidade da teoria e da prática educativa, inclusive aquela escolar, ficarem alheias aos processos educativos que passam pela produção material da existência humana". (Arroyo, 1991, p.163)

Argumenta Arroyo que no Brasil a nação não tem conseguido refletir seu próprio rosto, ela tem refletido o rosto da burguesia; pois, existe uma teoria da educação que se alimenta da lógica que diz: "Fora da escola não há salvação". Muito do que se produziu e produz, cientificamente na pedagogia, e este é também o meu ponto de vista,

---

<sup>5</sup> Para o autor, apesar da própria história da educação dar um depoimento incisivo de ganho às perspectivas reprodutivistas da educação, a força da contradição que permite superar esta condição, estando presente também no processo educacional formal, é "uma realidade em todo o processo social,... é no plano do real que impera o princípio da contradição e as forças contraditórias podem ser ativadas pela práxis humana". O nó de meu trabalho, se justifica pois, parte de uma idéia de educação que está ligada às condições reais da práxis humana, não abdica de trabalhar com os processos educacionais no seu conjunto. Neste sentido, o espaço educacional, mesmo o não-escolar, é base real da práxis humana, instrumento estratégico na construção da hegemonia. A educação enquanto tal, pode desenvolver e implementar um discurso contra-ideológico, uma prática contra-hegemônica. As análises-argumentos desenvolvidos por Severino a cerca da educação como expressão da realidade material da práxis humana, já haviam me suscitado a idéia de ampliá-lá para além da restritividade institucional do escolar e buscar outros espaços e áreas que, como a escola, permitem uma práxis educativa que está situada ao nível da gestação da consciência de classe e das relações sociais, um instrumento de formação política das classes e sujeitos sociais.

principalmente no que se refere a história da educação, foi construído numa perspectiva escolacentrista que não considera os setores populares como educandos produtores do saber no qual se fazem e se educam. E ainda mais, esta lógica é contrária aos interesses das classes populares por lhes "negar" o direito à educação através da dinâmica social (Arroyo, 1987, p.12) A implicação mais imediata que se pode identificar é que por um lado estes argumentos refletem parte das condições reais que procuram negar ou desqualificar a identidade social das classes populares mas, por outro lado estas classes, no que diz respeito aos movimentos sociais, enquanto realidade política efetiva, estão presentes na vida da sociedade, e sempre estiveram, mostrando concretamente que, mesmo em condições muito desfavoráveis e precárias, são e continuarão a ser educandos produtores de saber. Além disso, a lógica escolacentrista pode se prestar a esconder uma face da realidade, aquela que mostra que a burguesia não se educa apenas a partir do sistema escolar institucional, ela possui e desenvolve outros espaços e instrumentos de educação e formação intelectual, tem acesso quase exclusivo a outras formas de cultura e educação que lhe garantem uma formação qualitativamente diferente daquela pertencente a outros setores da sociedade. E o mesmo ocorre com estes outros setores nos seus espaços próprios, com seus instrumentos e formas de cultura e educação. A sociedade como um todo se constitui numa imensa teia de relações e influências, pontos e momentos de contato e incorporação outros até antitéticos e de exclusão radical.

A crítica encetada por Arroyo me auxiliou no desenvolvimento de argumentos que dão sustentação à tese de que a própria história da educação ao tomar como verdadeira a tese de que fora da escola não existe educação, na maioria das vezes desconsidera e silencia uma outra educação, aquela própria da pedagogia presente nos movimentos e conflitos sociais (Santos, 1992). Não considera que a educação não-escolar, tanto quanto a escolar, também faz parte daquele locus fundamental do saber, o movimento social. Neste sentido, se trata de um saber que diz respeito a um fazer que traz em si formas de educação que lhe são específicas e inerentes. Quando não se omite deliberadamente, se perde de vista, que para se abordar o educativo, mesmo o escolar, convenientemente, este, deve ser necessariamente entendido como fenômeno social mais amplo e que este se dá em face de outras formas de educação, que estão vivas na dinâmica social, cuja relevância para

distintos setores da sociedade é inquestionável enquanto instrumento de resistência, de identidade e nos remetem a relações de poder outras que se quer compreendemos.

Reitero, até recentemente, a educação não-escolar não era percebida ou se quer considerada como uma problemática pertinente ao campo do pensamento pedagógico, era um objeto temático pouco abordado pelos estudiosos e pesquisadores da educação. Por outro lado em outras áreas do conhecimento as questões pertinentes à questão educativa, quando não eram secundarizadas em detrimento de questões mais “relevantes” ou dada a pureza da área, se reduziam às formas de controle e reprodução social. Mesmo atualmente, as formas de educação desenvolvidas de maneira não-escolar, principalmente pelos setores subalternos de nossa sociedade, não vêm recebendo a importância que lhes deveria ser dada no meio acadêmico.

Com sérias implicações teóricas e práticas, sem falar nas políticas, infelizmente, tanto do ponto de vista das teorias pedagógicas quanto da história da educação, o processo de aquisição-construção da identidade coletiva, principalmente o das classes populares sempre foram e têm sido na atualidade, sistematicamente negados, bloqueados, desestruturados e esmagados não só pelas nossas elites. E o mais triste de se constatar, muitas vezes com o respaldo consentido ou não de um conjunto significativo de nossa intelectualidade acadêmica. Inclusive, no que diz respeito à história da educação, nos programas e nas bibliografias adotadas na pós-graduação, se percebe que a formação dos novos pesquisadores se ressentem da carência de trabalhos e pesquisas que abordem historicamente, outras perspectivas e formas de educação. Isto, ao meu ver, permite afirmar com ótimo grau de segurança a hipótese de que existe um conjunto significativo de intelectuais e estudiosos hegemônicos, cujos trabalhos ou linhas de pesquisas atestam que "a memória das ações e lutas dos trabalhadores não tem o lugar devido na história oficial", (...), "sua memória social é obscurecida" (Wanderley, 1986, p.15). O que se pode perceber é que na verdade, se formos aprofundar mais nossos argumentos na linha crítica que desenvolvi até agora, não há como refutar as considerações apresentadas por Arroyo, em afirmar que aos intelectuais da educação falta maior lucidez sobre como se forma o homem nas relações sociais.(Arroyo, 1987, p.12)

Em tempo, seria bom deixar claro ao leitor que não estou aqui afirmando a escola como desnecessária às classes populares. Ou que essa instituição ou as políticas públicas

não sofram influências desses setores, principalmente os sindicais. Não se deve desconsiderar a importância e os perigos que revestem a educação escolar formal para estas classes na luta pela construção da direção da sociedade, na luta pela hegemonia, muito menos negar sua importância tendo em vista apenas seu papel enquanto aparelho de estado e responsável pela reprodução das relações simbólicas, de poder e de produção, quando sabemos que ela também se constitui num espaço contraditório de conflito e luta da sociedade civil. O problema necessariamente não é este, ele está em outro lugar. A questão é de outra natureza no que tange as abordagens que privilegiam a instituição escolar. Pois, a lógica que afirma que fora da escola não há salvação não considera que, quanto ao processo de aquisição-construção da identidade dos setores e classes populares, estes não têm tido a possibilidade de construir e estruturar seu próprio pensamento. "A lógica desse escolacentrismo tem sido destacar a importância da escola a partir de um olhar pessimista do social como deformador e deseducativo" (...) "O discurso "escolástico" se torna moderno, mas a lógica continua velha, movida pelo medo às transformações educativas e culturais que passam pelo movimento do real". Este discurso, talvez muitos de seus defensores não tenham se apercebido disto, esconde o caráter tradicional e conservador deste tipo de produção teórica. Se trata de uma teoria que é "marcada pelo idealismo e seu desprezo pela realidade social e natural como espaço formador e em contrapartida sua ênfase no intelecto, no culto e cultivo do espírito". Uma teoria que a priori determina o que se deve considerar como tempo e como espaço educativos, o que é educativo e o que não é educativo (ou o que é tido por deseducativo). Nesse quadro, inclusive teoricamente, se tem como educativos aqueles espaços e tempos que se "vinculam com o pensar e seus produtos: a meditação, o filosofar, o debate, a fala, a leitura... e como deseducativos aqueles que se vinculam com o aprendizado do ofício, com fazer, trabalhar, plantar, colher, com o corpóreo, com os sentimentos, emoções e paixões" (Arroyo, 1991, p.164-7)

Muitas experiências e práticas educativas por pertencerem ou serem enquadradas no espectro "deseducativo" foram por um longo tempo, e ainda o são, partes "silenciadas" na história da educação, são partes que não têm tido voz e vez. Posso dizer que se trata de uma outra história e que só muito recentemente começou a ser desvendada, aquela que, como defendido por alguns outros autores de outras áreas do conhecimento, pertence aos

"vencidos" (De Decca, 1988).<sup>6</sup> E, principalmente se virarmos nossos olhos para antes do início do século vinte não veremos quase nada, somente que há um imenso vazio, um silêncio quase sepulcral que poucas vezes foi interrompido.

O que se pode notar é que muitos intelectuais, inclusive comprometidos, engajados politicamente e que se preocupam com a "democratização" do saber historicamente acumulado e desenvolvido pela humanidade, parecem não perceber que a lógica escolacentrista, apesar da inegável importância da escolarização formal/institucional para as classes subalternas, reafirma o modo pelo qual estes setores têm sido esmagados enquanto pensantes, enquanto sujeitos de conhecimento e de cultura.<sup>7</sup> É neste exato ponto que a questão se torna emblemática, pois se pode chegar a garantir escola de boa qualidade para todos, como nos países desenvolvidos, e continuar negando educação ao povo, pois continua sendo negada a possibilidade de o povo estruturar seu pensamento e manifestá-lo em ações políticas (Arroyo, 1987, p.12). No meu entender isto não quer dizer que estes setores (povo) estejam alijados da possibilidade de criar mecanismos e formas de processar sua identidade coletiva, desenvolver, estruturar e construir, saberes, formas de pensamento e ação não vinculados às determinações da lógica e da política escolacentrista instituída. Ao contrário, posso afirmar que a pesquisa e o estudo histórico aqui realizados, trouxeram à luz muitos dados e elementos que permitem defender a tese da educação não-escolar. Foi possível identificar e localizar historicamente a existência de processos educativos não-escolares que ao meu ver, necessariamente, mesmo à revelia e/ou em detrimento de sua condição "marginal", fazem parte da história da educação. A pesquisa permitiu "mostrar" claramente como estes setores se educaram, produziram saberes e conhecimentos que se manifestaram inegavelmente em ações políticas ou em formas de organização sócio-

---

<sup>6</sup> Estou usando o termo "silêncio dos vencidos" no mesmo sentido empregado por Edgard S. De Decca em sua obra "1930. O Silêncio dos Vencidos".

<sup>7</sup> Mesmo porque o que se tem tomado como "saber historicamente desenvolvido e acumulado pela humanidade" diz respeito a um tipo específico e restrito de saber e conhecimento, dentro do conjunto de saberes e conhecimentos desenvolvidos pela humanidade como um todo. Este saber não está alheio a um filtro e um recorte ideológico, específico dentro de nossa sociedade e civilização. Creio que um conceito tão genérico e universal como o de "a Humanidade" deve ser utilizado com um pouco mais de precaução para não se infringir, pelo menos, uma regra básica da lógica formal, existente desde a Grécia dos tempos de Aristóteles, das relações existentes entre a parte e o todo, o contingente e o universal, e que se um único elemento contraditar ou negar a tese genérica universal, esta deixa de ter valor universal.

culturais próprias de grupos e comunidades negras. Como no processo real da vivência social os sujeitos sociais mantêm aquela tensão básica existente entre aqueles que educam e aqueles que fazem a educação, em específico, num momento em que a polarização das relações sociais eram próprias de uma sociedade escravocrata moderna. Me parece muito mais que à historiografia da educação, mais do que dificuldades de natureza objetiva nas pesquisas, o que temos não é só falta de preparo mas, principalmente falta de vontade política para realizar a ruptura dos vínculos que mantêm com as teorias tradicionais, de suas heranças com as influências do pensamento das elites sobre a realidade (Arroyo, 1991, p.167).

Procurando clarear ao leitor os termos de minha argumentação, gostaria de abrir por alguns momentos um parêntese na argumentação que estava desenvolvendo, para depois retomá-la mais à frente, para que possam entender melhor a origem e as condições pessoais que me trouxeram até aqui e lhes informar que os elementos teórico-conceituais, com os quais estou trabalhando, muitos deles foram elaborados e desenvolvidos por estudiosos e pesquisadores de outras áreas do conhecimento e não só da educação. Afinal, foram essas contribuições, esses elementos, que me permitiram tecer considerações necessárias e fundamentais para justificar a importância de uma história da educação a partir de uma abordagem não-escolar, contextualizá-la historicamente enquanto área temática e de pesquisa.

A contribuição dos muitos autores aqui citados por si só não são suficientes para contextualizar o surgimento e determinar o vigor e as implicações sócio políticas na qual emergiram os primeiros traços daquilo que viria a ser um esboço, um delineamento grosseiro e bruto da abordagem temática aqui explicitada. O que posso destacar, de forma não aprofundada, talvez seja o caso num trabalho de fôlego que trate especificamente deste recorte, é que de forma mais constante, vigorosa e sistematizada a "problemática" (isto é, problemas e questionamentos pertinentes e específicos ao tema) da educação não-escolar floresce no bojo das discussões e debates que nasceram no final dos anos 70 e início dos anos 80 e cada vez mais foram se tornando imprescindíveis para se qualificar melhor a própria história da educação, não só enquanto disciplina acadêmica mas, também e principalmente, campo de pesquisa e produção de conhecimento.

Pesquisas, ensaios e artigos voltados para esta temática começaram a emergir com vigor a partir daqueles anos e, ao meu ver, tais preocupações foram decorrências diretas da entrada dos sindicatos, dos movimentos sociais, de "novos personagens" <sup>8</sup> na vida política do país naquele momento histórico. Além de cumprirem um papel decisivo para a democratização política da sociedade brasileira, como ocorrera em outros momentos anteriores, os novos personagens explicitavam as demandas classistas específicas da sociedade civil (Maranhão, 1979). Assim, como já apresentado anteriormente, havia até os anos setenta, entre os estudiosos da educação, uma visão de característica elitista se movendo dentro do universo da história da educação. Esta se restringia ao espaço e as demandas e debates ligados ao universo institucional e político "pertencentes" ou sob hegemonia da classe dominante (quando estes estudos e pesquisas sobre a educação e sua história acabavam por abordar questões pertinentes ao universo das classes subalternas, estas quando não estavam a reboque das teses e propostas determinadas pelas elites, acabavam secundarizadas enquanto projeto histórico, práxis educativa e postura política). Tal visão impediu que fossem consideradas outras formas e espaços de ação ou mesmo as tratadas implicações decorrentes da existência de projetos políticos sociais destoantes do oficial. Estas outras formas de educação, ao meu ver, estavam presentes em diversos espaços de ação e organização, organicamente presentes na práxis social destes setores, foram necessariamente os elementos que deram efetividade às suas ações políticas. Por sua vez, em muitas destas obras e pesquisas, ao contrário daquilo que se queria, sempre ficava subentendido na história da educação, mesmo quando dotada de um discurso engajado numa perspectiva progressista, que traziam em si mesmas elementos estruturais e materiais que permitiram a caracterização e identificação de uma "pedagogia em curso no social", principalmente aquelas ligadas às classes subalternas. Principalmente porque a história era escrita apenas a partir da ótica das classes dominantes, num perspectiva teórica vinculada a uma visão conservadora de educação, do que era educação e do que era o espaço, o lócus próprio para se ter a ação educativa.

---

<sup>8</sup> O termo "novos personagens" está sendo trabalhado no mesmo sentido empregado por Eder Sader em sua obra "Quando novos personagens entram em cena".

A exemplo do que ocorrera até meados deste século na historiografia e nas análises políticas sobre a classe operária que impedia que esta fosse sequer considerada como fato político (Maranhão, 1979, p.8), o mesmo se pode constatar na maioria das pesquisas e das produções teóricas sobre a educação (inclusive na história da educação). A educação não-escolar permaneceu praticamente silenciada e à margem do conhecimento pedagógico.

O vazio e o silêncio foram vencidos, principalmente porque os movimentos sociais do final dos anos setenta funcionaram como um divisor de águas para a vida política e intelectual do país, os acontecimentos daquela época, e que tinham como principal foco de tensão os trabalhadores do ABC, acabaram suscitando no meio acadêmico o aparecimento de novos questionamentos, novos campos e áreas de pesquisa e de investigação, muitas vezes possibilitando que houvesse dentro da historiografia corrente o reforço dos argumentos, muitos daqueles já existentes, que voltavam suas atenções para as práticas educativas não-escolares. O que tornou possível o aparecimento de novos conhecimentos e saberes.

A partir daquele momento se pode perceber, cada vez mais freqüentes, pesquisas e produções teóricas preocupadas com aspectos da educação popular e da "auto-educação" promovida por estes setores. Surgiram produções acadêmicas preocupadas com a formação e construção da identidade das classes sociais, com sua cultura, com as formas e tipos de educação ou auto-educação fora da escola, principalmente aquelas que as classes populares proporcionavam para si próprias (Manfredi, 1986). Foi na complexidade desse novo quadro político e social que a educação não-escolar começou a ser abordada mais incisivamente nos programas de pós-graduação. Pesquisadores, filósofos, historiadores, sociólogos, antropólogos, pedagogos, etc, voltaram suas atenções para ela. Por outro lado, aquele foi um momento em que a sociedade brasileira além de ter sido sacudida pelos movimentos sociais e muito do que passou a ser produzido no país em termos de conhecimento sobre as classes subalternas, estes homens esquecidos, cidadãos que haviam sido considerados por um longo tempo como de segunda categoria, e para nossas elites econômicas e intelectuais, tratava-se de homens para os quais não havia espaço no mundo da educação acadêmica, os intelectuais acadêmicos também estavam sendo sacudidos por um tipo específico de abalo, que atingiu nosso mundo acadêmico de forma tão avassaladora quanto aquela ocorrida em outros países. As contribuições vindas de outras áreas do conhecimento como a história, a

sociologia, a antropologia, filosofia, economia, etc. Estas novas contribuições teóricas e político-sociais, foram determinantes para uma inflexão e um retomada de curso das linhas de pesquisa desenvolvidas nas áreas de ciências humanas no país. Naquele momento não há como negar que as publicações de novos autores, com novas abordagens e enfoques deram um impulso muito forte ao conhecimento histórico, sociológico, filosófico e pedagógico brasileiro. São irrefutáveis as contribuições teóricas de autores como A. Gramsci, E. P. Thompson, Eric J. Hobsbawm, Michael Apple, Mariano Enguita, Michel Foucault, Mário A. Manacorda, George Snyders, Henry Giroux, Jacques Le Goff, Pierre Villar, J. Habermas, Walter Benjamin, Adorno, Michelle Perrot, Nestor Garcia Canclini e muitos outros. Todos estes autores, hoje, constituem, e mesmo que se tenha pontos de vista epistemologicamente divergentes, reconhecidamente, bases fundamentais na produção científica, na produção sociológica, historiográfica e em específico na oxigenação e produção de novos conhecimentos na pedagogia. Nossos pesquisadores, principalmente historiadores, sentiram a força, a influência e o impacto do pensamento marxista e das chamadas heterodoxias. Com vigor, estas contribuições teóricas passaram a ser utilizadas para aprofundar e abrir novas perspectivas de entendimento da nossa realidade, de nossa história, de nossa cultura. A produção e os debates historiográficos estavam em completa ebulição no país e no mundo. Mas, mesmo diante de um quadro tão efervescente, a historiografia educacional tradicional parecia não dispor de justificativas teóricas suficientes para atribuir relevância à educação não-escolar.

Meio a reboque, a história da educação, parece, começava a correr atrás do prejuízo tentando, meio constrangida, participar tanto do debate e das discussões que estavam sendo apresentadas, quanto das questões que eram direta e indiretamente decorrentes, em trabalhos como os de Eder Sader, Julita Scarano, Célia Maria M. de Azevedo, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Laura de Mello e Souza, Ecléa Bosi, Edmar Morel, S. Micelli, Carlos G. Mota, Ciro Flamarion, Peter Eisenberg, Eva A. Blay, Edgard S. de Decca, Maria Célia Paolli, Marilena Chaui, Lúcio Kowarick, Marlise M. Mayer, Carlos R. Brandão e outros. Mais especificamente na educação chegam ao país, de maneira contundente e massiva, as obras de Paulo Freire, emergem nomes como Carlos Jamil Cury, Dermeval Saviani, Moacir Gadotti, e mais especificamente sobre o universo não-escolar Silvia Manfredi, Olga Von

Sinsom, Zeila de Martine, Olinda Maria Noronha, Márcia Leite, Liliane Signine, Maurício Tragtemberg, Miguel Arroyo, entre tantos outros a nível nacional.

Foi dentro desse contexto que meu interesse por questões desta natureza encontraram raízes. Primeiramente, em minha própria experiência de vida, principalmente porque, desde minha infância, na região onde nasci e passei maior parte de minha infância - sul de Minas Gerais, sempre convivi ou estive ligado a pessoas que viviam, construíam e transformavam a cultura popular em realidade material, nas Congadas, nos Caiapós, nas Catiras, nas Folias de Reis. Em segundo lugar na juventude estive ligado à militância estudantil de meados dos anos setenta e posteriormente já adulto participei da vida sindical e política daquela região nos anos oitenta.

Do ponto de vista teórico, os elementos fundamentais para compreender a importância da educação não-escolar, presente na vida social, foram descobertos gradativamente, progressivamente, a partir de reflexões pessoais pautadas pelas considerações e contribuições teóricas de alguns autores anteriormente citados. Num primeiro momento, especialmente as análises e temas presentes nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Carlos R. Brandão foram fundamentais, pois tratavam de uma realidade por mim vivificada e que supunha conhecer. Assim, no início da década de 80, seus textos, bem como os de Paulo Freire, falavam de educação, saberes, conhecimentos e pedagogia, onde parecia não existir.

Como em diversas outras obras de sua autoria, um conjunto de pesquisas de campo ligadas à cultura camponesa e à educação rural, Brandão procurou fazer com que os cantadores de viola, foliões de Santos Reis, agentes de rituais populares, professores leigos, lavradores, fossem identificados e reconhecidos na condição de educadores, pessoas que ele considerou possuidoras de diferentes estilos e modos de fazer circular e reproduzir o saber popular. Brandão, "através dos seus olhos de antropólogo e com o uso da lógica de sua ciência", reitera que esta falando sobre Educação (no maiúsculo). Taxativo, afirma que as pessoas envolvidas estão falando "sobre situações, processos e pequenas estruturas de trocas de símbolos, através das quais flui o saber e o ensino do saber. Falam sobre educação, sobre o trabalho de ensinar-e-aprender" (Brandão, 1983, p.15).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Em tempo, não se pode desconsiderar o pioneiro trabalho, quase da mesma natureza mas que é bem anterior, desenvolvido na tese de doutorado defendida em 1964 por Antonio Candido, a qual tive acesso por

Felizmente, como citado anteriormente, já temos vários e muito bons trabalhos desenvolvidos e já publicados e que direta ou indiretamente abordam bem a temática da educação não-escolar. Muitas produções teóricas na área da educação e do pensamento pedagógico, surgidas nos últimos anos, vêm abordando os movimentos sociais e representam um passo importante para colocar de forma incisiva a questão da educação não-escolar, enquanto área e campo de pesquisa, no quadro teórico pedagógico da história da educação (Arroyo, 1991, p.18-9).

Especificamente na educação foram surgindo, nos últimos anos, temáticas novas como: pedagogia da fábrica, pedagogia do trabalho, pedagogia dos movimentos sociais, pedagogia dos conflitos sociais, formação politécnica e mais recentemente como tentando uma síntese, uma "nova" teoria pedagógica, a teoria da formação humana. São teorias que procuram dar conta de uma realidade e uma práxis educativa que apenas a educação escolar formal não consegue dar conta por si só e inclusive, dados os interesses envolvidos entre os sujeitos históricos fundamentais, muitas vezes são até conflitantes. Fundamentalmente, além das obras de Freire e Brandão, dentre muitas outras com as quais fui travando de forma sistemática e orientada contato com textos de diversas áreas do conhecimento que tratavam de assuntos ligados a estas dimensões, a estes espaços, a leitura de duas outras obras me foram determinantes nas atividades orientadas do programa de mestrado. No que se refere diretamente à educação, primeiramente a obra de Manfredi (Manfredi, 1986) trouxe contribuições importantes e me chamou a atenção, por dois motivos:

1) pela análise que ela faz, na apresentação de seu livro, sobre a natureza classista da produção teórica daqueles que vêm desenvolvendo trabalhos de pesquisa sobre os sujeitos sociais envolvidos nas experiências de educação popular das décadas de 1950 e 1960. E os limites que estão postos à própria produção teórica que aborda a educação popular, onde muitos daqueles que estiveram envolvidos naquelas experiências e movimentos, e posteriormente no seu "resgate" histórico, eram pessoas oriundas de setores da classe média. Segundo Manfredi aquelas pesquisas e estudos não se ativeram ou mesmo

---

volta de 1977, no Núcleo de Cultura Comparada do Instituto de Artes da Unicamp, CANDIDO, A. Parceiros de Rio Bonito, São Paulo:Cortez, 1987 .

não relevaram aspectos pertinentes às experiências e práticas desenvolvidas pelas classes subalternas, pelo proletariado. Tarefa que seu trabalho se propôs dar conta.

2) O recorte dado pela autora privilegiando aspectos fundamentais das formas de educação desenvolvidas pelos próprios sujeitos sociais no trabalho, no sindicato, nas associações, etc. Em especial sua preocupação está voltada para aquela história da educação que aborda as formas de educação criadas e desenvolvidas pelos trabalhadores (auto-educação que ela passa, ao longo do livro, a denominar como capacitação).

Em segundo lugar, posso dizer, buscando um pouco mais na memória, que nesta mesma época outro trabalho enveredava pelos caminhos de buscar atividades e iniciativas de natureza educativas, encetadas pelas classes subalternas. Cronologicamente anterior a publicação de Manfredi, havia a contribuição de Luizetto (Luizetto, 1984). Sua tese de doutorado, em relação à obra de Manfredi, talvez por conta da área de atuação, natureza da formação básica do autor e do espaço acadêmico onde foi produzida, é possível notar que possui uma abordagem diferente. Enquanto Manfredi se aprofunda e debruça de maneira mais incisiva sobre os diferentes projetos e seus aspectos político-ideológicos e busca a caracterização do educacional das ações e atividades educativas presentes no mundo sindical, Luizetto se ateve muito mais ao caráter literário da educação promovida pelas experiências desenvolvidas pelos anarquistas no começo do século XX em São Paulo.<sup>10</sup>

Estas linhas de pesquisa e as produções delas decorrentes e já publicadas permitem perceber a existência de vastos e ricos campos por serem explorados e trabalhados e que com certeza, há muito por se descobrir, construir e rever no conhecimento e nas teorias pedagógicas e principalmente, produzir e escrever na história da educação.

---

<sup>10</sup> Também importante nesta perspectiva histórica de educação não-escolar é o trabalho de Jomini, R. C. M., "Uma educação para a solidariedade". Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1990. Outro trabalho que procura apresentar uma nova perspectiva na abordagem da história da educação, apresentando a história da educação dentro do universo histórico da luta de classes, procurando identificar a tensão básica existente entre elas, bem como os diferentes projetos pedagógicos presentes na práxis social e centrando seu foco investigativo no papel dos operários, através do bloco operário camponês, na influência e determinação das políticas educacionais da década de 1930, na luta pela hegemonia na condução da sociedade, é a tese de doutorado de Paulo Ghiraldelli Junior lançada no livro intitulado "Educação e movimento operário." São Paulo : Cortez: Autores Associados, 1987. O autor poderia ter se aprofundado muito mais nas análises do movimento sindical da época e na caracterização do Bloco Operário Campônês enquanto movimento social ou mesmo enquanto "condutiere" (Gramsci, 1984) e o papel do Bloco e do próprio movimento social como experiência de auto-educação.

As colocações feitas anteriormente, concluindo, além de importantes e pertinentes para situar a temática, fundamentais à dissertação, deixam explícito que o educativo se dá também através da educação não-escolar. Assim, tecidas estas considerações, creio poder afirmar que a educação não-escolar, tanto quanto a escolar, também faz parte daquele locus fundamental do saber, o movimento social. Só que, nestes termos, temos o educativo entendido como fenômeno social total. A educação não-escolar se dá em espaços outros como na fábrica, no sindicato, nas organizações políticas, entre membros de grupos de Congadas, Caiapós, carnaval, etc. Esta educação não-escolar, inclusive, pode ser classificada e identificada, quanto a sua prática e ação concretas, de duas formas:

a) uma que ocorre de maneira formal, organizada e sistematizada, onde se pode perceber e identificar diretividade nas atividades propostas. Ela tem objetivos bem claros e explícitos, às vezes o objetivo precípua, de promover a formação, a capacitação e o repasse de certos conhecimentos, saberes práticos e técnicas. Tais atividades são prévia e deliberadamente planejadas e organizadas. Com conteúdos e temas selecionados, são trabalhados segundo estratégias, com procedimentos e atividades de treinamento/trabalho metodologicamente bem definidos. Esta educação, na maioria das vezes, está ligada ou tem suas raízes em empresas, organizações políticas (partidárias ou não), instituições e formas de associações ou sindicatos.

b) Na outra forma de educação que pode ser identificada, a diretividade e a intencionalidade não estão explicitadas claramente, pois ela ocorre, se dá, de maneira não-formal, é mediada sob formas variadas de transmissão, como a oral por exemplo. Ela pode ser caracterizada pela informalidade das relações estabelecidas entre seus membros, entre grupos, classes que ocupam na sociedade ou no modo de produção e na divisão do trabalho posições distintas, é pouco sistematizada em relação à anterior e muito menos em relação à educação escolar.<sup>11</sup> Nessa forma de educação, posso dizer que os objetivos e os saberes

---

<sup>11</sup> Creio que estes são pontos considerados, por muitos intelectuais "pedagogistas"(sic), como depreciativos e um dos principais motivos para justificar o demérito com que tal educação é tratada em relação ao quadro "maior" da educação formal e institucional ou daqueles espaços próprios da cultura pertencente às classes dominantes. Parecem crer verdadeiramente que a educação dos setores dominantes se restringi àquela oferecida pela escola. Tal postura, de per si, é uma denuncia à postura teórico metodológica e político-ideológica de muitos pesquisadores, inclusive na história da educação, nos ambientes da comunidade científico-acadêmica pedagoga (sic). Infelizmente, para muitos destes setores pedagogistas (sic), porque detêm o controle e a hegemonia na produção teórica e na definição das linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação, a educação não-escolar parece ser, sob quaisquer que sejam seus aspectos,

estão implícitos à ação de ensinar as folias, canções, danças, orações ou dada conduta moral, métodos e técnicas de trabalho, organização e ação, etc. E a própria ação/atuação política das pessoas, individual e coletivamente ou no próprio acontecer e desenrolar dos movimentos sociais, define um aprender e ensinar qualitativamente diferente daquele existente em outros espaços educativos.

Não há como refutar que estas práticas educativas transmitem dados conhecimentos, saberes, valores, tradições, refletem e veiculam os diferentes interesses dos sujeitos sociais e seus padrões culturais, outras formas de relação de poder, etc. E que em função das relações existentes ou daquelas que acabam sendo criadas e recriadas dadas as transformações ocorridas na sociedade e em suas condições de vida, tal educação não apenas sofre a influência destas modificações mas também, pelos conflitos que delas decorrem, permite aos setores populares a reelaboração e recriação, além daqueles novos que estão surgindo dentro do quadro maior da sociedade, dos seus padrões e valores próprios (Canclini, 1983).

A educação se confunde e se funde com o dia-a-dia da vida daqueles que estão diretamente envolvidos, na prática, nas relações de trabalho dentro da sociedade, àqueles ligados organicamente às manifestações culturais e que acabam exercendo atividades educativas "informais" (cantadores e congadeiros, Caiapós, foliões de reis, escola-sambistas, umbandistas, benzedeadas, líderes de movimentos político-sociais que surgem naturalmente por decorrência do próprio movimento e necessidade deste, etc). Nela, estão envolvidos processos específicos de ensino-aprendizagem que são responsáveis tanto pelos valores já existentes, como pela transformação e aquisição de novos valores e padrões de

---

tratada como sendo de última categoria, principalmente na história da educação.

Aproveito para esclarecer que a separação aqui apresentada é apenas um procedimento didático-metodológico pois, tal separação pode provocar análises monolíticas e impermeáveis de uma realidade por natureza porosa e flexível. Se assim não o fosse, poderia provocar o reducionismo, a fragmentação e compartimentalização das diferentes formas e tipos de educação e cultura. Assim, eu estaria incorrendo num erro da mesma natureza que havia criticado nos pedagogistas anteriormente.

Na realidade da vida social os diferentes tipos e formas de educação e de cultura são coisas que se interagem, estão em contato constante, se relacionando muitas vezes de maneira conflituosa, outras estão ligadas de forma quase orgânica, se interpenetrando. Na verdade estas diferentes formas de educação ocorrem concomitantemente, inclusive dentro de um mesmo espaço e comunidade ou grupo. Pois, a cultura de dada sociedade, e aqui vou me ater à cultura popular, está sendo entendida de forma dinâmica, produto em constante interação, transformação e criação e que, de forma espontânea ou não, diz respeito à sua memória. Absorvendo e resistindo às ideologias dominantes, a cultura popular é também expressão das contradições existentes entre as classes.

comportamento e também garantem a coesão e a identidade do grupo. Dentro do grupos e nas classes subalternas são os sujeitos envolvidos no processo de organização e direção, individual ou coletivamente, nas manifestações culturais ou nos movimentos sociais, que se tornam os principais agentes de aglutinação e/ou repasse desses conhecimentos e ensinamentos, têm uma autoridade e status social próprios é reconhecido pela comunidade, são peças chave no processo de desenvolvimento e transformação da cultura popular, pela organização e fortalecimento do grupo e/ou classe, nos movimentos sociais (muitas vezes acumulam e concentram as duas coisas).

As diferentes formas de educação não-escolar são importantes porque, assim como a educação escolar, dizem muitas coisas a respeito de questões relativas à natureza do estado, o exercício e construção das relações de poder desde níveis micro a macro estrutural, sobre a infra e superestrutura da sociedade e, necessariamente, de forma direta ou indireta, à própria educação escolar formal. Inclusive, ao nível das relações cotidianas, na sociedade ou na sala de aula quando se chocam os conteúdos formais e os padrões diferenciados de vocabulário e nos padrões lógicos e que permite abordar questões pertinentes às mudanças de padrões de conduta e comportamento. Oras, a questão ligadas à preservação ou mudança individual e/ou coletiva daqueles sujeitos históricos que compunham as relações sócio-culturais sempre acabam delineando aquelas que eram próprias dos sujeitos históricos pertencentes às classes sociais fundamentais, as relações e estruturas de poder existentes dentro dos grupos, as especificidades dos papéis sociais e sua redefinição na dinâmica do movimento social e cultural, etc.

Nos documentos e obras pesquisadas foi possível encontrar "bom material" que permitiu "recuperar" em parte a efetividade destas relações e a natureza praxiológica e pedagógica das ações e estratégias levadas a termo tanto pela empresa quanto pelas classes subalternas, pelos trabalhadores escravos e depois pelos "nacionais".

Procurei tomar o cuidado, para tanto, de efetuar a necessária "historicização" da temática, colocá-lá no contexto dos conflitos sociais da época, destacando e identificando os momentos e situações significativas que, direta ou indiretamente ficaram registradas ao longo do processo de desenvolvimento econômico determinado pelo capital inglês, sempre atento à dinâmica e à organicidade próprias aos agentes sociais envolvidos nos movimentos político-sociais de então, os momentos de agudização dos conflitos, as formas de

resistência, as estratégias e formas de ação, às distinções existentes entre os projetos pretendidos pelos diferentes os atores e sujeitos sociais.

Num trabalho dessa natureza, fui obrigado a considerar as expectativas e os aspectos de natureza subjetiva envolvidos no processo de reforma moral pretendida pelos dirigentes da empresa britânica, bem como aquelas diretamente ligadas aos setores sociais que lutaram e desenvolveram formas de resistência às transformações desejadas pelos capitalistas. Num quadro complexo como aquele, me parece, reitero, não poder considerar, sob pena de incorrer num reducionismo simplista, apenas as propostas e articulações político-educacionais institucionalmente estabelecidas, pelo estado ou pela iniciativa privada (clero) na sociedade (aquela da educação escolar formal, que a bem da verdade, na prática, não existia de forma sistemática, ampla e efetivamente massiva, até o começo deste século, principalmente na vida dos setores populares).

Na presente pesquisa foram privilegiados como espaços fundamentais da educação não-escolar, num primeiro momento, o espaço da empresa e suas áreas, as varias formas de atuação criadas e desenvolvidas pela empresa e que se estendiam (e se estendem ainda hoje) para além desses limites e se embrenhavam na vida e no dia-a-dia das pessoas pelos bairros e vilas, estavam (e estão) presentes nas formas de lazer e nos espaços coletivos de organização cultural próprios das classes, grupos sociais ou étnicos. Neste primeiro momento, trato da educação que, vinculada ao espaço de ação direta da empresa e suas áreas de influência, tinha o objetivo de transformar, homogeneizar as atitudes e comportamentos de natureza coletiva/cultural dos diferentes sujeitos sociais a padrões de comportamento e conduta consoantes às necessidades e interesses da empresa.

O desenvolvimento deste processo de educação procurava garantir a introjeção dos padrões de produção, das normas e disciplinas, dos horários, da laboriosidade e da adequação ao regime, organização e divisão do trabalho, das tarefas e do treinamento profissional próprios ao capitalismo inglês que se fixava. Em suma, modificação e introjeção de modelos e normas de conduta e comportamento adequados às necessidades e exigências do modo de produção capitalista industrial e suas relações sociais.

Um segundo aspecto de natureza educacional foi abordado, esteve presente, se desenvolveu concomitante àquele implementado pelos capitalistas, trata-se da educação presente nas formas políticas ou nas manifestações culturais e de auto-organização,

resistência e luta criadas pelos setores subalternos dentro desta mesma sociedade, nas formas de lazer, nas Congadas, nas ordens religiosas leigas e, desde o início deste século, nas juntas de auxílio mútuo e associações de classe. Trata-se daquelas formas de auto-educação que já naquela época permeavam a vida social e estavam presentes na dinâmica dos diferentes sujeitos grupos e movimentos sociais, garantiram junto às classes subalternas a criação/recriação da identidade do grupo, seus valores, necessidades e aspirações e que acabaram por redefinir suas formas de ação, a percepção e a consciência que tinham a cerca da realidade e suas relações.

Desde o momento em que comecei a dar os primeiros passos sobre este "novo" campo de pesquisa e objetos, procurando melhor definir a abordagem e a problemática da educação não-escolar na história da educação, pude perceber que havia uma questão, um debate de fundo permeando a relação existente entre produção do conhecimento histórico e os valores e princípios teóricos básicos defendidos por muitos historiadores da educação, principalmente aquele pesquisador que tem apenas como referência de análise e estudo a educação escolar (era e ainda é uma questão constante e recorrente entre os historiadores, seja na história em geral ou na história da educação em específico). Pois, por serem a história e a produção historiográfica produtos de natureza social, não cabem considerações de natureza subjetivista na determinação e delimitação dos temas, dos objetos e das linhas de pesquisa. Elas sempre possuem um caráter de natureza político-ideológico que as situam no quadro maior das relações sócio-históricas existentes entre os diversos sujeitos e classes sociais, à correlação de forças existente entre elas. Oras, trabalhar a história da educação sob um enfoque que privilegia o não-escolar me possibilitou uma interpretação diferente e com outros pontos de vista sobre a história e em específico a da educação, questionamentos acerca daqueles que produzem o conhecimento histórico, acerca da historiografia da educação, suas fontes, documentos e objetos. E, por parte de meu lado filósofo, questionar meu perfil de historiador da educação, jogar sobre os próprios ombros os mesmos polêmicos questionamentos que têm sido feitos, na historiografia contemporânea, acerca da memória dos vencidos, dos silêncios e das lacunas que permanecem intocados pelos historiadores desde há muito tempo.

Tais questionamentos foram estendidos à historiografia tradicional da educação, onde existe uma quase absoluta hegemonia da educação escolar formal. Por exemplo, no

período aqui abordado são vários e variados os trabalhos e pesquisas considerando uma parte das relações e conflitos existentes na sociedade. Por exemplo são numerosos os trabalhos cujos recortes temáticos privilegiam, mesmo na perspectiva teórica do materialismo histórico, as elites e como elas entendiam a importância e o papel da educação formal que deveria ser dada às classes subalternas e um silêncio quase absoluto a cerca das próprias classes subalternas, aos conflitos, lutas e às relações sociais e culturais próprias ou mesmo aquelas formas de educação definidas a partir do desenvolvimento do capitalismo e que não estavam materializadas em instituições escolares formais. O que me preocupa é que a questão da educação, principalmente sua história, acabou se tornando monofônica. Temos na história escrita a ausência ou a secundarização sócio-política de outros espaços e ações de natureza educativa. Me parece injustificável uma abordagem restritivamente monologal, quando na realidade sabemos que a vida sócio-cultural de um país, de uma região, mesmo sob a dominação do capitalismo, do escravismo, do coronelismo e tantos outros ismos, é polifônica, tensa, conflituosa, contraditória, dialógica.

Os enfoques e as pesquisas privilegiam as legislações e os embates levados a termo pelas elites nas Câmaras e no Senado em diferentes momentos históricos, contextos econômicos e político-ideológicos mas, salvo exceções pontuais, se deve ter claro que naquilo que diz respeito à nossa história da educação, em períodos anteriores a década de 1930, muitos, quase a maioria, destes debates e disposições constitucionais permaneceram apenas nas "intenções" e "propostas", não se concretizaram. O que se tem constatado é que pouquíssimas delas foram colocadas em prática, a grande maioria se quer foi implementada e se transformou em realidade. Permanecendo na retórica, suas "ações" na maioria das vezes não ultrapassaram os limites do espírito das letras da lei (letras mortas, diga-se de passagem). Só muito tardiamente (depois de 1930) é que veremos alguma alteração, ainda que reduzida, nessa prática política (prática que acabou por criar uma tradição parlamentar, um vício institucional e constitucional muito forte). Parece, aos olhos e ao entendimento de muitos estudiosos e pesquisadores, natural que estes "fatos", documentos e aspectos por si só tenham exercido e ainda exerçam acentuada influência sobre a determinação dos temas e linhas de pesquisa. Sem enfrentarem de forma franca esta questão de fundo, podendo tranquilizar suas consciências, se justificam com um argumento quase irrefutável, a "verdade" de que são as únicas e confiáveis provas e fontes materiais legadas pelo passado

são as escolas construídas e freqüentadas pelas elites, criadas pelo clero. Não conseguem ir para além dos limites impostos pelos documentos escritos pelos senadores, deputados e presidentes das províncias, autoridades que necessariamente pertenciam às nossas elites ou estavam ligadas diretamente aos seus interesses. Segundo afirmam, infelizmente as classes subalternas por conta de sua situação de classe não nos puderam legar de forma objetiva/material: escolas, documentos, atas, projetos de lei, não participaram dos debates e enfrentamentos nas Câmaras ou no Senado, etc.

Assim, o que se pode constatar de fato é que, seja sob argumentos desta natureza ou outros, não importa, temos um número expressivo, a grande maioria, de livros e estudos/pesquisas sobre história da educação escolar. Se não estão tratando daquelas escolas construídas e freqüentadas pelas elites, buscam aquelas existentes nas boas intenções e nas disposições legais que se restringem à retórica e só existiram nas leis e nunca saíram dos papéis, nunca se materializaram de fato. Parece que não existiu educação fora do espaço da instituição escolar leiga ou confessional. Quase somos convencidos de que não existiu entre as próprias classes subalternas formas alternativas de educação criadas e recriadas a partir de suas próprias práticas sociais e políticas, permeando sua cultura. As pesquisas e estudos existentes são importantes mas, involuntariamente, conferem aos setores populares uma absurda "ausência histórica", talvez porque se tornam a prova histórica legítima e verídica do caos e da desagregação, diga-se imposto, dos setores populares. Esta "ausência" se sustenta através da questionável alegação, de muitos pesquisadores, da "inexistência" material e circunstanciada de provas e documentos. Infelizmente, se pode constatar que praticamente são reduzidíssimas vertentes historiográficas, conjuntos articulados e institucionalmente organizados de estudiosos e pesquisadores da e na educação, que estejam preocupados em escrever uma história da educação que seja mais abrangente, que abra espaço para se aproximar e tentar adentrar ao universo maior ao qual também pertencia o restrito espaço confessional e institucional.

Feitas estas considerações, se coloca a questão inadiável de se travar, na história da educação, diálogo com outros interlocutores que, do ponto de vista da realidade histórico-social não há como negar, construíram ou desenvolveram formas diferenciadas de educação ou auto-educação, constituíram parte necessariamente orgânica das relações

sociais, fossem aquelas existentes e vinculadas às necessidades e interesses do próprio grupo ou as nascidas dos choques e embates de diferentes interesses de classe.

Esta tradição, reducionista ao meu ver, sem desconsiderar as implicações de natureza político-ideológica, funcionou como um ponto luminoso na escuridão e que ao iluminar seus arredores possibilitou ao pesquisador-observador construir a idéia (falsa no meu entender) de que a realidade mais ampla, para além dos limites atingidos por aquela luz, se reduzia àquele ponto, a apenas aquele espaço, aos seus recortes; sombras e penumbras, muitas vezes. O pesquisador dotou estas luzes de luminescência própria, dando-lhes uma individualidade e autonomia vitais em relação a tudo que não podia vislumbrar para além daquele espaço. Assim dotadas, essas luzes, que deveriam servir aos próprios pesquisadores, envaidecidos por sua própria soberbia, perderam-se na idéia de que elas, como num vislumbre divino, guiavam seus passos, seus olhos e sua racionalidade. Ofuscados e envaidecidos por seus próprios brilhos, as "luzes" e seu brilho de aluguel, acabaram equivocando aquele que a vislumbrava. Como tantas outras "luzes", no passado do pensamento ocidental, na verdade, nossos pesquisadores acabaram ocultando outras áreas e locais importantes para se entender até mesmo aquele espaço restrito sobre o qual estavam debruçando suas atenções e as luzes de que dispunham. Oras, na história da educação, principalmente nos séculos anteriores ao vinte, muito se tem pesquisado sobre intenções, retóricas, arroubos de parlamentares, reformas de governo, discursos de autoridades educacionais (técnicas e políticas) e muito pouco sobre questões concretas que realmente fizeram ou foram responsáveis pela educação de amplos setores de nossa população. Oras nesse sentido, um elemento que não pode passar despercebido é aquele que diz respeito ao papel do historiador na história da educação escolar, pois este parece não perceber que há muito tempo vem tropeçando em coisas que não vê e que, mesmo no espaço que supunha conhecer, dominar com extrema habilidade e fundamentação, existem questões e pontos obscuros que o remetem para as áreas de escuridão e penumbra. Fazem-no se lembrar dos tropeços que sofre mas que insiste em negar, faz de conta que não existem. Mas, para regozijo da própria história e das classes subalternas, ultimamente a historiografia vem sendo atormentada pelos movimentos sociais que insistem em reviver e revificar no silêncio e nas lacunas da história oficializada, a voz e as ações que muitos

pesquisadores de forma voluntária, se incumbiram em distorcer, mascarar ou simplesmente desconsiderar.

Estes pesquisadores e estudiosos, como já afirmado, sempre desempenharam um papel determinante na definição dos temas, sobre as linhas de pesquisas e foram (são) responsáveis pela maioria das obras produzidas na história da educação. Mas, por mais que nos atenhamos a outras formas de justificativa, por exemplo aquela pautada por uma suposta autonomia da "subjetividade" do pesquisador, não se pode esquecer que seu objeto de pesquisa, a história, é por natureza um produto social. Nestes termos o pesquisador não pode se furtar à natureza de seu objeto e muito menos às determinações deste social sobre "o livre gosto da sua subjetividade enquanto pesquisador/autor". E, por mais literária que queiramos caracterizar a produção de dado autor-historiador, a sua obra está necessariamente dentro de um contexto histórico, responde por sua própria efetividade histórica enquanto obra e não pode, enquanto parte desta história, negar ou abster-se daquelas relações sócio-políticas ou cultural-ideológicas que lhe são contemporâneas.

Somente depois de estar com estas idéias e considerações, foi que me senti mais à vontade para trabalhar e pesquisar a história da educação privilegiando o recorte sobre uma abordagem não-escolar. Além do mais, não se tratava apenas de colocar em pauta estas questões, me foi possível um processo de redescobrir o próprio universo temático com o qual estivera trabalhando, reler a realidade, os documentos pesquisados, intepretá-los e analisá-los a partir de uma expectativa. Só então pude perceber e me dar conta da dimensão histórica trazida a público pela existência daquela gama imensa de novas fontes, de novos pontos de vista, novos enfoques e relações, novos materiais e documentos. Estava claro, agora depois de mergulhar nos estudos e nos documentos, que a pesquisa sobre a educação não-escolar me permite enquanto pesquisador da história da educação descobrir novos espaços e relações educativas, redefinir, incorporar e retrabalhar instrumentos teóricos, categorias e elementos de natureza conceitual. Percebo que todos estes elementos documentais e teóricos/conceituais, são tão fundamentais ao entendimento da história da educação numa perspectiva mais abrangente quanto aqueles das vertentes conservadoras que privilegiam os Jesuítas, que alias foram diferente e belamente trabalhados por Paiva (Paiva, 1982), as Reformas Pombalinas ou a educação oferecida às elites brasileiras até o século passado (Xavier, 1984). Ampliar o espaço e o locus da educação fez emergir novas

perspectivas e porque não, focar luzes da razão, sobre um momento da história da educação do país que, ao meu ver, não pode se abster da constatação estarrecedora de que a educação escolar formal de amplos setores da população praticamente só existiu nos decretos, debates e leis nunca postas em prática. O pouco que existiu esteve circunscrito à educação de nossas elites e aos interesses dos poderosos círculos eclesiais. Para se ter uma visão das considerações que apresentei até aqui sobre a natureza e o enfoque dado por muitos autores, são taxativas e veementes as palavras de Romanelli (Romanelli, 1980) ao reconhecer que desde a vinda da Companhia de Jesus, a condição da ação educativa consistia na "predominância de uma minoria de donos de terra e senhores sobre uma massa de agregados e escravos" (Romanelli, 1980, p.33). Creio que não se faz necessário retomar meus argumentos a respeito da forma como os escravos e agregados são tratados pela historiografia e qual o espaço e o papel percebidos pelos pesquisadores escolacentristas. Ainda mais, é ilustrativo mostrar que Romanelli afirma que "Além de algumas escolas primárias e médias, em mãos de eclesiásticos, existiam também os seminários episcopais, entre os quais se sobressaiu o Seminário de Olinda, fundado em 1800 pelo Bispo Azeredo Coutinho" (Romanelli, 1980, p.38). Neste mesmo sentido posso elencar outros exemplos, só para citar: o Colégio Caraça em Minas Gerais, outro que esteve ligado às necessidades de se formar quadros burocrático-militares do Império, a Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar e depois veio o Colégio Pedro II, já no Império, destinado a servir de padrão de ensino.

Na bibliografia consultada, seja aquela diretamente ligada à educação ou naquelas pertencentes a outras áreas do conhecimento, sempre aparece a idéia de que a educação e/ou o único princípio educativo que de fato existia para a grande massa da população, principalmente a negra, era a do cativo. E mesmo sobre esta pedagogia do cativo há um silêncio profundo; tristemente, muitas vezes ele se assenta sobre o argumento da dificuldade de se encontrar "documentos" e provas materiais que possam dar sustentação científica a pesquisas que pudessem trilhar outros caminhos, chegar mais próximo da população negra ou dos "homens esquecidos" (Eisenberg, 1989).

Felizmente, mesmo que teórico-metodologicamente eu tenha críticas a fazer, o pouco que hoje encontramos a cerca deste setores marginalizados (negros escravos, alforriados, homens livres pobres, a própria mulher, as crianças e os velhos), seguiram

caminhos abertos pela "heterodoxia marxista", muitos outros foram produzidos a partir das contribuições dadas pela escola dos Analles e história nova.

Digo felizmente porque só recentemente se pode perceber uma tentativa de escrever realmente a história e o silêncio dos vencidos, das classes subalternas e da cultura popular do país nos séculos passados. Reconheço que muitas vezes a realidade é apresentada de forma fragmentada mas, se pode perceber que os autores pelo menos fizeram um esforço de pesquisar exaustivamente um pouco da vida e da realidade daqueles que simplesmente ficaram na estarecedora condição de meros escravos e agregados. Se por um lado alguns críticos questionam o caráter fragmentado e idealista destas produções, pelo menos muitos autores criticados buscaram superar aquele não menos idealista discurso "teorético" de uma envezada e suposta luta de classes. Discurso estes que se abstêm da existência concreta, da materialidade dos sujeitos sociais, considerados genericamente como classes populares e dominadas. Foi um avanço importante para a o desenvolvimento da pesquisa histórica em geral e para o pensamento historiográfico em específico. Pois se tem procurado trabalhar, mesmo que minimamente, a dinâmica da relações sócio-econômicas e culturais historicamente construídas e se tem dado maior relevância aos esquecidos e silenciados.

Afinal, posso dizer que se no passado a história dos escravos e agregados foi desconsiderada e esquecida por conta das relações econômicas estabelecidas, até muito recentemente o eram na historiografia da educação porque não participavam de um sistema escolar formal, que praticamente inexistia, ou porque quase "não há provas suficientes" para satisfazer a verdade científica positivista.

Não pretendi afirmar, este ou aquele autor, esta ou aquela história (da educação) como verdadeira ou mais importante mas, tecer considerações que permitam melhor entender porque uma e porque outra. Porque um autor ou corrente de autores fez este ou aquele recorte. No caso da educação não-escolar não é difícil entender e apontar para novas perspectivas que, ao meu ver, a partir das considerações apresentadas, permite às pesquisas sobre a história da educação não-escolar um novo entendimento a respeito da educação escolar (muitos elementos trazidos à luz passam a permear ambas as abordagens). A meu ver, a abordagem histórica e o recorte dado ao estudo e pesquisa da realidade do processo educativo e dos princípios, na prática do dia-a-dia das relações estabelecidas no contexto da

luta de classes, a educação escolar e a não-escolar não são termos que se excluem ou sejam antitéticos. Inclusive, do ponto de vista teórico-metodológico, não são coisas impermeáveis e absolutas, elas são tangidas, atravessadas de forma contundente e profunda por ações, movimentos e conflitos, são constituídas por áreas que se interceptam, se pode identificar como foram interagindo, como novos espaços e ações educativas foram sendo criadas e recriadas, apesar dos grandes descompassos existentes entre elas. Ambas estão expostas e/ou refletem as demandas e relações existentes entre grupos e classes sociais, estrutura e superestrutura, constituem parte da vida social, seja na indústria, no campo, nos bairros, na vida da cidade, da província ou do país. Apenas que, no meu entender, teórica e praticamente se pode identificar uma área de maior abrangência e atuação da educação não-escolar, ela se estende para inúmeros outros espaços da vida social, interfere de forma diferente na vida e nas relações sociais, principalmente porque a educação não-escolar possui por sua natureza, origem, dinâmica e organicidade próprias. Na presente pesquisa ela está ligada ao espaço da fábrica e à estruturas de resistência das classes subalternas e dos movimentos sociais. E para melhor compreendê-la foi necessário, recolocar a questão do trabalho como questão ontológica fundamental da práxis humana, uma vez que a mesma se faz parte efetiva da condição de estranhamento e alienação dos trabalhadores face as relações estabelecidas e desenvolvidas pelo modo de produção capitalista que se instalou em Nova Lima.

Na história da educação, assim como na filosofia, sociologia, psicologia da educação, (co)existem diferentes perspectivas teórico-conceituais promovendo um rico e controverso debate sobre os procedimentos metodológicos utilizados nas abordagens e nos recortes que são dados aos seus objetos e campos de estudo e pesquisas. A exemplo daquilo que já ocorria na história enquanto ciência, desde o início do século vinte e que foi muito bem tratado por Carr ( Carr, 1985), só recentemente a história da educação se tornou um campo eivado de correntes teórico-conceituais controversas.

A coincidência de novos campos teóricos e conceituais e o momento histórico vivido pelo país em fins da década de 70, como já abordado, criaram na pesquisa histórica e na historiografia da educação, toda uma nova problematização que fez com que a história da educação saísse da inércia, buscasse novas fontes, novos objetos, métodos de investigação e pesquisa. Com o aporte de novas contribuições teórico-conceituais de áreas

afins e correlatas à educação, a história da educação pode ampliar seus horizontes, re-interpretar e reconsiderar fatos e campos de pesquisa tidos como únicos, intocáveis e imutáveis.

A questão, agora, se coloca sobre pontos de vista controversos e polêmicos, pois, não pretendo abordar a história da educação enquanto só disciplina escolar, cuja importância para a construção do conhecimento da própria história da pedagogia é ponto inquestionável, mas, principalmente enquanto produção de conhecimento, campo de pesquisa. Pois, neste sentido, não há como me furtar ao debate que a abordagem da história da educação não-escolar suscita uma vez que ao historiador da educação cabe, também, a preocupação de ter bem claro se a sua abordagem considera a história da educação como algo que está ou é inextricavelmente ligado à história e por isso não pode ser entendida sem referência às questões pertinentes e que surgem com as mudanças e transformações culturais, políticas, econômicas que podem ser situadas pela história (enquanto campo de pesquisa e produção/construção do conhecimento), ou se a história da educação constitui um campo próprio e independente da história geral, afirmando-se, enquanto ciência autônoma por si própria, dada a especificidade do seu objeto, a educação. Nesta perspectiva, a história é mais uma das ciências que pode dar contribuições à ciência da educação e sua história. Me parece que não se trata de contrapor uma à outra, mas como elas se relacionam e como podem contribuir reciprocamente para o entendimento da história da cultura, suas transformações e seus conflitos (em específico no nosso país). A meu ver, o que vem sendo recorrente é uma abordagem que, simplificadora, mesmo considerando as contribuições vindas da história e que definem o contexto histórico mais abrangente onde se dá e se desenvolve a própria educação e sua história, acaba reduzindo a história da educação à educação escolar institucional e seu desenvolvimento. Este entendimento me pareceu ser equivocado por não ter o cuidado de escrever e/ou perceber a história da educação dentro de um processo mais amplo e genérico, como um elemento importante, sim, mas não o único, da história geral da cultura. A história da educação deve, obrigatoriamente, dentro das distintas e diversas realidades e relações existentes, ser tratada como substrato natural de um complexo processo de transformações, aqui considerado como de longa duração, desencadeados a partir das próprias relações de produção

capitalista, seu desenvolvimento e das contradições e conflitos por ele gerados na região e no país.

Para mim ficou a lição de que o pesquisador-historiador da educação deve estar, sempre, atento em seus trabalhos ao processo concreto de formação dos indivíduos e aprender a buscar a educação deste, com ou sem escola, seja nas relações com outras classes ou nas próprias instituições por eles criadas na luta de classes.<sup>12</sup> Assim, se pode perceber e coletar uma outra educação escrevendo com novos personagens até mesmo aquelas histórias da educação escolar que apenas se restringiram às minoras elitistas, mesmo que estivessem presas às cristalizações, às letras mortas das leis e constituições. Isto, daria ao conhecimento histórico da educação uma outra perspectiva, mais dinâmica, que permitiria ao historiador a possibilidade de recuperar os silêncios e as lacunas, as memórias obscurecidas e ocultadas, os conflitos não ditos, não explicitados, falseados. E que nos ofereceria uma outra compreensão do conhecimento histórico: permanente construção/reconstrução.

Ao encerrar esta introdução gostaria de deixar claro ao leitor que meu objetivo não foi o de criar uma contraposição ou defender uma tese demonstrando que esta ou que aquela é a verdadeira história da educação. Procurei, sim, alargar horizontes, ampliar e, na medida do possível, atualizar o objeto específico da história da educação e mostrar que esta não se reduz àquela, que a questão da formação humana, dadas as transformações das relações econômicas, sócio-políticas e culturais ocorridas (desde o passado entre diferentes civilizações ou dentro de uma mesma sociedade e que lhes são orgânicas) na atualidade, mais do que nunca, deixam claro aos pesquisadores, no caso aqueles que desenvolvem estudos e pesquisas sobre a história da educação, uma nova problemática que pode e deve ser trabalhada, construída com muita paciência, rigor e cuidado. A presente dissertação procura ser uma contribuição.

---

<sup>12</sup> Neste sentido, categorias conceituais como trabalho, classe, mais-valia, consciência de classe e hegemonia, bloco-histórico, intelectual orgânico, foram emergindo na análise da realidade como partes orgânicas das relações sociais e de produção, foram fundamentais ao entendimento deste mesmo social. Facilitaram a compreensão do desenvolvimento da consciência e da atuação dos trabalhadores enquanto força social ascendente na vida da cidade, até as primeiras décadas do século XX.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História de instrução pública no Brasil (1500 – 1889), São Paulo : EDUC, Brasília-DF : INEP/MEC, 1989
- ANDERSON, Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental, Porto : Afrontamento, 1976.
- ANTONIL, André João (João Antonio Andreoni, S.J.), Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, São Paulo : Melhoramentos, 1923
- APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA ECONOMIA, DA SOCIEDADE E DO TRABALHO NA MINAS COLONIAL, v 4, n 2 e 3, Belo Horizonte : Análise e Conjuntura, maio/dezembro de 1989
- ARENDT, Hannah. A condição humana, 4 ed, Rio de Janeiro : Forense universitária, 1989
- ARROYO, M. G. A escola e o movimento social: relativizando a escola. Revista ANDES, São Paulo, n 12, p12, 1987
- ARROYO, Miguel, SILVA, Tomas Tadeu, et alli. Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre : Artes médicas, 1991
- AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA, Vol 9, Brasília : Câmara dos Deputados e Imprensa oficial de Minas Gerais, 1977
- AYWARD, Maurice. et alli. Ler Braudel Campinas : Papyrus, 1989
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco, o negro no imaginário das elites - século XIX, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987
- BARKHTIN, Mikhail Marxismo e filosofia da linguagem, 3 ed, São Paulo : Hucitec, 1986
- BARKHTIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no renascimento, São Paulo : Hucitec, 1987
- BASBAUM, Liânco. História e consciência social, 2 ed, São Paulo : Global, 1982
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica. Arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura, 4 ed, São Paulo : Brasiliense, 1985
- BERNARDO, João. Economia dos Conflitos Sociais, São Paulo : Cortez, 1991
- BLAY, Eva. As vilas operárias,
- BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais), São Paulo : Ática, 1984

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Lutar com a palavra: escritas sobre o trabalho do educador, Rio de Janeiro : Graal, 1982
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano, Rio de Janeiro : Graal, 1981
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Casa de escola: cultura camponesa e educação rural, Campinas : Papirus, 1983
- BRAUDEL, F. O Espaço e a História no Mediterrâneo, São Paulo : Martins Fontes, 1988
- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história, São Paulo : Perspectiva, 1992
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX, 3 ed, Rio de Janeiro : Editora Guanabara
- BRESCIANE, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História., p. 7-44, vol. 6, nº 7, São Paulo : Editora Marco Zero. Setembro de 1985 à fevereiro 1986
- BRESCIANE, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no Século XIX). Revista Brasileira de História, edição Cultura e Cidades, vol 5, n 8 e 9, setembro de 1984/abril de 1985, São Paulo : Marco Zero ANPUH
- BRUIT, Heitor H. O Imperialismo, São Paulo : Atual e Unicamp., 1986
- BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 1991
- BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico, Belo Horizonte : Edusp, 1977
- BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho, São Paulo: Edusp, 1976
- BURTON, Richard. Viagens aos Planaltos do Brasil (1868), São Paulo , Companhia Editora Nacional, 1941
- CALÓGERAS, J. Pandaiá. As Minas do Brasil, vol II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905
- CAMPOS, Cristina Hebling, O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921, Campinas : Pontes : Unicamp, 1988
- CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no Capitalismo. São Paulo : Brasiliense, 1983

- CANDIDO, Antonio. Parceiros de Rio Bonito, São Paulo : Cortez, 1987.
- CARDIM, Padre Fernão. Tratado da terra e gente do Brasil, 2 ed., São Paulo: Nacional, 1939
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pery. Os métodos da história, 5 ed, Rio de Janeiro : Graal, 1983
- CARR, E. H. Que é história?, 4 ed, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982
- CASTRO, Antonio Barros de. Ensaios sobre a economia brasileira, 2 ed, vol I, Rio de Janeiro : Forense, 1972
- CHAVES, Arlindo. O ouro em Minas Gerais, , Belo Horizonte : Divisão gráfica do Departamento Estadual de Estatísticas , 1958
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: fonte do pensamento político, Porto Alegre : L & PM, 1981
- CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina, São Paulo : Global, 1983
- DE DECCA, Edgard Salvadori. O silêncio dos vencidos, 4 ed, São Paulo : Brasiliense, 1988.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, Rio de Janeiro : Brasiliense, 1987
- DIAS, Edmundo Fernandes et alli. O outro Gramsci, São Paulo : Xamã, 1996
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo, 9 ed, Rio de Janeiro : Zaar Editores, 1983
- DOSSE, FRANCOIS. A história em migalhas dos anais a nova história, Campinas : Unicamp, 1992
- ECO, Humberto. Como se faz uma tese, São Paulo : Cortez, 1983
- EISENBERG, Peter. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - sec.XVIII e XIX, Campinas : Unicamp, 1989
- ENGUITA, Mariano Fernández. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo, Porto Alegre : Artes Médicas, 1989
- ESTATUTOS DA JUNTA AUXILIAR DOS OPERÁRIOS, Nova Lima-MG : Tipografia Clark, 1904

- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento, Campinas : Papirus, 1995
- FOOT, Francisco, LEONARDI, Víctor. “História da Indústria e do trabalho no Brasil, São Paulo : Global, 1982
- FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Média, São Paulo : Perspectiva, 1978
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão, 11 ed, Petrópolis : Vozes, 1994
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Homens Livres na ordem escravocrata. 3 ed, São Paulo : Kairós, 1983
- GENOVESE, Eugene. Da religião à revolução: as revoltas de escravos negros nas américas, ao Paulo : global, 1983
- GHIRALDELI JUNIOR, Paulo. Educação e movimento operário, São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil, Campinas : Unicamp, Fac. Educação, Paper, 1991
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. Pedagogia e luta de classes no Brasil (1930 – 1937), Ibitinga : humanidades, 1991
- GINSBURG, Carlos. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- GIROUX, Henry. Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução, Petrópolis : Vozes, 1986
- GRACIANI, Maria Stela S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida, São Paulo : Cortez, 1997
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura, São Paulo : Brasiliense, 1989
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história, 4 ed, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1981
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno, 5 ed, Rio de Janeiro : Brasiliense, 1984
- GRAMSCI, Antonio, COUTINHO, Carlos Nelson. O estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro : Campus, 1989

- GROSSI, Yonne de Souza. Mina Morro Velho: a extração do homem. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981
- GURVITCH, Georges. As classe sociais, São Paulo : global, 1982
- HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. História da industria e do trabalho no Brasil, São Paulo : Global, 1982
- HISTÓRIA DA EXTRAÇÃO E LAVAGEM DO OURO EM MINAS, REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO PÚBLICO MINEIRO, Ano III, 1898, p.433 a 436
- HOBBSAWM, Eric J. As origens da Revolução industrial, São Paulo : Global, 1979
- HOBBSAWM, Eric J. Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981
- IANI, Octávio. A crise de paradigmas na sociologia, Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 20, Setembro 1990, IFCH – Unicamp
- INÁCIO Fº, Geraldo. A monografia na universidade, Campinas : Papyrus, 1995
- JOMINI, Regina Célia Mazoni. Uma educação para a solidariedade: contribuição do estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha, Campinas : Pontes, 1990
- JORNAL O CONSTITUCIONAL, Ouro Preto, 30 de Nov. de 1867, p.2, c.1
- JORNAL O DIÁRIO DE MINAS, Ouro Preto, 5 de Dez. de 1867, p.1, c. 1-3
- JORNAL O OPERÁRIO, anno I, nº 1, Belo Horizonte, 19 de junho de 1920
- JORNAL O OPERÁRIO, anno I, nº 2, Belo Horizonte, 10 de julho de 1920
- JORNAL A GAZETA, nº 29, 24 de julho de 1904, Belo Horizonte
- JORNAL A GAZETA, Anno I, nº 25, 7 de julho de 1904, Belo Horizonte
- JORNAL CORREIO MINEIRO, 22 de Março de 1933, p.2
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p 1 e 2, Belo Horizonte, 28 de março de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p.1, Belo Horizonte, 11 de julho de 1933

- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p.7, Belo Horizonte, 14 de abril de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p. 1 e 2, Belo Horizonte, 04 de abril de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p. 2, Belo Horizonte, 22 de abril de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p. 4, Belo Horizonte, 10 de maio de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p. 7, Belo Horizonte, 30 de março de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p.2, Belo Horizonte, 06 de abril de 1933
- JORNAL CORREIRO MINEIRO, matéria: Ouro do inferno, p.2, Belo Horizonte, 31 de março de 1933
- JORNAL LUZ SOCIAL, Nova Lima, Ano III, n 52, 03 de Fevereiro de 1907
- JORNAL LUZ SOCIAL, Nova Lima-MG, Ano III, n 51, 03 de Janeiro de 1907
- JORNAL MINAS GERAES, GREVE PROJECTADA. Belo Horizonte, 15 e 16 de julho de 1900, p.2
- JORNAL MINAS GERAES, Ouro em Minas, Belo Horizonte, 12 de julho de 1900, p.3
- JORNAL MINAS GERAES, REUNIÃO OPERÁRIA, Belo Horizonte, 15 e 16 de julho de 1900, p.2
- JORNAL MINAS GERAIS, 10 de Abril de 1900, p. 2- 4, c. 1
- KORSCH, Karl. Marxismo e filosofia, Porto : Afrontamento, 1977
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil, São Paulo : Brasiliense, 1987
- LAPA, José Roberto do Amaral. O antigo sistema colonial, São Paulo : Brasiliense, 1982
- LE GOFF, Jacques. VILLAR, Pierre, et. alli. História: Novas problemas -texto história marxista em construção, Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995

- LENIN, Vladimir Ilich. .As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo, 4 ed, São Paulo : Global, 1983
- LENIN, Vladimir Ilich. Duas táticas da social democracia na revolução democrática, São Paulo : Livramento, s.d.
- LENIN, Vladimir Ilich. O estado e a revolução, São Paulo : Hucitec, 1987
- LENIN, Vladimir Ilich. Que fazer?, São Paulo : Hucitec, 1988
- LENIN, Vladimir Ilich. Sobre os sindicatos, São Paulo : Livramento, 1979
- LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo: fase superior do capitalismo, 3 ed, São Paulo : Editora, 1985
- LIBBY, Douglas Cole. Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: O Caso Morro Velho, Belo Horizonte : Itatiaia, 1984
- LIMA, Augusto. Um município de ouro: memória histórica. Revista do Arquivo Público Mineiro, V 6, p 321, 1901
- LOJKINE, Jean. A classe operária em mutações, Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990
- LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana, São Paulo : Martins Fontes, 1981
- LÖWY, Michael. O marxismo na América Latina, São Paulo : Persu Abrano, 1996
- LÖWY, Michael. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista, São Paulo : Cortez, 5 ed, 1989
- LUIZETTO, F. V. Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional, São Paulo : USP, 1984
- LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista, 5 ed, Porto : Escorpião
- LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital, vol 2, São Paulo : Abril, 1984
- LUXEMBURG, Rosa. A questão nacional e a autonomia, Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1988
- MANACORDA, Mario A.. História da educação: da antiguidade aos nossos dias, São Paulo : Cortez e Autores Associados, 1989

- MANFREDI, Silvia Maria. Educação sindical: entre o conformismo e a crítica, São Paulo : Loyola, 1986
- MANOUKIAN e ROMAGNOLI. “Revoluzione industriale e sistema de fábrica”, Studi de sociologia, IX, p. 250, n 3 e 4, Milão, Julho-dezembro 1971, Apud Sergio Silva ,1986, p. 15
- MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial do Século XVIII. Estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra, São Paulo : Unesp, Editora Hucitec, sd
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950). São Paulo : Brasiliense, 1979
- MARTINS, Roberto Borges, SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José R. do Amaral. Minas e o tráfico de escravos no séculoXIX - História econômica da Independência e do Império, p.99-130, São Paulo : Hucitec, 1996
- MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira, São Paulo : Cultrix/USP, 1977
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro, 5 ed, São Paulo : Moraes
- MARX, Karl. Teoria da mais – valia: Adam Smith e a idéia do trabalho produtivo, 2 ed, São Paulo : Global, 1985
- MARX, Karl. A Ideologia Alemã, São Paulo : Hucitec, 1989
- MARX, Karl. A miséria da filosofia, São Paulo : Global, 1985
- MARX, Karl. A origem do Capital (Acumulação primitiva), tradução de Walter S. Maia, 3 ed., São Paulo: Global editora, 1979
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política, 2 ed, São Paulo : Martins Fontes, 1983
- MARX, Karl. O Capital (Resultados do processo de produção imediata, Capítulo VI inédito. São Paulo: Editora Moraes, s.d.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política – Livro 1 – o processo de produção do capital. Vol. I e II, 12 ed, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1988
- MARX, Karl. O dezoito brumário de Louis Bonapart, São Paulo : Moraes, 1987
- MARX, Karl, ENGELS, Frederich. Manifesto do Partido Comunista: São Paulo : Edições Novos Rumos, 1986

- MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII, 3 ed, Rio de Janeiro : Graal 1986
- MESZÁROS, Istivan. Filosofia ideologia e ciência social, ensaios de negação e afirmação, São Paulo : Ensaio, 1993
- MESZÁROS, Istivan. O poder da ideologia, São Paulo : Ensaio, 1996
- MOORE Jr., Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta, São Paulo : Brasiliense, 1987
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Marx Taylor. Ford as forças produtivas em discussão, São Paulo : Editora Brasiliense, 1989
- MOREL, Edmar. Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição, 3 ed, São Paulo : global, 1988
- MOTTA, Carlos Guilherme, DA COSTA, Emília Viotti, et alli. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil, p.71-72, 17 ed, Rio de Janeiro : Bertrand Russel, 1988
- MOTTA, Carlos Guilherme, PINTO, V. Noya et alli, Balanço das transformações econômicas no século XIX, p 71 e 72, 17 ed, Rio de Janeiro : Bertrand Russel, 1988
- Níveis de cultura e grupos sociais (Colóquio da Escola Normal Superior de Paris, 1966), org. Luis Bergeron, Lisboa : Cosmos, 1974
- NORONHA, Olinda M. A constituição da classe trabalhadora na primeira República-1889/1930- a produção da noção de trabalho e educação, Campinas : UNICAMP, 1989
- OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita, 2 ed, Rio de Janeiro : Graal, 1977
- OLIVEIRA, Francisco. O elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo : Brasiliense, 1987
- PAIVA, José Maria. Colonização e catequese, São Paulo : Autores Associados, 1982
- PEREIRA, Luiz Bresser. Lucro, Acumulação e Crise. A tendência declinante da taxa de lucro reexaminado, São Paulo : Brasiliense, 1986
- PEREIRA, Luiz. Capitalismo: Notas teóricas, São Paulo: Duas Cidades, 1977
- PINSKY, Jaime. Escravidão no Brasil. 2 ed, São Paulo : Global, 1982
- PINSKY, Jaime. Questão nacional: Marxismo, São Paulo : Brasiliense, 1980

- PINSKY, Jaime, Modo de Produção Feudal, 2 ed, São Paulo : Global, 1982
- PINTO, V. Noya, MOTTA, Carlos Guilherme. Balanço das transformações econômicas no século XIX, - Brasil em Perspectiva, 17 ed, Rio de Janeiro : Bertrand Russl, 1988
- PRADO JUNIOR, Caio, História econômica do Brasil, 7 ed , São Paulo : Brasiliense, 1962
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil, São Paulo : Edusp, 1978
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, Série I, vol 5, São Paulo : Alfa-Omega, 1976
- RESGATE REVISTA DE CULTURA. nº 4, Roupas de escravos e forros, Campinas : Centro de Memória-Unicamp : Papirus, 1992
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo : ANPUH/marco zero, vol 7 n. 14, de março a agosto de 1987
- REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO PÚBLICO MINEIRO, Ano IX, Jan/Jun. 1904
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar, 7 ed. São Paulo : Cortez e Autores Associados, 1987
- RIBEIRO, Teophilo. Industria Extrativa. Os grandes feitos da riqueza nacional. Morro Velho, Mina Nova, Jornal Minas Gerais, 10 de Abril de 1900
- ROCHA, Antonio Penalves, SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José R. do Amaral. Economia política e política no período Janino - História econômica da Independência e do Império, p.27- 43, São Paulo : Hucitec, 1996
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil, 2 ed, Petrópolis : Vozes, 1980
- ROSDOLSKY, Roman. Genesis, estrutura de el capital de Marx: estudios sobre los Grundise, 6 ed, México : Siglo Veintiuno, 1989
- ROSSEAU, Jean, Jacques, Emílio ou da educação, 3 ed, São Paulo : Difel, 1979
- RUDÉ, George. A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848, Rio de Janeiro : Campus, 1991
- SADER, Emir. Gramsci: poder, política e partido, 1 ed, São Paulo : Brasiliense, 1990

- SAES, Décio. A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985
- SAINT-HILAIRE, A. de. "Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil", São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1941
- SANTOS, Oder José dos. Pedagogia dos conflitos sociais, Campinas : Papirus, 1992
- SCARANO, Julita. Cotidiano e solidadeiredade. Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII, São Paulo : Brasiliense, 1994
- SCARANO, Julita. Devoção e escravidão: a Irmandade de Nosa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantino no século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975
- SCHAFF, Adam, História e Verdade, 4 ed, São Paulo : Martins Fontes, 1987
- SEPP, Padre Antônio (S.J.). Viagens às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos, 2 ed, São Paulo : Livraria Martins, 1951
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia, São Paulo : EPU, 1986
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, 12 ed, São Paulo : Cortez, 1985
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Industria no Brasil, São Paulo : Alfa-Omega, 1986
- SILVA, Tomás Tadeu. Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana, Porto Alegre : Artes Médicas, 1991
- SODRÉ, Nelson Werneck. As classes sociais no Brasil. Textos de história do Brasil, Rio de Janeiro, Ministério da educação e cultua : instituto superior de estudos brasileiros, 1957
- SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José R. do Amaral .Proto industrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais - História econômica da Independência e do Império, p. 237-280, São Paulo : Hucitec, 1996
- SZMRECSÁNYI, Tamás. O interior da estrutura - História econômica do período colonial, p. 163-171, São Paulo : Hucitec, 1996
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, vols I, II e III, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987

- THOMPSON, E. P. Tradición, revuelta e conciencia de classe: estudos sobre la crisis de la sociedad preindustrial, 3 ed, Barcelona : Crítica, 1989
- TROTSKI. Escritos sobre sindicato, 1 ed, São Paulo : Kairós, 1978
- VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Geraes, Revista do Arquivo Histórico Público Mineiro, Ano IX, Jan./Jun. 1904, p.175 a 251
- VIANA, Victor. Impressões de Minas, in Hermas ao Marquês de Sapucahy em Villa Nova de Lima-1917, Rio de Janeiro : Tipografia do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, 1917
- VILAR, Pierre. A guerra de Espanha, 1936 – 1939, rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989
- VINHAS, M. Problemas agrário-camponeses do Brasil, 2 ed, Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 1972
- VON SIMSON, Olga R, GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de, de Moraes. Ciências Sociais Hoje – 1989, São Paulo : Vertice, 1989
- XAVIER, Maria E. S. P. Poder Político e educação de elite, São Paulo : Cortez e Autores Associados, 1984

## ANEXOS

Anexo I - Tabela 1

População de Minas Gerais por sexo e condição – 1786, 1805, 1823

Ano	Livres			Escravos			%	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Livres	Escravos
1786	94.166	94.546	188.712	116.191	57.844	174.035	52,0	48,0
1805	109.191	109.032	218.233	124.924	63.857	188.781	53,6	46,4
1823*	136.271	143.329	278.620	85.529	54.836	140.365	66,5	33,5

Fonte: População da província de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial. 1833, manusc.

(\*) Trata-se de um arrolamento parcial, uma vez que os totais para as comarcas de Sabará e Serro não discriminaram por sexo ou condição. A população total das duas comarcas somava 144.686.

Apud Libby, Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In Szmrecsányi, Tamás. LAPA, J. R. do Amaral, . História econômica da independência e do império, São Paulo: Hucitec: FAPESP: ABPHE, 1996, p. 246

Anexo II – Tabela 2

População livre e escrava de Minas Gerais selecionados, 1831 – 1840, 1854 – 1857, 1873

	Livres	Escravos
1831 – 1840*	75.447	34.334
1854 – 1857**	714.939	246.643
1873***	1.669.276	370.459

Fonte: Mapas de População. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Pasta 1, mapas 4, 7; Pasta 2, mapa 16; Pasta 3, mapa 3; Pasta 4, mapa 5; Pasta 5, mapas 3, 20, 24, 32; Pasta 6, mapa 13; Pasta 8, mapas 17, 33; Pasta 9, mapas 1, 4; Pasta 10, mapas 18, 19; Pasta 12, mapas 2, 4. 1831 – 1840. Mapas de População. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, PP 1/10, Caixas 14, 17, 39, 41, 42, 49. 1831 – 1832.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Relatório apresentado à Assembléia... 1855 (Ouro Preto, 1855), anexo sem paginação. Directório Geral de Estatística, Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro. 1873 – 6, vols. 9, 10.

(\*) Baseado em uma amostra de 53 listas nominativas distritais que provavelmente representavam pouco mais de 10% da população provincial.

(\*\*) Baseado em estimativas referentes a 40 municípios, ou 80% dos municípios então existentes.

(\*\*\*) Baseado nos dados corrigidos do Recenseamento.

Anexo III – Tabela III

Minas Gerais: população em 1855, por regiões

Regiões (*)	Livres	%	Escravos	%	Escravos/ Total (%)
Metalúrgica - Mantiqueira	240.426	24,4	80.934	25,5	25,2
Mata	95.279	9,7	61.502	19,4	39,2
Sul	185.306	18,8	76.085	23,9	29,1
Oeste	100.544	10,2	33.739	10,6	25,1
Triângulo	24.835	2,5	8.804	2,8	26,2
Alta Paranaíba	45.431	4,6	10.486	3,3	18,7
São Francisco – Montes Claros	85.934	8,7	7.815	2,5	8,3
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	177.900	18,1	35.352	11,1	16,6
Paracatu	28.737	2,9	3.043	0,9	9,6
Minas Gerais	984.392	100,0	317.760	100,0	24,4

Fonte: Roberto B. Martins. “A População de Minas Gerais em 1855”. Relatório de pesquisa não publicado

(\*) Veja-se a Tabela 7 para a listagem dos municípios que compõem cada região.

Apud Martins, Roberto Borges, Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In Szmrecsányi, Tamas; LAPA, J. R. do Amaral (Org.), História econômica da Independência e do Império, São Paulo: Hucitec:Fapesp: ABPHE, 1996, p.101

Tabela 7

Estrutura ocupacional de Minas Gerais por categoria, sexo e condição – 1831 – 1840, 1873\*

	Profissionais liberais e outros		Comércio		Artesãos e operários de ocupação declarada		Agricultura		Assalariados sem ocupação declarada		Serviço doméstico		Força de trabalho total		Sem ocupação (% da população total)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
							N.º 1873-40									
Homens livres	240	2	884	8	1.893	18	6.822	64	835	8	11	**	10.685	100	6.308	37
Homens escravos	-	-	179	2	1.625	21	5.440	70	267	4	242	3	7.753	100	1.469	16
Total de homens	240	2	1.063	6	3.518	19	12.263	66	1.102	6	253	1	18.438	100	7.777	30
Mulheres livres	44	**	47	**	8.843	86	977	9	20	**	427	4	10.358	100	6.582	39
Mulheres escravas	-	-	5	**	2.343	51	939	20	16	--	1.307	28	4.610	100	1.353	23
Total de mulheres	44	**	52	**	11.186	75	1.916	13	36	**	1.734	12	14.968	100	7.935	35
Força de trabalho total	284	1	1.115	3	14.704	44	14.178	42	1.138	4	1.987	6	33.406	100	1.572	32
							1873									
Homens livres	854	2	1.068	3	2.172	7	17.369	52	10.206	30	1.951	6	33.620	100	19.257	36
Homens escravos	2	**	-	-	422	4	5.603	58	1.189	12	2.475	26	9.691	100	4.432	33
Total de homens	856	2	1.068	3	2.594	6	22.972	53	11.395	266	4.426	10	43.311	100	23.939	35
Mulheres livres	160	**	27	99	11.763	36	6.680	20	567	2	13.816	42	33.013	100	17.547	35
Mulheres escravas	-	-	-	-	1.421	17	3.149	38	280	3	3525	42	8.375	100	4.150	33
Total de mulheres	160	**	27	**	13.184	32	9.829	24	847	2	17.341	42	41.388	100	21.497	34
Força de trabalho total	1.106	1	1.095	1	15.778	19	32.851	39	12.242	14	21.767	26	84.699	100	45.636	35

Fontes: Mappas de População. Arquivo Público Mineiro, Pasta 1, mapas 4, 7; Pasta 2, mapa 16; Pasta 3, mapa 3; Pasta 4, mapa 5; baseado em amostra (ver figura 1) Pasta 5, mapas 3, 24, 32; Pasta 6, mapa 13; Pasta 8, mapas 17, 33; Pasta 9, mapas 1, 4; Pasta 10, mapas 18, 19; Pasta 12, mapas 2, 4. 1831 – 1840. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, PP 1/10, Caixas 1, 1830 – 1835. Diretório Geral de Estatística. *Recenseamento da população de Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro. 1873 – 6, vols 9, 10.*

Anexo V – Quadro I

PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA  
DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1820-1860

EMPREENDIMENTOS/PERÍODO	Produção em Libras-peso	% prod. Comp. ingl.	% da produção global
Imperial Brazilian Mining Ass. (Gongo Soco) 1825-1856	34.528	38,0%	20,1%
Brazilian Company (Cata Branca) 1840-1844	3.167	3,5%	1,9%
St. John d'El Rey Mining Co. (Morro Velho) 1835-1860	51.631	57,0%	30,1%
Outras Cias. Inglesas 1833-1853	1.393	1,5%	0,8%
Prod. Total Cias. Ingl. 1825-1860	90.719	100,0%	52,9%
Minerações nacinais/fiscadores (estimativa) 1820-1860	80.000	-	47,1%
Produção Global	171.719		100%

Fonte: HENWOOD, William Jory. "Observations on metalliferous deposits". *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall*. Penzance, William Cornish, 1871. v.8. t. 1. p. 367-369. Apud Libby, op. cit., p. 54

Anexo VI – Quadro II

PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA  
DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1879

EMPREENDIMENTO	Produção Em Kg	% da produção. Capitalizada	% da pro- dução glo- bal
St. John d'El Rey Mining Co. (Morro Velho)	1.511,5	87,2%	83,0%
Santa Barbara Gold Mining Co. (Pary)	177,3	10,2%	9,6%
Don Pedro North d'El Rey Mining Co. (Morro de Santa Anna)	40,0	2,3%	2,2%
Companhia de Mineração Brasileira (Itabira)	5,5	0,3%	0,2%
Faiscadores (estimativa)	90,4		5,0%
Produção global 1879	1.824,2		100,0%

Fonte: “ESTATÍSTICA da produção do ouro na província de Minas Geraes no anno de 1879”. *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto, 1:168,1881.

Apud Libby, op. cit., p. 54

Anexo VII – Quadro III

A PARTICIPAÇÃO DA COMPANHIA ST. JOHN D'EL REY NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1838-1885

ANO	EXPORTAÇÕES EM £	EXPORTAÇÕES DE OURO PELA ST. JOHN EM £	% DA PARTICIPAÇÃO DA ST. JOHN NAS EXPORTAÇÕES GLOBAIS
1838	4.939.807	18.039	0,36%
1839	5.848.990	21.514	0,36%
1840	5.469.422	26.042	0,47%
1841	4.966.962	24.828	0,50%
1842	4.616.958	32.622	0,70%
1843	4.836.281	45.923	0,94%
1844	4.901.499	44.853	0,91%
1845	5.814.725	42.201	0,72%
1846	5.900.563	57.832	0,98%
1847	6.758.009	66.345	0,98%
1848	6.156.702	66.403	1,07%
1849	6.048.706	98.309	1,62%
1850	8.191.070	101.340	1,23%
1851-1859	*	*	*
1860	13.343.542	166.321	1,25%
1861	12.071.994	212.813	1,76%
1862-1864	*	*	*
1865	15.708.755	204.717	1,30%
1866	14.323.248	243.923	1,70%
1867	13.130.379	164.751	1,25%
1868	16.444.708	52.121	0,31%
1869	18.063.567	52.746	0,29%
1870	17.042.741	47.821	0,28%
1871	20.500.758	51.856	0,25%
1872	23.613.308	9.879	0,04%
1873	20.394.418	30.590	0,14%
1874	23.889.966	144.076	0,60%
1875	18.819.710	247.820	1,31%
1876	19.760.092	176.580	0,89%
1877	17.764.300	194.538	1,09%
1878	18.279.693	168.583	0,92%
1879	20.343.473	156.802	0,77%
1880	20.232.549	103.568	0,51%
1881	18.362.001	120.984	0,66%
1882	17.650.831	98.235	0,55%
1883	18.993.871	90.064	0,51%
1884	17.426.202	99.806	0,57%
1885	15.942.498	102.853	0,64%

Nestes anos, o ouro era parcela ou totalmente vendido no Rio de Janeiro, não podendo ser considerado como exportação

Fontes: CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo. Nacional, 1960, p. 63,70,103,152,158,168. As estimativas de exportação em libras esterlinas são calculadas na base da taxa de câmbio prevalecente durante cada ano.

SAINT John d'El Rey Mining Company, Limited. *Annual reports* 1839-1859. Londres, R. Clay, 1839-1859

\_\_\_\_\_. *Annual reports* 1860-1884. Londres, R. Clay, Sons, and Taylor, 1860-1884.

\_\_\_\_\_. *Annual reports* 1885-1886. Londres, Richard Clay and Sons, 1885-6. Libby, op. cit., p.115

Anexo VIII

TAXA DE RENDIMENTO MÉDIO ANUAL DAS OITO MAIS RENTÁVEIS EMPRESAS DE CAPITAL BRITÂNICO INSTALADAS NO BRASIL

<b>PERÍODO CALCULADO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>TAXA DE RENDIMENTO</b>
	San Paulo Railway Company (1876-1930)	11,2%
	The London & Brazilian Bank (1873-1893)	9,0%
	The English Bank of Rio de Janeiro (1874-1892)	9,5%
	Rio de Janeiro Gas Company (1865-1886)	10,0%
	San Paulo Gas Company (1882-1912)	9,0%
	Bahia Gas Company (1880-1894)	8,0%
	Santa Barbara Gold Mining Company (1876-1886)	14,0%
	St. John d'El Rey Mining Company (1835-1886)	18,0%

Fonte: RIPPY, J. Fred. *British Investments in Latin America, 1822-1949*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959, p.153-8

Apud Libby, Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso Morro Velho. Belo Horizonte:Itatiaia, 1984

Anexo IX

TAXA DE RENDIMENTO MÉDIO ANUAL DE TRÊS CATEGORIAS DE INVESTIMENTOS BRITÂNICOS NO BRASIL

<b>PERÍODO CALCULADO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>TAXA DE RENDIMENTO</b>
	Títulos de dívida pública (1824-1924)	4,5%
	Investimentos ferroviários (1860-1910)	5,0%
	Investimentos miscelâneos (1824-1933)	5,0%

Fonte: RIPPY, J. Fred. *British Investments in Latin America, 1822-1949*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959, p.153-8

Apud Libby, Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso Morro Velho. Belo Horizonte:Itatiaia, 1984

## Anexo X

NÚMERO ABSOLUTO DE ESCRAVOS, TRABALHADORES LIVRES E EUROPEUS  
EM MORRO VELHO – 1835-1885

ANO	ESCRAVOS	TRABALHADORES LIVRES	EUROPEUS
1835	263	-	-
1836	281	-	-
1837	287	-	-
1838	398	88	35
1839	540	76	44
1840	467	97	43
1841	450	125	44
1842	495	137	48
1843	533	103	62
1844	560	103	65
1845	699	113	73
1846	846	122	74
1847	847	-	-
1848	1.106	-	-
1849	1.171	-	-
1850	1.222	-	-
1851	1.171	-	-
1852	1.291	-	-
1853	1.400	-	-
1854	1.172	-	-
1855	1.126	-	-
1856	1.166	-	-
1857	1.091	-	-
1858	1.098	-	-
1859	1.121	-	-
1860	1.172	-	-
1861	1.424	-	-
1862	1.560	-	-
1863	1.691	810	-
1864	1.440	820	-
1865	1.320	920	-
1866	1.450	-	-
1867	1.450	906	154
1868	1.322	-	-
1869	1.230	-	-
1870	1.311	-	-
1871	1.115	-	-
1872	929	-	-
1873	726	-	-
1874	834	-	-
1875	813	335	45
1876	814	433	52
1877	731	-	62
1878	672	644	73
1879	583	627	86
1880	447	636	105
1881	376	734	98
1882	383	903	98
1883	347	837	98
1884	292	769	93

Fontes: SAINT John d'El Rey Mining Company, Ltd. Annual reports 1836-1859. Londres, R. Clay, 1836-1859.  
\_\_\_\_\_. Annual reports 1860-1884. Londres, R. Clay, Sons, and Taylor, 1860-1884.  
\_\_\_\_\_. Annual reports 1885-1886. Londres, Richard Clay, and Sons, 1885-6. Apud Libby, p. 117

Anexo XI

COMPARECIMENTO MÉDIO DIÁRIO NO DEPARTAMENTO DE MINAS  
ANOS SELECIONADOS: 1850-1885

SEÇÃO	FUNÇÃO	1850	1855	1860	1865	1870	1875	1880	1885
Abertura de galeria	Broqueiros	236	261	263	231	151	111	117	82
	Selecionado-res	41	68	-	-	-	32	37	33
	Foguistas	15	18	15	16	13	6	7	4
	Carreg. de broca	18	21	11	13	9	3	6	4
Transporte e Minério	Carregadores	23	30	113	160	96	39	42	59
	Caçambeiros	30	41	42	42	37	12	17	68
	Pesadores	7	10	10	10	9	4	4	5
	Maquinistas	4	6	7	6	5	5	5	10
	Plateau-praça	-	14	24	23	15	-	-	4
Segurança	Escoadores	20	29	52	88	22	*21	*53	*65
	Perfuradores	5	9	8	19	6	-	-	-
	Pedreiros	-	2	-	5	-	-	-	-
	Abrigo segurança	12	-	-	-	-	5	7	4
Várias	Ferreiros	25	24	24	18	10	*13	*14	*12
	Assist. ferreiros	17	18	19	21	12	-	-	-
	Explorações	3	6	9	2	-	-	-	-
	Zel. Ferramentas	4	5	2	2	2	-	-	2
	Regos	10	51	8	31	19	15	20	6
	Superfície	-	2	11	22	-	30	-	-
	Feitores	2	2	3	5	3	2	1	-
	Miscelânea	19	17	26	29	15	7	36	29
	Mulheres	8	8	9	13	13	1	3	1
	Convalescentes doentes	18	23	8	11	7	4	-	-
Totais	Trab. Livres	55	274	275	343	228	136	249	306
Escravos	486	407	409	453	235	196	141	95	
TOTAL		541	681	684	796	463	332	390	401

\*de 1875 a 1885 estas categorias estão unificadas na apresentação do comparecimento médio

Fonte: Saint John d'El Rey Mining Company. Annual reports 1851,1856. Londres, R. Clay, 1851,1856. \_\_\_\_\_ . Annual reports 1861,1866, 1871, 1876, 1881. Londres, R. Clay, Sons and Taylor, 1861, 1866, 1871, 1876, 1881.

\_\_\_\_\_ . Annual reports 1886. Londres, R. Clay and Sons, 1886. Apud Libby, 1984, p.113

## Anexo XII

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO DE REDUÇÃO,  
ANOS SELECIONADO: 1856-1885

ANO	ATIVIDADE	FORÇA LIVRE		FORÇA ESCRAVA		TOTAL
		Operários	Operárias	Escravos	Escravas	
1856	<b>Britagem</b>	20	20	10	176	226
	<b>Pilões</b>	-	-	25	33	58
	Outras	8	-	38	32	78
	Atividades Totais	28	20	73	241	362
1860	<b>Britagem</b>	18	27	22	169	233
	<b>Pilões</b>	2	-	18	41	61
	Outras	7	-	36	54	97
	Atividades Totais	24	27	76	264	391
1865	<b>Britagem</b>	19	34	46	231	330
	<b>Pilões</b>	2	-	25	56	83
	Outras	4	-	50	76	130
	Atividades Totais	25	34	121	363	543
1870	<b>Britagem</b>	14	10	35	119	178
	<b>Pilões</b>	2	-	20	51	73
	Outras	5	3	46	94	148
	Atividades Totais	21	13	101	264	399
1875	<b>Britagem</b>	13	21	22	65	121
	<b>Pilões</b>	3	-	14	49	66
	Outras	12	2	28	79	121
	Atividades Totais	28	23	64	193	308
1880	<b>Britagem</b>	17	29	6	33	85
	<b>Pilões</b>	12	9	8	38	67
	Outras	24	41	25	53	143
	Atividades Totais	53	79	39	124	295
1885	<b>Britagem</b>	26	52	9	8	95
	<b>Pilões</b>	11	24	10	14	59
	Outras	17	37	11	17	82
	Atividades Totais	54	113	30	39	236

Fonte: SAINT John d'El Rey Mining Company, Limited. Annual report 1857. Londres, R. Clay, 1857.

\_\_\_\_\_. Annual reports 1861, 1866, 1871, 1876, 1881. Londres, R. Clay, Sons and Taylor, 1861, 1866, 1871, 1876, 1881.

\_\_\_\_\_. Annual reports 1886. Londres, Richard Clay, and Sons, 1886. Apud Libby, p.112

Anexo XIII

TAXA DE MAIS-VALIA AUFERIDA SOBRE A FORÇA DE TRABALHO E SEUS TRÊS COMPONENTES E O TEOR DE OURO DO MINÉRIO BRUTO EXTRAÍDO, MINA DE MORRO VELHO, ANOS SELECIONADOS: 1867-1885

ANOS	1867	1875	1876	1878	1879	1880	1885
Taxa de mais-valia auferida sobre a força total	57%	364%	204%	151%	114%	29%	34%
Taxa de mais-valia auferida sobre o escravo	83%	598%	363%	262%	211%	61%	57%
Taxa de mais-valia auferida sobre o trabalhador livre	72%	287%	179%	167%	105%	30%	40%
Taxa de mais-valia auferida sobre o trabalhador europeu	10%	53%	30%	24%	18%	7%	6%
Teor de ouro de minério bruto extraído (gramas/tonelada)	15,1	33,9	23,9	21,4	21,8	19,3	14,5

Fontes: Burton, richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo, Itatiaia/USP, 1976. p. 207-8, 229, 235-9.

Saint John d'El Rey Mining Company, Limited. *Annual reports 1868, 1876-7, 1879-1881*. Londres, R. Clay, Sons, and Taylor, 1868, 1876-7, 1879-1881.

\_\_\_\_\_. *Annual reports 1886*. Londres, Richard Clay and Sons, 1886.

Libby, op. cit., p.110